



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA – UNILAB
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES**

ARMANDO ARNALDO CORREIA

**UMA ANÁLISE INTERDISCIPLINAR SOBRE AS EPISTEMOLOGIAS NA
ÁFRICA: O CASO DE GUINÉ-BISSAU**

**REDENÇÃO –CE
2017**

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA – UNILAB
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES**

ARMANDO ARNALDO CORREIA

**UMA ANÁLISE INTERDISCIPLINAR SOBRE AS EPISTEMOLOGIAS NA
ÁFRICA: O CASO DE GUINÉ-BISSAU**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Bacharel Interdisciplinar em Humanidades.

Orientadora: Professora Dr^a Vera Regina Rodrigues da Silva

**REDENÇÃO – CE
2017**

FICHA DE CATALOGAÇÃO

ARMANDO ARNALDO CORREIA

**UMA ANÁLISE INTERDISCIPLINAR SOBRE AS EPISTEMOLOGIAS NA
ÁFRICA: O CASO DE GUINÉ-BISSAU**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Bacharel Interdisciplinar em Humanidades.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Vera Regina Rodrigues da Silva

Primeiro Examinador: Prof. Dr. Ricardo Ossagô de Carvalho

Segunda Examinadora: Prof^ª. Dr^ª. Michelle Cirne

DEDICATÓRIA

Ao meu pai, Arnaldo Correia (*in memoriam*), e à minha mãe, Rosa Có, que me deram a vida e ensinamentos que jamais esquecerei. Vós sois meu exemplo de vida no meu crescimento
como um ser humano;

À minha irmã mais velha, Arminda Rosa Correia, pelo que tem feito por mim desde minha
infância até aos dias de hoje;

Ao meu tio, Maio Có, pelo apoio que sempre me deu nessa jornada;

Aos meus irmãos de casa e à toda família;

Aos colegas e amigos da universidade, que nos momentos difíceis deram-me incentivos;

A todos que estiveram e ainda estão perto de mim, que de forma direta e indireta contribuíram
para conclusão deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a toda minha família, em especial à minha mãe, Rosa Có, pelo amor e carinho; ao meu tio, Maio Có, pelo apoio desde os primeiros momentos; à minha irmã, Arminda Correia, Antonieta Correia, Vasco Correia, Barbosa Correia, Fidel Correia, Vania Correia, Nina Correia e Eduardo Có e a toda família que me deram incentivo para continuar a estudar com o significado de um futuro promissor.

Em especial ainda ao meu irmão, amigo e companheiro, Fidel Correia, que sempre teve tempo para mim e de forma sublime me encorajou a superar as barreiras e ter a ousadia de enfrentar o destino, meu muito obrigado, irmão!

À Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, por ter me concedido a vaga de estudo no Brasil no processo seletivo dos estudantes estrangeiros realizado em 2014.

Meu agradecimento especial à minha magnífica orientadora, professora Dr^a Vera Regina Rodrigues da Silva (uma mãe que o Brasil me deu), por ter aceitado na primeira hora meu convite de ser seu orientando, com a paciência, compromisso e determinação na orientação deste trabalho de conclusão do curso na Unilab, sou grato a ti, minha cara orientadora!

Aos colegas e amigos na pessoa de Didier Té, que no primeiro momento da minha chegada na universidade me facilitou nos compromissos acadêmicos; sem esquecer de Farã Vaz, com quem sempre me debrucei sobre o andamento desse trabalho e que me enriqueceu bastante nos momentos que preciso. Também, ao meu sempre amigo, Tamilton Gomes Teixeira, pelo nosso debate (nas dependências e fora da UNILAB) enriquecedor e interessante, e de todos aqueles que sempre estiveram próximo a mim na materialização desse trabalho.

A todos servidores e funcionários da UNILAB-CE, principalmente do Instituto de Humanidades e Letras (IHL), na pessoa de Leiliane Pontes, que sempre teve tempo para me atender, e aos professores na pessoa do diretor do instituto, Maurílio Machado, e coordenador do Bacharelado em Humanidades (BHU), Leandro Proença.

Ao Programa de Assistência Estudantil (PAES) da UNILAB e ao Programa de Bolsa de Permanência do Governo Brasileiro, que contribuíram de forma imensurável para minha estadia e permanência na universidade.

[...] o capitalismo global, mais que um modo de produção, é hoje um regime cultural e civilizacional, portanto, estende cada vez mais os seus tentáculos a domínios que dificilmente se concebem como capitalistas, da família à religião, da gestão do tempo à capacidade de concentração, da concepção de tempo livre às relações com os que nos estão mais próximos, da avaliação do mérito científico à avaliação moral dos comportamentos que nos afectam. Lutar contra uma dominação cada vez mais polifacetada significa perversamente lutar contra a indefinição entre quem domina e quem é dominado, e, muitas vezes, lutar contra nós próprios. Por outro lado, a resiliência do capitalismo revelou-se na reiterada operacionalidade de uma das suas armas que parecia ter sido historicamente neutralizada: o colonialismo. De facto, o fim do colonialismo político, enquanto forma de dominação que envolve a negação da independência política de povos e/ou nações subjugados, não significou o fim das relações sociais extremamente desiguais que ele tinha gerado, (tanto relações entre Estados como relações entre classes e grupos sociais no interior do mesmo Estado). O colonialismo continuou sobre a forma de colonialidade de poder e de saber [...]

(BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS, 2009).

RESUMO

Um trabalho sobre a interdisciplinaridade concentra-se em um arcabouço que engloba uma vasta gama de pensamentos e teorias não semelhantes, mas que procuram ter uma relação de aproximação nos contextos e aspectos que proporcionam eficiência dentro dessas temáticas nominalmente diversas. A África é um continente que contém, atualmente, cerca de 54 países independentes, cujas culturas, tradições e modos de vida não são iguais. A Guiné-Bissau é um dos países que está dentro desse continente, situado na costa ocidental. Trata-se de uma ex-colônia portuguesa, que se tornou independente, em uma perspectiva unilateral, em 1973. Nesse contexto, esse trabalho tem como objetivo procurar compreender o impacto das epistemologias (por vezes, metáforas) na África, dialogando especificamente com Guiné-Bissau, sobre diferentes componentes que marcaram e ainda marcam as sociedades nas suas relações em torno do poder. O trabalho deriva de um diálogo epistemológico na esteira de ciências humanas, usando a História, a Sociologia, a Antropologia e as Relações Internacionais como instrumentos para análise bibliográfica e documental, sendo que a base deste trabalho está centrada em uma pesquisa bibliográfica e documental.

Palavras-chave: Epistemologias; África; Guiné-Bissau; Desenvolvimento; Política; Poder.

ABSTRACT

A work on interdisciplinarity focuses on a framework encompassing a wide range of thoughts and theories not alike, but which seek to have a rapprochement in contexts and aspects that provide efficiency within these nominally diverse topics. Africa is a continent that currently contains about 54 independent countries whose cultures, traditions and ways of life are not the same. Guinea-Bissau is one of the country of this continent, its located on the west coast and the former Portuguese colony that took its unilateral independence in 1973. Therefore, this work aims to understand the impact of epistemologies (sometimes metaphor) in Africa by specifically dialogue With Guinea-Bissau on different components that marked and still mark the societies in their relations around the power. The work derives an epistemological dialogue in the wake of human sciences using History, Sociology, Anthropology and International Relations as tools for bibliographical and documentary analysis, and the basis of this work is centered on bibliographical and documentary research.

Key-words: Epistemologies; Africa; Guinea-Bissau; Development; Politics; Power.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Mudanças e transições políticas entre 1974 a 2012.....	97
Quadro 2 – Nomeações e exonerações de PM entre 1973 e 1980.....	109
Quadro 3 – Nomeações e exonerações de PM entre 1982 e 2000.....	109
Quadro 4 – Nomeações e exonerações de PM entre 2000 e 2003.....	109
Quadro 5 – Nomeações e exonerações de PM entre 2004 a 2012.....	109
Quadro 6 – Nomeações e exonerações de PM entre 2015 e 2003.....	110

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD –	Ação para Desenvolvimento
ADPP –	Ajuda de Desenvolvimento de Povo para Povo
AGU –	Agência Geral de Ultramar
AI –	Ajuda Internacional
APD –	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
APP –	Ajuda Programada para o País
BAD –	Banco Africano de Desenvolvimento
BHU –	Bacharelado em Humanidades
CAD –	Comité de Ajuda ao Desenvolvimento
CEDEAO –	Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental
CEMGFA –	Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas
CI –	Cooperação Internacional
CID –	Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
CPLP –	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CSS –	Cooperação Sul-Sul
DIT –	Divisão Internacional de Trabalho
EMGFA –	Estado Maior General das Forças Armadas
EUA –	Estados Unidos de América
FARP –	Forças Armadas Revolucionária do Povo
FED –	Fundo Europeu para o Desenvolvimento
FMI –	Fundo Monetário Internacional
GATT –	General Agreement on the Tariffs and Trade - Acordo Geral de Tarifas e Comércio
GF –	Guerra Fria
GIC-GB –	Grupo Internacional de Contato para Guiné-Bissau (criado em 2006)
LLN –	Luta de Libertação Nacional
LN –	Liga das Nações
MLLN –	Movimento de Luta de Libertação Nacional
MPA –	Movimentos dos Países não Alinhados
MR –	Movimento Reajustador
OCDE –	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico ou
OECD –	Organization for Economic Cooperation and Development

ONG –	Organização Não Governamental
ONU –	Organizações das Nações Unidas
OUA –	Organização da Unidade Africana
PAE –	Programa de Ajustamento Estrutural
PAIGC –	Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde
PALOP –	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PEC-G –	Programa de Estudantes-Convênio de Graduação
PEC-PG –	Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação
PGM –	Primeira Guerra Mundial
PIP –	Programa de Investimento Público
PMA –	Países Menos Avançado
PNUD –	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPC –	Projeto Pedagógico do Curso
RNB –	Rendimento Nacional Bruto
SGM –	Segunda Guerra Mundial
TCC –	Trabalho de Conclusão do Curso
TIC –	Tecnologia de Informação e Comunicação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	ÁFRICA: EPISTEMOLOGIAS HEGEMÔNICAS E CONTRA-HEGEMÔNICAS	18
2.1	COLONIALISMO: ENTRE O DISCURSO E A PRÁTICA	18
2.2	DESCOLONIALIDADE	28
2.3	EPISTEMOLOGIAS DO SUL	35
3	GUINÉ-BISSAU E O CONFRONTO DAS EPISTEMOLOGIAS	48
3.1	COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	48
3.2	A AJUDA INTERNACIONAL	63
3.3	O DESAFIO DO DESENVOLVIMENTO NA GUINÉ-BISSAU	69
4	GUINÉ-BISSAU NO SISTEMA MUNDO: POLÍTICA, PODER E POLÍTICAS PÚBLICAS	85
4.1	O ESTADO GUINEENSE	85
4.2	INSTABILIDADE POLÍTICA: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS	97
4.3	POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA PROPOSTA PARA REFUNDAÇÃO DO ESTADO GUINEENSE	111
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
	REFÊRENCIAS	125

1 INTRODUÇÃO

O trabalho ora apresentado, sob o título *Uma análise interdisciplinar sobre as epistemologias na África: o caso da Guiné-Bissau*, tem como propósito analisar as epistemologias desenvolvidas na África, em particular em Guiné-Bissau, desde 1973 a 2014. Seu aparato a partir do seu uso mais amplo permite fazer uma grande reflexão sobre a África, especificamente sobre Guiné-Bissau, a partir das relações de dominação, estabelecendo vínculos no enquadramento político nacional e internacional, dando destaque às relações de poder, ao paradigma do desenvolvimento e ao Estado como uma instituição que guia uma determinada sociedade.

Este estudo partiu de grandes inquietações que tiveram origem na disciplina *Colonização e Pensamento Antropológico II*, uma disciplina obrigatória dentro do Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Humanidades (PPCBHU), a qual tive a oportunidade de cursar com minha orientadora (professora Dr^a Vera Regina Rodrigues da Silva) no quarto trimestre (agora a universidade adotou o regime semestral) em 2015 na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Tenho a honra de dizer que a partir dessa disciplina, eu e demais colegas de disciplina, tivemos a oportunidade de elaborar um artigo científico que foi apresentado por nós no *I Congresso Nacional de Ciências Sociais (CONACSO)*, realizado em setembro do mesmo ano na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), em Vitória.

De igual modo, neste mesmo ano participei de um projeto de extensão denominado *Sementes Descoloniais*, coordenado e ministrado pela professora Dr^a Vera Regina Rodrigues da Silva e também com participação de alguns professores que ministraram alguns cursos dentro do projeto. A partir disso, venho circulando em diferentes contextos, porque o projeto era interdisciplinar e tratava de diferentes pontos de vista, nos quais a Sociologia, a História, a Antropologia e as Relações Internacionais me permitiam fazer por meio delas uma análise intrínseca do contexto atual (em 2015) no qual a Guiné-Bissau vivia/vive, sendo que os contextos político, econômico e social não eram e ainda não são de bom agrado, o que me motivou bastante a escolher esse assunto. O tema se insere na conjuntura gnosiológica, política, econômica e social da África, em particular deste país do oeste africano (Guiné-Bissau), em um estudo reflexivo relativamente a impactos epistemológicos.

Com vistas a enfatizar que o impacto epistemológico não se assenta necessariamente ou literalmente no prisma da epistemologia em si, como alguns autores têm se alinhado nessa perspectiva conceitual, me apropriei deste conceito tal qual Maria Paula Menezes (2008) e

Boaventura de Sousa Santos (2009) destacam-o para expor o cenário do “Norte Global e do Sul Global”. Aqui, trata-se de fazer um estudo em diferentes moldes teóricos, permitindo apropriar-me deste conceito e usá-lo para abordar temas relacionado à política, poder e as relações de dominação, os quais abordarei por meio de correntes dominantes, correntes contra dominantes, configurações de interesses que perpassam a conjuntura econômica política e social. Partimos da ideia do Estado moderno como responsável por uma organização nacional contundente, que através de um viés hierárquico nas suas estruturas representativas, tem um papel vital a partir dessa demonstração possivelmente latente.

Ao longo do século XX, o mundo viveu certas manifestações de capacidade de afirmação, reveladoras de um conjunto de instrumentos diametralmente contraditórios em termos de país, de classe e de pertencimento a um certo grupo social, até ao ponto de tudo por um tempo desmoronar em certas situações manifestadas. A África não foge da regra atribuída neste conjunto de exaltações emaranhadas que, de alguma forma geral, teve seu impacto no continente, pois em Guiné-Bissau em particular, rodeada pela lógica de características inerentes a este ponto, julga-se um certo desejo de transfiguração dos elementos paradigmáticos.

A história de um país chamado Guiné-Bissau partindo no século XXI, encara-se uma mudança de século que não fez mudar drasticamente as lógicas já vividas nos 10 últimos anos do século precedente. Os primórdios do novo século tocam num pensamento hesitante de fazer chegar a um caminho irretocavelmente viável. Na medida em que o século XXI se ganha proporções, a sociedade guineense se torna mais complexa de perceber presumivelmente ao teor da sua longa história.

Os paradigmas democráticos com processo de sua implantação a partir da década 90, no limiar do novo século (XXI), sofreram em grau mais ou menos consistente uma baixa produção rentável no país (Guiné-Bissau). O que faz perceber certas objeções em torno da máquina política, que desde sua fundação, as objeções não paravam de crescer, aliás as objeções sempre fizeram parte da sua dinâmica. “[...] O Estado antigo, o Estado medieval, o Estado que se organizou sob a influência das ideias da Revolução Francesa, eram diferentes do Estado contemporâneo” (AZAMBUJA, 2008, p. 22).

Deste modo, parece-nos que a concretude no qual o Estado da Guiné-Bissau foi inspirado entrou em colapso, ou seja, já tinha entrado em colapso em formas de sua relação com a sociedade civil e demais órgãos que constituem a sua característica. Observa-se que, desde sempre, a teoria do Estado sempre nos mostra que o Estado leva tempo para se

consolidar, ou seja, não é fugaz no seu processo de consolidação para constituir, a partir da sua base social, dispositivos que o tornem eficiente e sem preocupação sob suas costas.

Isso, provavelmente, pode gerar um certo pensamento de dubiedade no sentido de que o caminho que ainda estamos a percorrer não nos permite chegar a uma certa conclusão. Importa, ainda, salientarmos que todas as seções contidas neste trabalho têm um elo aparentemente ao Estado, por isso, nessa introdução, procuramos chamar atenção sobre a sua construção de base hierárquica e como estrutura social moderna, principalmente na Guiné-Bissau.

O trabalho é fruto de uma longa pesquisa de quase dois anos e meio acerca dos assuntos que têm atormentado o mundo, em particular nas universidades, principalmente no campo das ciências sociais e humanas, que procuram debater e refletir sobre a sua perceptibilidade e imperceptibilidade nos contextos comuns ou distintos no século XXI, sobre o qual podemos julgar que exige mais tempo e mais criatividade no enquadramento da dinâmica de um pesquisador que está na fase da construção intelectual e do conhecimento.

A metodologia deste trabalho parte de uma pesquisa bibliográfica e documental, começando com a pesquisa de livros, teses, dissertações, monografias, documentos e artigos, impressos, assim como nos sites seguros da internet. Assim, será feita uma análise bibliográfica, ou melhor, uma revisão da literatura, de modo a selecionar as bibliografias e documentos que apresentam maior relevância e que coadunam com o tema, bem como os objetivos ora propostos. Dessa maneira, a pesquisa qualitativa no enquadramento histórico em um diálogo com a Sociologia, a Antropologia e as Relações Internacionais possibilita elaborar essas etapas no decorrer da pesquisa.

Assim, este trabalho em geral está dividido em três seções em que diversos assuntos fazem-se cruzar um e outro, de forma a ganhar amplitude e sentido teórico e metodológico de uma pesquisa com esta dimensão.

A primeira seção divide-se em três momentos. Em um primeiro momento, abordamos o conceito de colonialismo e as suas facetas dimensionais no discurso e na prática, seguindo uma lógica hegemônica/única de conhecimento, principalmente nos países de ex-colônias portuguesa (Angola, Guiné-Bissau¹ e Moçambique), realizamos uma crítica da ciência

¹ Localização: A República da Guiné-Bissau fica situada na Costa Ocidental de África, limitada a Norte pela República do Senegal, a Leste e Sul pela República da Guiné e a Oeste pelo Oceano Atlântico. A sua superfície é de 36.125 km², dos quais apenas 27.700 km² constituem a superfície emersa devido à fraca elevação do país, relativamente ao nível médio das águas do mar; as marés penetram no interior até cerca de 150 km², fazendo com que algumas áreas fiquem parcial ou totalmente inacessíveis durante parte do ano. A população (resultado provisional do último censo 1991) era de 983,367 habitantes. A capital Bissau apresentava uma estimativa de 233,000 habitantes em 1995. Em 1997, 77,5% da população vivia nas zonas rurais. A população (estimativa de

moderna europeia e a sua ligação com o colonialismo. Dando prosseguimento, o segundo item fala da descolonialidade. Assim, procuramos trazer tal conceito e a sua objeção ao colonialismo, pensando sobre sua atuação na África e, principalmente, em Guiné-Bissau. Chamamos atenção também para outro termo, a saber, colonialidade, que se trata de um conceito que abarca todo o cenário da injustiça social, opressão, dominação e as relações do poder mais do que o colonialismo. Sendo assim, procuraremos por meio do tratamento das “epistemologias do Sul” abordar seu prisma, evidenciando como sua relevância para ver e pensar limites e possibilidades no cenário africano e seu uso no caso da Guiné-Bissau, como um conceito emergente e ousado, o qual procura desafiar os elementos tradicionais na história do conhecimento da ciência ocidental e de vários temas que elas (Epistemologias do Sul) abordam em torno da desconstrução.

Na segunda seção, procedemos com um capítulo acerca da dinâmica metafórica para elucidar os confrontos epistemológicos existentes na cooperação internacional, “ajuda internacional” e desenvolvimento. Esta seção, por sua vez, conta também com três itens. No primeiro item, abordamos o conceito de cooperação internacional como instrumento da política externa de um país, ressaltamos o caso da Guiné-Bissau com a sua política externa para o desenho de uma política externa eficiente no mundo globalizado. No segundo item, “ajuda internacional”, a partir de nossas inquietações, debruçamo-nos, a partir de um ponto de vista histórico, sobre o que vem sendo a “ajuda internacional”. Trata-se de um tema que hoje tornou-se objeto de debate de muitos autores sobre sua correspondência: é ajuda ou interesse latente? Talvez, o desenvolvimento desse item nos dará a possibilidade de responder essa pergunta. Já no último item desta segunda seção, centramo-nos na questão do desenvolvimento como um tema complexo, candente nas ciências sociais. Apresentamos a partir do seu ingresso na Guiné-Bissau e os caminhos por vezes contraditórios que se seguiram no país. Debates seu conceito a partir de diferentes autores com seus diferentes pontos de vista.

2007) é de 1.357.200 habitantes, para uma densidade populacional de 35,26 habitantes por km². O país é constituído por uma parte continental e uma parte insular que engloba o Arquipélagos dos Bijagós, composto por cerca de 90 ilhas e ilhéus, dos quais somente 17 são habitadas. Relevo, vegetação e hidrografia: Podem-se identificar essencialmente três zonas, uma costeira no Oeste, uma de transição no centro, caracterizada por planaltos ligeiramente ondulados e uma zona de planalto e de colinas na Região Gabú sector de Boé. A topografia favorece a existência de duas zonas de alta potencialidade produtiva, as zonas influenciadas pelas marés e as zonas circundantes às grandes bacias dos Rios Geba e Corubal, devido à grande disponibilidade de águas superficiais. Numerosos rios, dos quais o Cacheu, o Mansôa e o Geba são os mais importantes, percorrem o território e são as melhores vias de penetração no interior. Disponível em: <http://www.stat-guinebissau.com/pais/index_quadro_fisico.htm>. Acesso em: 13 jul. 2017.

Por último, a terceira seção é composta também por três itens. Descrevemos os caminhos que foram tomados depois das independências africanas, em especial Guiné-Bissau, relativamente à construção de um Estado moderno após a independência no país. No primeiro item, realizamos uma leitura profunda acerca da construção do Estado liderado pelo Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC)², bem como problemas enfrentados nas relações de poder e do déficit da idoneidade para ruptura dos problemas inerentes ao Estado moderno. Trazemos seu conceito para demonstrar o entendimento do seu corpo intrínseco e das mazelas deixadas pelo colonialismo português, que teve sua influência após a independência.

Descrevemos a relação do país dentro do sistema mundial, em uma posição menos privilegiada (designado de periferia ou terceiro mundo). Já no segundo item, analisamos a crônica instabilidade política dos últimos anos, bem como suas causas, observadas com atenção a partir de suas múltiplas versões de “crises institucionais” desde a sua primeira República, que tem causado consequências drásticas a mais de três décadas. Manifestamo-nos contra essas crises e a debilidade da máquina burocrática em uma época em que o século XXI está no seu décimo sétimo ano, sendo que ainda há povos que sofrem pelo colonialismo moderno e pelo sistema capitalista. Por isso, pelo olhar de um jovem que viveu no país vários anos de crise, apresentamos uma proposta para refundação do Estado guineense como solução para a saída das crises longínquas. Elencamos a partir de políticas públicas, que serão formuladas pelo poder executivo, a educação como pivô, mormente o ensino superior, como possibilidade de obter formados/quadros em diferentes áreas que o país precisa, dando o máximo do potencial de confiança nessa proposta como preponderante para instituir no país.

² “Segundo a versão consolidada, a 19 de Setembro de 1956, domingo à tarde, intervindo num círculo de amigos convidados para o efeito, Amílcar Cabral propôs a constituição de um partido político para alcançar a independência da Guiné e Cabo Verde e defender a união entre os povos guineense e cabo-verdiano, numa perspectiva geral de unidade africana. Seria o Partido Africano da Independência (PAI). Mas a fundação do PAIGC (sigla adoptada a partir de Outubro de 1960) tem de ser vista como um processo amplo e com antecedentes, onde intervieram variadas personalidades, e que só se concluirá pela afirmação pública e organizacional do PAI/PAIGC no decurso de 1960. Esta reunião de 19 de setembro de 1956 e a intervenção de Amílcar Cabral terão sido — como decorre dos testemunhos coetâneos, incluindo os do próprio — apenas o momento do lançamento do PAIGC como ideia e organização nacionalista e, portanto, o seu essencial «momento constituinte»” (SILVA, 2006, p. 8).

2 ÁFRICA: EPISTEMOLOGIAS HEGEMÔNICAS E CONTRA-HEGEMÔNICAS

O conhecimento científico tem sido objeto de debates teóricos e metodológicos, com ênfase na sua forma de aplicabilidade nos últimos anos, tendo em conta seu declive ontológico e epistemológico nas ciências humanas, principalmente na Sociologia e História. Em suma, esta primeira seção do trabalho consiste em um momento de questionar o conhecimento moderno europeu como o único conhecimento válido, buscando por meio de uma abordagem sócio-histórica um diálogo entre o conhecimento moderno europeu e o conhecimento africano (que a ciência desde seus primórdios não valoriza). Desse modo é possível pensarmos em uma sustentabilidade do conhecimento que não se assenta nas epistemologias hegemônicas e na ideia do “universalismo” da ciência moderna. Portanto, procuraremos um diálogo contra-hegemônico, que centraliza a interculturalidade do conhecimento como forma de uma relação horizontal epistemológica.

2.1 COLONIALISMO: ENTRE O DISCURSO E A PRÁTICA

O começo da história da “expansão europeia” no século XV constitui-se em uma nova engrenagem pela busca de assentamento do poder em diferentes moldes operacionais em territórios africanos. O século XV realmente marcou e ainda marca a memória coletiva do povo africano, devido aos fenômenos de várias décadas da ocupação colonial e imperial que guiaram o continente em uma condição imposta pelos colonizadores europeus, que pretendiam salvaguardar seus planos ocultos na sua fase embrionária dessa expansão. Henriques (2015) nos faz lembrar desse processo, afirmando que no plano oculto constavam manifestações de forças de poder em distintos sentidos, por exemplo, o poder econômico, político, social, epistemológico e cultural, etc. Toda essa manifestação de poder postava-se em um significado ideológico, em que os africanos eram povos neutros no que concerne à sua liderança local por uma força estrangeira, que impunha suas regras, desclassificando e inferiorizando o conhecimento existente na África.

O processo desta expansão passou por várias fases, assim, a ocupação dos europeus na África entrou na sua fase crucial nos finais do século XIX e consolidou-se no século XX, no qual fixava uma intensa apropriação territorial, praticamente marcada pelo cumprimento dos seus objetivos no tocante à exploração econômica, dominação política e cultural dos países africanos, mediante várias formas de invasão, impondo desse modo uma política colonizadora, que prejudicou fortemente os africanos durante o século (HENRIQUES, 2015).

Evidentemente, os propósitos mais polêmicos da “expansão europeia” são necessariamente fazer comércio transatlântico, missão civilizadora e levar administradores europeus com vistas a implantar uma nova política europeia dentro dos países africanos (LOPES, 1988, p. 252). Com o fechamento do “comércio de escravos”, o que era na altura a melhor configuração de um país europeu tornar-se competente em termos econômicos. Isso leva à seguinte questão: Este comércio foi mesmo banido? Os fatos apresentados fazem crer que o comércio não acabou na sua essência, contudo apresentou uma tendência mais baixa no tocante aos modos do capitalismo existentes no velho continente.

Com a independência do Brasil (1822), Portugal entrou em um colapso nacional, a coroa começou a se deparar com profundas dificuldades, pois não queria perder o seu lugar no campo internacional, o que lhe fez a recorrer à África, onde poderia extrair mais recursos para assegurar a sua base econômica, estimulando assim o seu “poderio” nos países tais como Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique. Nesse olhar mais sólido para com a África, “[...] o discurso colonialista português do último quarto de século contrastava muito, no entanto, com as capacidades reais dos controles dos lusitanos” (LOPES, 1988, p. 252). Percebe-se que Portugal perdeu a sua hegemonia no continente americano, o que lhe fez mudar de sua cronologia em direção à África.

Para Henriques (2015), o ano de 1960 marcou o início de uma ruptura colonial na maioria dos países africanos, enquanto que o colonialismo português estava a intensificar as suas bases administrativas cada vez mais em diversos países da África, dando o prosseguimento à sua ideologia colonial nos territórios chamados, à altura, de “África Portuguesa”, que apresentavam protagonismo português a despeito do povo africano, onde suas histórias foram marginalizadas a benefício de Portugal, ou seja, Portugal que se afirma como “descobridor de África”. A autora destaca que Portugal não se preocupava com a afirmação contra-hegemônica dos países africanos, pois procurou desenvolver a sua política colonial, não apenas por meio do discurso, mas também em um colonialismo científico, embasado pela ciência, para a qual havia uma epistemologia hegemônica.

Constatamos que a história do colonialismo não se limita a um só modo de pensar, o seu significado que centraliza as epistemologias, apesar de que pode se observar, no seu significado intrínseco conceitual, as epistemologias hegemônicas e contra-hegemônicas. Em uma ligação do passado com o presente, de acordo com Henriques (2015, p. 3), parte-se de uma premissa de que a prática do fenômeno colonial não morreu em todas as suas facetas, continuando na sua forma de “temática de minorias”, que para ela traz uma reflexão profunda

acerca das identidades que fazem parte da história do colonialismo, no qual havia a busca de preservação da história e suas memórias.

Falar hoje da história do colonialismo insere-se profundamente na correlação da história e ideologia, o que põe em evidência a construção histórica numa esteira ocidental, onde a força reinante da “manipulação do político e do ideológico” torna a história da maioria dos países não europeus num modelo de história europeu (o Norte Global em homogeneização). Por um lado, Henriques (2015, p. 3) afirma que a investigação do colonialismo dá possibilidade maior de ver com atenção a “natureza hegemônica” do ocidente, desvendando profundamente a “ideologia” por meio da realidade histórica, por outro lado, traz também a questão do novo fenômeno colonial hoje. Ela mostra uma certa dificuldade no rompimento das práticas coloniais devido à sua penetração cada vez maior no mundo contemporâneo.

Em busca de um laboratório teórico e metodológico no quesito ao conceito do colonialismo e seus efeitos discursivos e práticos, Henriques (2014) afirma que os termos colônia, colonização e colonialismo têm a mesma raiz, mas as classificações são diferentes e complexas, todavia ao longo do século ganham um tratamento de vicissitude, ou melhor, novas categorias no seu uso discursivo e prático.

A ideia de colônia consiste em considerar que um determinado país é “descoberto” no seu próprio território, colocando assim a sua forma de liderar a partir da sua própria política e das suas bases construídas nesse novo país dito que não havia “civilizados”. Deste modo, a colonização significa, nesse caso, impor a sua política, dando à visível retirada dos recursos nas colônias. Enquanto que, numa outra acepção trazida pela autora, o termo colonial tem uma semelhança com colônia, pois remete à procura do novo território colonial, um exemplo, nas Américas no século XVIII, assim “a palavra colonizador (aquele que coloniza, nação colonizadora) surge nos princípios de oitocentos, já o termo colonizado (aquele que sofre a colonização data do final do século XIX) [...]” (HENRIQUES, 2014 p. 47).

Dentre o trio teórico mencionado acima, já no século XX, sofreu alteração para um termo que abrange o seu conceito designado como “colonialismo”, no qual Henriques afirma que colonizar como conceito,

[...] é um exercício que visa desmemoriar as populações em relação à sua própria história, introduzindo a história do colonizador e construindo uma nova memória, onde uns e outros são hierarquizados de acordo com a ordem do colonizador, marcando de forma definitiva a valorização do mesmo, a desvalorização e a recusa do outro. A violência — nas suas múltiplas facetas — inerente à dominação foi sempre uma constante dos processos de colonização (HENRIQUES, 2014, p. 49).

Conforme Henriques (2014), colônia, colonização, colonial e colonialismo fixam um eixo de relações sociais de hegemonia e de exploração do homem pelo homem, levando em conta não apenas a superioridade do indivíduo para com outro num determinado país ou região, mas também a relação ambígua do conhecimento, das formas de pensar, construindo assim um imaginário que se pauta nas ideologias. Para autora, isto mostra que há de fato uma característica da colonização, a qual designa quem manda e quem cumpre, neste caso o colonizador manda e o colonizado cumpre o mandado de fazer todas as tarefas conforme o colonizador manda, isto é, pela força do poder.

O objetivo da colonização europeia na África perpassa por três planos, isto é, plano econômico, político e ideológico (HENRIQUES, 2014). No plano econômico, há um foco principal, que é a retirada dos recursos no país do colonizado permitindo, destarte, o colonizador ter uma base econômica forte, centrado no capitalismo. Pois, no plano político, consiste em ter acesso total do colonizado, impondo de uma certa forma a sua política, afirmando a liderança governativa no sentido de dominação e de proveito territorial. Enquanto que o plano ideológico emana de uma realização por meio do discurso e prática de uma justificativa que possibilita a legitimidade e obrigação de “aculturar e civilizar” o povo africano, que remete à lógica única de hegemonia do conhecimento e de cultura.

O século XX marcou as “novidades linguísticas” no que tange ao colonialismo na sua reformulação conceitual e linguística, nesse enquadramento, o colonialismo parte para a abertura de um território e supremacia colonial, como diz Henriques (2014, p. 47), “(sistema de expansão e dominação colonial; teorias e doutrinas coloniais e ainda, na língua portuguesa, “interesse, paixão das coisas coloniais)” “enquanto que, colonialista tende a ser como colonialismo trabalhando numa linha colonial, segundo na concepção de Henriques “(relativo ao colonialismo; partidário do colonialismo; significa também na língua portuguesa, “aquele que se dedica a assuntos coloniais)””. Estes dois últimos termos, conforme a autora, vieram à tona como termos de hierarquia e ganharam uma densidade teórica numa conexão pejorativa, no qual tudo se direciona a seus princípios e os valores originais numa clivagem ideológica e as políticas que estão em prol da execução dos projetos europeus da dominação colonial do século XX.

De acordo com Kottak (2013), na sua obra *Um espelho para a humanidade*, na qual analisa a particularidade do sistema mundo e colonialismo, na sua concepção no que diz respeito ao conceito do colonialismo, define colonialismo como uma estratégia política, econômica, cultural e social usada para neutralizar as outras camadas vistas como os mais

desfavoráveis no mundo, dependendo do espaço onde se insere essa camada por uma potência estrangeira pertencendo as dimensões cronológicas. Para Boaventura de Sousa Santos (2009), colonialismo engloba todas as facetas da inoperância epistemológica não apenas da liberdade, mas também das expressões endógenas, da legitimidade do poder, do conhecimento e da emancipação social, controlado por uma epistemologia hegemônica ocidental.

Nessa conjuntura teórica das epistemologias hegemônicas e contra-hegemônicas em que o colonialismo em si apresenta uma dupla natureza antagônica que se destaca como epistemologias hegemônicas e contra-hegemônicas construídas há séculos atrás nas sociedades europeias e não europeias, que por um lado vigora com seus efeitos na sociedade contemporânea numa lógica ocidental parcialmente epistemológica. A partir da década de 50, o colonialismo ganha mais contorno no seu aspecto social, político e ideológico, que põe em evidência as mais ambíguas formas do funcionamento da sociedade, fundamentando-se no discurso colonial. Mais tarde, “registre-se também a necessidade de alguns novos governantes (ex-colonizados) de justificar incompetências, violências e práticas corruptas, recorrendo a políticas de vitimização assentes exclusivamente nos malefícios herdados do colonialismo” (HENRIQUES, 2014, p. 54).

A colonização é atualmente vista como a forma mais leve da ideologia e a colônia neste caso são os países que foram vítimas da colonização (o Sul Global) no passado, enquanto que colonialismo foi o termo recente numa comparação com colônia e colonização (HENRIQUES, 2015). Chama atenção nas práticas remontadas pelo colonialismo, para autora o colonialismo evidencia todas as formas de atuação do colonizador junto ao colonizado, no passado assim como no presente. Colonialismo possui uma característica de diferenciação do lugar entre o colonizador e o colonizado, uma vez que não havia igualdade cultural e social entre ambas, não havia a autonomia do colonizado e a hegemonia do colonizador ganhava peso maior nas suas relações discursivas e práticas, no que concerne à negação da história da África, dando lugar à lógica hegemônica do conhecimento, ou seja, tudo ocorria conforme as normas do colonizador.

Segundo Patrícia Villen (2013), no seu livro *Amílcar Cabral e a Crítica ao Colonialismo*, penetrando no discurso de Estadista da era colonial “Adriano Moreira”, analisando-o no seu discurso sobre a consolidação da ideologia colonial. Villen ressalta que o discurso do “regime Salazarista” se enquadrava num crime contra os africanos, em que a ideia central deste discurso era que os africanos eram “povos inferiores” e que as teorias científicas justificavam essa incapacidade de raciocinar. Os discursos dependiam do lugar em que se discursava, ou seja, aquilo que era falado por exemplo na Guiné-Bissau, em Cabo Verde,

Moçambique e outros países da África não era o mesmo discurso usado em Portugal para dar ênfase ao Estado português.

Para termos uma vasta percepção no que tange ao Estado Novo em Portugal nos anos 50 e as suas políticas ambivalentes (Epistemologias hegemônicas e contra-hegemônicas por outras palavras, o discurso dentro do território europeu e outro discurso no território africano) no plano interno e externo, Adriano Moreira (estadista e intelectual do Estado novo) como um dos teóricos na política colonial dá-nos a possibilidade de entender de fato a base do “aparato ideológico” que, segundo Moreira (apud VILLEN, 2013 p. 67-68), reforçava a partir da ciência o autoritarismo português nos territórios na altura “ultramarinos”. O colonialismo era embasado nas teorias científicas, dado que havia “Instituto de ciências sociais e estudos ultramarinos” encarregado de dar suporte intelectual à ideologia colonial, que colocava em evidência o conhecimento africano, visto na altura como subalterno da “raça humana”, “incivilizado” e carente de conhecimento.

De acordo com Henriques (2015), este processo estava a ser guiado pelo mito científico que se fundamenta em três formas dentro de ciências humanas, isto é, Antropologia, História e Sociologia, que expõem as diversas características mitológicas em que a ciência entra. Como realça Henriques,

Estes três grupos de mitos, pensados em três dimensões – antropológica (a superioridade racial e cultural do homem branco e o seu corolário «a missão civilizadora», histórica (o papel fundador dos descobrimentos portugueses no conhecimento e a secular continuidade da presença de Portugal no mundo), sociológica (a teoria do lusotropicalismo, de Gilberto Freyre, assentando na singularidade das relações harmoniosas sempre estabelecidas pelos portugueses com outros povos, as virtudes da «assimilação» e as evidências da ausência de racismo nacional) - , asseguraram de maneira eficaz e duradoura a justificação científica e a legitimidade histórica das opções coloniais portuguesas (HENRIQUES, 2015, p.6).

Henriques (2015, p. 8) chama atenção a essa mitologia, ela não define apenas o sistema colonial português NA África, define também a partir da ciência na esteira das teorias antropológicas, históricas e sociológicas, as quais Portugal justifica por meio dos discursos que pretendiam que a comunidade nacional e internacional acreditasse nos três mitos do seu envolvimento europeu colonial na África. A autora destaca, ainda, por outro lado, que essa tendência estava em torno de uma política de dominação, onde Portugal regula por meio de uma premissa científica que ocupa um lugar relevante nos países africanos, que tinham como colônia e isto era benéfico aos africanos. Na concepção de Henriques e no seu julgamento, essa relação hegemônica centrava-se numa dominação aos povos africanos no qual “[...] em 1993, Salazar continuava a afirmar que Portugal era uma “nação pelo mundo repartida”

marcada pela ausência de qualquer preconceito racial nas práticas [...]” (HENRIQUES, 2015, p. 8).

Pode-se ver que, neste período, Portugal sofria pressão da sua própria população, dadas as práticas do Estado novo Salazarista, uma prática autoritarista e ditatorial, e não só na arena internacional havia uma crítica constante acerca do colonialismo português na África (no sentido de dar independência aos povos africanos) por meio das organizações pan-africanistas, ONU e organizações que clamam pela paz no mundo, e uma constante movimentação de líderes das revoluções africanas. Isto mostra que todo índice estava a favor dos países africanos para romper com a política de colonialismo.

Igualmente, Villen (2013, p.70) aponta na sua análise crítica ao discurso de Salazar que apoia uma identidade única, que torna Portugal e África como um “Estado” e povo de uma só identidade. Esse discurso não se assenta apenas no colonialismo, pois nota-se que há uma tendência egoísta que leva Estado Novo Português a definir territorialmente “uma comunidade pan-lusitana que abraça Portugal continental e o Portugal ultramarina”, o que na verdade era um pseudodiscurso que se fundamenta a partir de um caminho ideológico, cruzando-se na realidade com as esferas epistemológicas científicas, que por seu lado recusam outro tipo de epistemologia (uma epistemologia que não se baseia na ciência moderna ocidental) a não ser a europeia. Tudo era planejado para não entrar em choque com o povo português, de maneira a criar revoltas contra o Estado Novo com a sua campanha de divulgação dos seus interesses.

Com essa visão, Villen (2013, p.77) salienta a apropriação do território pelos colonizadores, no qual havia também, no pensamento de Adriano Moreira (um estadista do Estado Novo) , a que colonização de um território no comando do outro Estado que não tem nenhuma ligação continental, assim como ligação de identidade tinha como o objetivo fazer desse território “um instrumento” que beneficiasse o colonizador para suas práticas singulares. Essa prática colonial e discursiva não era geralmente restrita, ia até a implantação de uma cultura “missionária” que procurava a partir da doutrina catolicista “civilizar” os africanos que estavam num continente de “incivilizados”, os quais deveriam ser civilizados pelas “escolas missionárias” nos meandros do século XX.

A concepção das epistemologias hegemônicas para uma teoria universalista que opera por meio de um dínamo regulador de todas as outras concepções, as escolas missionárias, por exemplo, dirigidas pelas instituições religiosas tiveram um papel fundamental no processo do alargamento da política colonial, neste caso não só negaram o conhecimento existente na África, mas também fizeram uma política de inculcação de que as religiões de matriz africana

eram religiões de domínio diabólico e não podiam fazer parte das doutrinas religiosas cristãs e os próprios africanos precisavam salvar as suas almas amaldiçoadas daquelas religiões através da religião católica, em colaboração com instituições estatais de Estado Novo português.

Henriques (2015) procura demonstrar como o conhecimento era levado num campo ideológico, no seu argumento sublinha que nos territórios africanos designados pelo colonizador como “espaço ultramarino” não existiam conhecimento que dariam conta para falar da existência da história, cultura do povo africano, ou melhor, os africanos não adquiriam um conhecimento que poderia sustentar o seu quotidiano. Pois a autora destaca que essa visão estava estabelecida dentro de um “realismo colonial”, que tinha como foco ter os africanos na mão, visto que as condições climáticas nos territórios africanos não permitiam que os portugueses trabalhassem para salvaguarda das suas economias nessa linha. Henriques (2015) distingue que o discurso e a prática colonial apresentavam-se num cunho racista, tornando assim o homem “branco” superior ao homem “negro” em diversas formas, como se pode ver, a intelectualidade, civilização e o corpo físico.

Mediante este segmento de subalternização epistemológica do outro no seu próprio território, destacando-se no centro das epistemologias como o único que poderia dar conta de qualquer problema existente numa sociedade diversificada no quesito ao conhecimento, resume-se por uma certa forma por epistemologias hegemônicas. Por um lado, a concepção contra-hegemônica consiste na reconfiguração e revalorização de uma epistemologia interna, ao modo de inconformismo guiado por uma ideia permanentemente de interesses holísticos da sua própria matriz, seja religiosa, política, formação social e principalmente das suas epistemologias endógenas, permitindo assim inserir-se num reino de luta para salvaguardar as suas epistemologias.

Havia uma restrição para o reconhecimento do outro, fundamentada pela antropologia física (HENRIQUES, 2015), isto é, coloca-se nessa condição que o africano não fazia parte de seres humanos. A vida do africano estava firmada numa direção de selvajaria, isento de história e conhecimento, não se podia entrar no ambiente científico ocidental, dado que o continente, com a exceção de Egito, não conhecia a “escrita”.

No outro significado, Henriques destaca que para que haja o controle hegemônico do conhecimento à altura precisava-se de uma regra que definiria o status epistemológico entre o europeu e o não europeu, “selvagens e civilizados”, no qual especialistas da antropologia física podiam fornecer e essa seria a “base científica”. Oliveira Martins (apud HENRIQUES, 2015) na sua observação com foco numa doutrina antropológica, mostra a superioridade do conhecimento europeu em relação aos africanos, visando a implantação de política colonial do

Estado que promove “o estudo, o ensino e conhecimento científico das questões coloniais capaz de introduzir uma maior racionalidade na política e garantir os interesses nacionais em África, o espaço que dava consistência a dimensão a império português” (HENRIQUES, 2015, p. 9).

Neste contexto, Henriques (2015, p. 10) nos afirma que foi criada uma escola europeia colonial no lugar em que integravam as disciplinas como “História da Colonização, Geografia Colonial, Geografia Médica, Antropologia Física, Etnografia, Direito, Economia Política, Administração Colonial, Química Agrícola, Botânica Agrícola, Floresta de Ultramar e ainda algumas línguas dos territórios ultramarinos”, estas disciplinas primavam com objetivo de debater as questões ligadas à cultura asiática (Índia) e africana, o que torna evidente um desequilíbrio total no que concerne à cultura e conhecimento africano num tratamento inferiorizante no pensamento colonial e numa lógica da afirmação do pensamento ocidental da hierarquia de “raças” e culturas. Por um lado, as disciplinas em si não dialogam de um modo efetivo com a realidade africana e os que estavam no território africano sob administração colonial imbuídos do pensamento europeu ocidental e carentes de entender a realidade africana, visto que o objetivo era “conhecer” apenas para tirar o proveito.

Podemos observar nessa ligação da ciência moderna ocidental com o não ocidental que busca comprovar por meio das inverdades científicas a inexistência do conhecimento africano em todos os domínios do saber, centrado numa linha que descaracteriza todo o conhecimento que não é científico, ou seja, que não se adequa com a ciência moderna, como nos mostra Henriques.

Henriques (2015) aponta nesta fase que se fazia grande esforço para desvalorizar o caráter histórico em si e a história dos africanos e afirmar o “direito português” para dominação territorial e epistemológica nos países africanos. Para a autora portuguesa, este processo não era direcionado para afirmação efetiva do conhecimento do passado, mas, sim, de cumprir a colonização portuguesa no discurso e na prática de acordo com o tempo, partindo das suas especificidades ideológicas no tocante às problemáticas nacionais e internacionais nos séculos XIX e XX. Como bem explícito adiante,

A inferioridade racial dos africanos, a sua quase animalização tão cientificamente confirmada pela ciência oitocentista, permitia escamotear a história da África, despojada de qualquer forma de intelectualidade, como já o fizera Hegel, mestre directo ou indirecto de Silva Cunha, entre tantos outros homens fortes do regime salazarista. O conhecimento histórico relativo à África tornava-se, assim, num segmento da história portuguesa, os africanos sendo apenas mobilizados para permitir a afirmação da coragem ou da inteligência dos portugueses. Se a concepção de uma «África portuguesa» dirigia a organização da historiografia portuguesa,

concentrando num espaço único e homogêneo, centrado em torno dos portugueses, as diversas realidades africanas, foi ela obrigada frequentemente a romper essa unidade histórico-espacial e a elaborar estudos monográficos, exigidos pela própria operacionalidade colonizadora (HENRIQUES, 2015, 19).

As epistemologias hegemônicas construídas a partir do imperialismo e colonialismo nos séculos XV a XX no campo discursivo e prático, do colonizador, nas suas restrições epistemológicas norteadas por uma política de não aceitação do não europeu como pertencente ao horizonte do conhecimento válido a nível histórico, sociológico, e antropológico, assume na nossa pesquisa uma carga valente, a qual apresenta com mais alta visão desonra e desumanização epistemológica, ou melhor, a veracidade de fazer do outro um conhecimento neutro atrás do conhecimento moderno europeu, que não leva em conta o contexto específico e a nível micro e macro concernente ao conhecimento africano na sua configuração de lidar com problemas de diferentes naturezas estruturantes nos séculos atrás numa estrada contra-hegemônica.

Uma questão suscitante se coloca mediante esse debate, para que nos permita pensar profundamente na realidade de qualquer um: O conhecimento moderno europeu como conhecimento dominante e hegemônico consegue resolver todos os problemas que geralmente são invocados a resolver de uma forma imparcial?

No que concerne às mazelas permeadas pelo universo contemporâneo e as contradições que tem suscitado a realidade científica dentro e fora das universidades, percebemos, por um lado, que vários estudos sobre o desenvolvimento humano nas sociedades do centro, semiperiférico e periférico, há um aumento galopante de riquezas por um grupo pequeno de pessoas a despeito da maioria, o que provoca as relações assimétricas, o silenciamento da mobilidade social e o aumento da estratificação social. Nossa inquietação poderia ser: por que que a ciência ainda não consegue resolver e dilapidar estes problemas?

A resposta poderia ser, nesse caso, uma grande reflexão sobre a história do colonialismo e seus efeitos na África e nos povos que ainda vivem a ignorância do conhecimento científico moderno e a relíquia do colonialismo. Do nosso ponto de vista, a consequência do colonialismo não só causou dor irreparável ao continente africano, mas também a ex-colonialistas ocidentais (a ideia de que o conhecimento científico é a verdade inexorável). Um exemplo disso é o estranhamento que entra ao ver um intelectual africano a ministrar cursos e dar palestras nos grandes institutos e universidades europeias, claro que para eles nenhum africano teria toda capacidade de ministrar cursos e dar palestras nestas instituições tradicionais europeias. Esse exemplo não só se encaixa nas instituições europeias,

mas também no Brasil. Há de se repensar a ciência moderna ocidental e engendrar novos caminhos e novos paradigmas.

A historiografia portuguesa relacionada à história da África nas últimas décadas foi caracterizada pela não autonomia da história do povo africano, que serviu de monopólio da história portuguesa, que, por seu lado, afirmava que os africanos não tinham história própria. Veja-se como se processa um argumento de viés epistemológico hegemônico (HENRIQUES, 2015).

Para dar ênfase a esse diálogo sustentado pela teoria científica, Henriques (2015, p.11) argumenta que era necessário, segundo o discurso do colonizador, conhecer a antropologia/etnografia do povo africano de modo a dominá-los, ou seja, numa linha de vicissitude ao conhecimento antropológico como alicerce da colonização. Nesse cenário, soblevou a “Agência Geral de Ultramar” (AGU) em 1924, ligado a transformações dos modelos coloniais num significado da sua prática e ações científicas que remete a novo olhar para com a África. Não foi possível a execução desse projeto de mudança (transição da epistemologia hegemônica) de paradigma colonial justificado para desqualificar o discurso científico português, que posteriormente ganharia destaque a partir de 1926 com Estado Novo que, na sua atuação colonial re-modificou o sistema colonial ainda forte, isto é, a eliminação completa da autonomia dos dominados naquela época. Assim, “o conhecimento antropológico procurou igualmente o “conforto” da dimensão cultural para explicar as violências exercidas pelo aparelho colonial sobre as populações” (HENRIQUES, 2015, p. 12).

A época colonial apresentada em diferentes formas por Henriques traduz-se numa certa discrepância que assola o conhecimento do outro a partir de uma ligação de um conjunto de formas de pensar que remontam à lógica do conhecimento moderno europeu. Os argumentos contra-hegemônicos assumem, portanto, uma posição fulcral no próximo item, que se opõe ao colonialismo, de modo a trazer à tona os diálogos que vão possibilitar a desconstrução da lógica das epistemologias hegemônicas que atuam em conformidade com o colonialismo no discurso e na prática, que assentam a hegemonia histórica, sociológica e antropológica, que ocultam o conhecimento existente na África. Essa é a perspectiva que adotamos para falar em colonialidade.

2.2 DESCOLONIALIDADE

Henriques (2015) mostra uma grande dificuldade de minimizar, ou seja, de desconstruir a ideologia colonial. Para a autora, este fenômeno traz em um contexto lúcido o

estudo mais aprofundado sobre o processo da dominação colonial que nos leva a entender as diferentes facetas do colonialismo, de como atua no processo da sua consolidação e da construção historiográfica ultramarina. Porém, não vamos entrar muito nesse debate, por entendermos que não se alinha ao item como o que propomos para destacar. Realçamos, nesse sentido, a descolonialidade como forma de enfrentamento e protesto ao colonialismo.

A descolonialidade pode ser vista em diferentes formas, optando sempre num pendore das epistemologias contra-hegemônicas, que na sua relação ao colonialismo podemos apontar dois polos ambivalentes numa acepção em que o colonialismo no seu eixo de discurso e prática representa epistemologias hegemônicas e a descolonialidade, numa margem que remete ao princípio de ter uma sociedade de não dominação entre-se, então, na linha das epistemologias contra-hegemônicas.

Os autores José Eustáquio Romão e Moacir Gadotti (2012, p. 98), afirmam, neste sentido, que “se o discurso colonizador apresenta a cultura do colonizado como inferior, inculcando a ideia de que o colonizado precisa da proteção política e da cultura “superior” do colonizador. O colonizador traz a ideia da superioridade racial cultural e coisifica o colonizado”.

Quando o ser humano é visto como o não humano, sugere-se a necessidade de procurar o sentido do seu humanismo que o torna como ser humano pertencente a uma zona descolonial, como nos argumenta Amílcar Cabral (apud VILLE, 2013). Na sua obra *Amílcar Cabral e a Crítica ao Colonialismo*, segundo Ville, as análises anticoloniais de Cabral não eram apenas para dismantelar o que estava na base do colonialismo português na África. Cabral via o colonialismo português na África como fator de atraso no tocante à situação cultural, social e econômica.

Era crucial, nesse cenário, não apenas fazer a mudança dessa situação, mas também expressar com toda efetividade e coragem contra o argumento dos colonizadores alicerçados na “tese da menoridade histórica” (VILLEN, 2013, p. 133), que põe em causa os africanos no sentido de serem submissos aos europeus, no que tange ao trabalho escravizado, perda da legitimidade cultural, não possuir rendimentos econômicos e que não se admitia uma política do povo local, tudo se comprovava pela uma regra jurídica “estatuto dos indígenas”.

A descolonialidade, por meio da sua realidade intrínseca e dos seus polos da crítica de desconstrução, aponta para uma estratégia de desvendar as conotações ocultas que provêm do colonialismo e fazer do seu corpo o componente anticolonial. Villen (2013) ressalta o compromisso de Cabral com foco na “descolonialidade”, em revelar o que estava por dentro do discurso dos colonialistas. Para a autora, Cabral sempre decifrava o discurso político

português noventista, que tinha no centro da sua atenção a ideia de que os africanos não têm civilização, julgando-os como seres que não possuíam nenhum tipo de conhecimento que poderia contribuir para o bem social. Cabral opõe o discurso de Salazar relacionado ao colonialismo, que oprime e desvaloriza os africanos, considerando-os como não sendo seres humanos.

Segundo Romão e Godotti (2012), o colonialismo na África tinha como um dos objetivos “desafricanizar”, indo de acordo com os modelos de cultura e civilização europeus, que não se coabitam com a realidade local (África). Nesse contexto, Cabral destaca-nos que surge a partir dessa lógica uma tarefa de revolução no sentido de descolonização, não apenas das mentes, mas também pela luta social, descolonização política e reafirmação epistemológica no pensamento africano de descolonialidade.

Para Cabral, ainda analisado por Romão e Godotti (2012), ao saber da existência de dominação colonial, a classe burguesa tinha um papel de fundamental importância no processo de reafirmação, a noção do jugo colonial no qual Cabral por seu lado fazia parte. Neste sentido, os intelectuais da pequena burguesia tinham que despir suas camisas de pequena burguesia, ou seja, tinham que negar a identidade burguesa no sentido de fazer “suicídio de classe” para dar prosseguimento à libertação do homem africano no plano da descolonialidade e epistemologias contra-hegemônicas. Como afirma Cabral,

[...] para desempenhar cabalmente o papel que lhe cabe na luta de libertação nacional, a pequena burguesia revolucionária deve ser capaz de suicidar-se como classe, para ressuscitar na condição de trabalhador revolucionário, inteiramente identificado com as aspirações mais profundas do povo a que pertence (CABRAL apud ROMÃO; GODOTTI, 2012, p. 101).

O “suicídio de classe” parte do pressuposto de renascer como classe oprimida, partindo das suas bases epistemológicas, contrapondo a ideologia colonial que afeta toda a camada, isto é, homens e mulheres das nações africanas. O pensamento de Cabral para com o seu povo era grandemente valioso, no sentido de demonstrar profundamente como a cultura africana tem uma grande importância no processo de luta pela libertação.

Por um lado, a pequena burguesia compromete-se com uma revolução que remete a uma luta para uma sociedade livre da opressão colonial. Por outro lado, nota-se que o conceito de revolução entra como uma analogia à descolonialidade, a qual permeia as epistemologias contra-hegemônicas usadas no segmento descolonial como ferramentas do pensamento africano emancipatório (ROMÃO; GODOTTI, 2012).

Romão e Godotti (2012, p. 15-16) frisam a importância que Amílcar Cabral e Paulo Freyre davam à Educação como forma de ganhar a liberdade cognitiva negada pelo colonizador. Ambos deram um grande impulso à liberdade da África, não simplesmente pela liberdade cognitiva, mas pelo foco principal, que era a “descolonização das mentes”. Isso não se resume meramente à garantia de estruturas econômicas, políticas e sociais, pois uma revolução como essa deve fazer parte do seu campo revolucionário. Nesse sentido, “ontologia” (teoria do ser), da “gnosologia” (produção do conhecimento) e da “epistemologia” (teoria do conhecimento) dão valor ao conhecimento humano no sentido contra-hegemônico.

Neste sentido, Ramón Grosfoguel (2012, p. 347) mostra um pensamento hesitante acerca da independência dos países que foram vítimas de opressão colonial. Segundo o autor, as independências tomadas a partir da descolonialidade não foram suficientes para pensar o Caribe como, de fato, independente, assim dando exemplo à África, haja vista que até então o “fenômeno colonial” reina de algum modo. Esses países ainda estão no círculo ideológico colonial, dado a presença de vários fatores que faziam parte da história do colonialismo, que não possibilitam afirmar que são verdadeiramente “países independentes”, ou seja, não há uma forte legitimidade do Estado.

Villen (2013), na sua fala introdutória, releva uma visão pós-independência dos países ex-colonizadas, não somente da África, mas olhando num conjunto do Sul Global, no qual vigora os elementos como resquícios do colonialismo. Para a autora, essas características fundadas a partir do século XV, com o intuito de uma exploração da África, têm uma ligação histórica com as formas de dominação em diferentes moldes nessa fase após o século XX. Como nos afirma:

[...] São elementos que nos mostram a importância do entendimento da herança histórica estrutura colonial e do seu prolongamento no presente para a compreensão de problemas de diferentes naturezas (político, econômico, cultural) enfrentados hoje pelas periferias ou semiperiferias, perímetro (não necessariamente geográfico) comumente denominado “Sul Global”, “Terceiro Mundo”, “Países em Desenvolvimento” “Subdesenvolvimento” “realidades pós-coloniais” etc., em que certamente o Brasil ainda se insere. Talvez mais de que qualquer outra região do Sul global, a África saiba o que significa ocupar a posição, historicamente e por imposição dos mecanismos do funcionamento do mercado mundial, de uma periferia. O sistema econômico capitalista, que, como mostra Cabral, é inseparável do colonialismo e do imperialismo, desde sempre se manifestou de forma “nua”, sem ornamentos, no continente africano, sendo o tráfico de escravos o seu maior exemplo histórico (VILLEN, 2012, p. 12 e 13).

Partindo dessa narrativa pós-independência bem explicitada pela Villen, destacamos, por um lado, uma narrativa contra-hegemônica que opõe as epistemologias hegemônicas formadas num projeto descolonial, que atua para a desconstrução de uma lógica colonial e imperial, que permite a descolonização do conhecimento. Como afirma Mignolo (2008, p. 290), conceitualizando o projeto descolonial “a opção descolonial é epistêmica, ou seja, ela se desvincula dos fundamentos genuínos dos conceitos ocidentais e da acumulação de conhecimento”. Ele parte de uma visão epistêmica, que não submete relativamente ao cunho do pensamento epistemológico conceitual ocidentalizado, mas focaliza na desconstrução de uma linha do conhecimento que teve sua origem a partir do imperialismo, no alargamento dos territórios por “meio de política do Estado de Pessoas, Línguas subjetividades” dentro de uma escala que ele denomina por “geopolítica do conhecimento”. Com efeito, a opção descolonial pode ser resumida no conceito de “aprender a desaprender”.

Ao passarmos ao projeto descolonial em uma outra lógica com grande relevância a nível social, Mignolo (2008 p. 289-290) sublinha que pensar a identidade primando em política favorece o pensamento descolonial, dado que a política ocupa um espaço marcante para opção de pensar a descolonialidade, isto é, quando se fala da época do “descobrimento” que decorre no discurso colonial nas línguas que constituem hoje línguas internacionais. Neste sentido, descortinar as formas de distinção de “raça” por uma lógica capitalista na fase moderna não é uma tarefa meramente fácil, devido à sua construção no pensamento ocidental. Assim, a “identidade na política” é crucial para um pensamento descolonial baseado na política da descolonização, pois todo o discurso epistemológico e social que não leva em conta o pensamento descolonial assenta-se em um discurso imperial “da política imperial de identidade”.

A expressão “aprender a desaprender” usada pelo autor busca a necessidade de reunir um conjunto de ideias epistemológicas que se enquadram no processo através do qual o conhecimento científico moderno não pode seguir uma direção que não opta no projeto descolonial, pois, ele parte de um pressuposto de reflexão sempre que há correntes hegemônicas no seu caminho. Nesse horizonte da opção descolonial, ou seja, a descolonialidade como autoafirmação, assume aqui um papel de grande suporte como ferramenta útil para pensar o cenário africano, *ipso facto* dele, opção descolonial contradiz o colonialismo na sua fase embrionário, assim como no seu processo de consolidação no século XXI. Como afirma Amílcar Cabral (apud ROMÃO; GODOTTI, 2012), seria um momento de reafricanização que parte da realidade africana, dando ênfase a seus princípios culturais, epistemológicos, políticos e econômicos, legitimado pela descolonialidade.

Segundo Villen (2013), Cabral não tinha uma crítica de um homem revolucionário africano voltado unicamente para a luta de libertação nacional na África para a expulsão dos colonizadores no continente com as suas práticas do jugo colonial instituídos para eliminação da cultura e história da África. Todavia, ele pensava no cenário após a expulsão dos colonizadores, ou seja, o contexto pós-independência de como poderia ficar o continente africano, já que há vários séculos percebeu-se uma grande inoperância epistemológica cravado numa ideologia particularista colonial. No entanto, para Amílcar Cabral, a pequena burguesia ciente do preceito colonial da sua base cultural, ao assumir o poder depois da independência, tem uma tarefa preponderante de conduzir o continente sem influências externas que põem em causa a história e cultura africana no seu modo de lidar com outras histórias e culturas diferentes da sua realidade. Isso mostra uma preocupação dada por Cabral ao futuro do continente sem sinal ou da herança histórica colonial.

Devemos frisar que essa preocupação de Cabral tem valor inestimável, uma vez que se tornou na prática depois da independência, pois é perplexo dizer que esse pensamento foi adotado no continente após a independência. O cotidiano político que o continente vive hoje, principalmente a Guiné-Bissau, marca uma vasta gama de argumentos dúbios, ao afirmar que o pensamento de Cabral foi ou está a ser adotado.

O pensamento de Cabral para com a África pós-independência constitui-se num elemento *sine qua non* para pensar a conjuntura política, econômica e cultural do continente. Conforme Villen (2013), Cabral não vê a independência como um fator exclusivamente simples no sentido de criar as estruturas do poder na África. Contudo, para ele “a natureza do poder político” no continente via-se em diferentes visões, que não fundamentam com a independência. Daí a independência tornaria um fator complexo resultante de mal interpretação. Neste sentido, salienta Amílcar Cabral que o movimento da libertação nacional não seria um movimento que ficaria numa brecha (no sentido de aproveitar algumas ideias vitais formuladas nos objetivos da luta), mas eria um processo concomitantemente em andamento, dependendo de problemas de vários tipos que possam coexistir após a independência.

Mignolo (2008, p. 314) defende esse argumento numa esteira epistemológica, que se faz pensar numa correlação de ideias no campo contra-hegemônico. Para o autor, a descolonialidade como um processo contínuo não se vê como permanência no poder pelas “elites”, fato que constitui até um certo ponto a história tradicional do colonialismo interno em diferentes continentes, tais como América do Sul, África e Ásia nos dois últimos séculos.

Mignolo (2008, p. 313) argumenta ainda que a categoria descolonização é semelhante à descolonialidade, pois ambas partem de uma aceção de afrontamento e ruptura das ferramentas da colonialidade construídas no colonialismo, ligadas à “economia capitalista”, as quais podem quebrar com os moldes totalitários e pensamentos ocidentais. Quando partem de uma premissa de afrontar, mostra-se um sinal verde no caminho, como no caso dos índios que conseguiram por meio da descolonialidade os seus “direitos epistemológicos e ainda há desafios de luta econômica, política e cultural”.

A “opção descolonial” perpassa atualmente todo o mundo, conectando a uma clarividência do seu uso e significado, por um lado ela rejeita seguir necessariamente as linhas de uma civilização ocidental (MIGNOLO, 2008), por não dialogar com as outras civilizações, de modo que ele nos afirma que a opção descolonial de jeito que opõe ao colonialismo e a relação fraternal com capitalismo.

Hoje, a opção descolonial opera pelo mundo, além das críticas que avançam diariamente, na civilização capitalista e neoliberal. Em Israel e nos EUA, assim na Europa a oposição à invasão do Iraque e do Líbano vem crescendo. Críticas internas (liberais, marxista, judeus e cristãos) são necessárias, mas pouco suficiente. Opções Descoloniais estão mostrando que o caminho para o futuro não pode ser construído das ruínas e memória da civilização ocidental e de seus aliados internos. Uma civilização que comemora e preza a vida ao invés de tornar certas vidas dispensáveis para acumular riqueza e acumular morte, dificilmente pode ser construída a partir das ruínas da civilização ocidental, mesmo com suas “boas” promessas como Hobsbawn gostaria que tivesse sido (MIGNOLO, 2008, p. 295).

O pensamento descolonial/descolonialidade consiste em um ambiente de “pluriversidade” e não um ambivalente específico ou fechado a certos grupos. Contudo, é por um projeto universal que busca formular novas bases contra-hegemônicas e, por conseguinte, horizontais. Em suma, a descolonialidade assenta-se em um pensamento que não faz parte do eurocentrismo do pensamento ocidental (MIGNOLO, 2008).

Observamos, em outra dimensão, que a descolonialidade dá relevância ao segmento para a aquisição do direito de um grupo social, este segmento, tal como afirma Mignolo (2008), parte de uma premissa de luta a favor de direitos epistemológicos, e também em prol dos princípios econômicos, políticos e educacionais que norteiam um conjunto de ideias para suas práxis. Conforme reitera Mignolo:

O pensamento descolonial rejeita, desde o início, qualquer possibilidade de novos resumos universais que irão substituir os existentes (liberais e seus “neos”, marxista e suas “neos”, cristãos e seus “neos”, ou islâmicos e seus “neos”). A era da abstração “universal” chegou ao fim. O futuro que vai impedir o auto-extermínio da vida no

planeta deve ser tanto pluri-versal quanto um projeto “universal (MIGNOLO, 2008, p. 321-322).

Na engrenagem da variedade epistemológica, Mignolo (2008) chama atenção ao alegar que a interculturalidade define-se por uma concepção de igualdade e não de hegemonia, como multiculturalismo onde há diferentes culturas, pois a interculturalidade aqui enfatizada está mergulhada no pensamento descolonial ou pluripensamento, que procura o diálogo entre pensamento ocidental e não ocidental.

Para a ênfase acerca das epistemologias e suas formas que os leva a ter impacto hegemônico regulador e a sua total complexidade para o diálogo pruriversal, atentamos, em seguida, a perceber a dinâmica das relações epistemológicas, na qual paira uma série de questões que podem suscitar uma reflexão contínua no que concerne à sua complexidade, que entendemos, por um lado, na necessidade de uma visão holística para compreender as epistemologias hegemônicas e contra-hegemônicas.

2.3 EPISTEMOLOGIAS DO SUL

A modernidade ocidental constituiu-se/constituiu-se em modelos dissemelhantes do seu campo, isto é, modelo social, político, cultural, científico/epistemológico, que durante anos têm atuado em distintas áreas epistemológicas a nível mundial.

Segundo Sílveres e Santos (2013, p. 127), a modernidade teve o seu início juntamente com a ciência no século XVI, procurou consolidar-se no século XVII e alastrou-se com as suas bases nos séculos XVIII e XIX, buscando definir as epistemologias e metodologias para sua execução. No decorrer do processo moderno, estes autores destacam que a modernidade está ligada intrinsecamente ao “sistema moderno colonial”, por se centralizar em uma dimensão particularista, que distingue a ciência moderna e as outras formas de pensar não científica, conforme podemos ver:

Resumidamente, poderíamos afirmar que a ciência moderna “é um conhecimento causal que aspira à formulação de leis, à luz de regularidades observadas, com vistas a prever o comportamento futuro dos fenômenos”; baseia-se na hipótese de um mundo-máquina estável e ordenado; construiu-se sobre os três pilares da certeza, que são a ordem, a separabilidade e a lógica; é o paradigma da simplificação (MORIN, 1990 apud SÍLVERES; SANTOS, 2013, p. 128).

Santos (2009), por outro lado, enfatiza que

A modernidade ocidental, em vez de significar o abandono do estado de natureza e a passagem à sociedade civil, significa a coexistência da sociedade civil com o estado de natureza, separados por uma linha abissal com base na qual o olhar hegemónico, localizado na sociedade civil, deixa de ver e declara efectivamente como não-existente o estado de natureza. O presente que vai sendo criado do outro lado da linha é tornado invisível ao ser reconceptualizado como o passado irreversível deste lado da linha (SANTOS, 2009, p. 28).

Silveres e Santos (2013, p. 128) situam-nos sobre o surgimento da modernidade ocidental, pois a ciência baseia-se em uma primazia na qual evidencia desde seus primórdios o progresso da evolução da humanidade, que mantém a civilização europeia como única a nível global, “na medida em que se situa o suposto estágio final do desenvolvimento, seria o fim da história”. Todavia, nessa circunstância, a modernidade consiste em um projeto global, onde ninguém pode identificar-se sem os “critérios universais” que ela insere para sua operação. Neste sentido, não há nenhuma civilização que pode ter seguido como um modelo civilizacional próprio, a não ser o modelo ocidental partindo da sua universalidade perpassando no Estado positivo Comteneano. Enquanto isso, os que não fazem parte deste projeto seriam “primitivos, bárbaros e atrasados”, sendo que a modernidade assumiria um “estágio final ou ideal, mas estágio necessário”.

Na linha dos intelectuais não ocidentais, Grosfoguel (2012) nos salienta que a hierarquização do conhecimento, ou seja, a desvalorização do outro conhecimento por meio do pensamento moderno ocidental, começou a partir do século XVI, no lugar em que todos os conhecimentos que não são do “ocidente” são invisíveis e inferiores e apenas o conhecimento produzido no ocidente é visível e superior. O autor ressalta que esta ideia universalista não está somente no ocidente, mas também nas diferentes universidades do mundo não europeu, as quais criam e formam intelectuais com pensamentos eurocêntricos, que continuam a reproduzir o conhecimento científico nessa tendência ideológica fomentada hoje pelo alto índice da globalização.

A partir do grau de comparação e do desdém dos sujeitos não ocidentais, vale aqui trazermos o argumento citado por Lopes acerca do conceito do conhecimento e como se conecta em diferentes lugares e ao modo de vida social. Assim, o conhecimento consiste em um conjunto de dados com o objetivo de resolver as questões ou solucionar os problemas. Ele não se restringe apenas, aqui, como um automóvel sem andamento, mas resulta de uma dinâmica em processo contínuo, não obstante, há um arcabouço de estoque dos produtos do fluxo. Nessa definição, apresentado em uma natureza dualista, “o primeiro se relaciona com a dimensão criativa, o segundo é o resultado da acumulação de atos criativos de estruturação

das ideias. Aprendizagem seria, assim o acesso ao conhecimento” (MURTEIRA, 2004 apud LOPES, 2005, p. 27).

O saber resulta de um processo longínquo sólido, em que assenta o “ser” não com o “ter e fazer”, o qual aparece hoje no nosso cotidiano. Isso mostra que o conhecimento se transformou por meio da evolução da tecnologia de informação e comunicação (TIC) guiado por preconceitos. Sendo assim, Lopes (2005) evidencia que a base do conhecimento se concentra em uma relação assimétrica, o que nos mostra uma clivagem em torno do poder das sociedades.

[...] presume-se, uma vez mais, que existe um nivelamento internacional e institucional que permitiria as mesmas técnicas de forma estandardizada. Na realidade a assimetria no acesso à informação tem repercussões na valorização do conhecimento. O conhecimento sobrevalorizado corresponde aos indivíduos e sociedades com maior poder econômico; o subvalorizado, aos indivíduos e sociedades com fraco acesso à divulgação, isolados de várias formas de participação, incluindo, evidentemente, a provocada pela divisão digital. Os modelos institucionais associados a determinada sociedade também são passíveis de sobre ou subvalorizado (LOPES, 2005, p. 28).

Nesse significado, podemos perceber, por meio do argumento acima, que há um processo de conspiração, resultado da ciência moderna e da decorrência do poder daqueles que o têm na mão, com acuidade por meio de uma estrutura econômica que permite diferenciar em escala a nível do conhecimento. Como reforça Lopes (2005, p. 29), “A dimensão polarizante do conhecimento mais do que outra dimensão demonstra que quanto mais se sabe mais se pode ignorar a outrem. Uma boa amostra disso é a forma como mídia está regulada[...]”, a relação existente no mundo atual está assentada nessa lógica com pendor universalista e separatista e o descrédito do outro nesse mundo capitalista.

Por outro lado, Sílvares e Santos (2013, p. 131) afirmam que os indivíduos considerados asiáticos, africanos e os latinos americanos são considerados desde o primórdio da época moderna científica como “sujeitos inferiores, incultos, iletrados, irracionais pagãos, bárbaros e primitivos”, julga-se, assim, que há discrepância do conhecimento, das epistemologias dos povos subalternos.

Wendell Ficher Teixeira Assis (2014) chama atenção a esse fardo do poder que está entre Europa-América Latina e Europa-África, que existe uma certa dificuldade de haver rompimento devido ao peso que ganhava e ainda ganha no meio desses continentes. O que nos dá a percepção segundo a “colonialidade do poder” não unicamente, mas uma parte detém mecanismo de poder. Há um monopólio do conhecimento em detrimento do outro como um

conhecimento não merecedor, ou seja, como não faz parte da ciência moderna, isso significa que não tem importância.

A evidência do termo colonialidade-modernidade, o qual o discurso que utilizava nas antigas coloniais para justificar a hegemonia e a legitimidade do colonizador, continuam ainda existindo em diferentes discursos modernos, isto é, “evangelização, civilização, modernidade, desenvolvimento e globalização” (ASSIS, 2014, p. 614-615). Para o autor, deve haver um comprometimento forte dos intelectuais latinos americanos e africanos para descortinar esse paradigma da lógica ocidental que inferioriza e não reconhece o outro.

Apesar que o poder merece um destaque perante nosso olhar, contudo, o nosso debate aqui insere-se com um pendor centralizado na “Epistemologias do Sul”, conceito que segundo Menezes (2008), teve sua origem com o intelectual Boaventura de Sousa Santos, o qual tem provocado vários debates até os dias de hoje no meio acadêmico. Para Menezes (2008), a epistemologia do Sul é um tema que o autor renomado Boaventura de Sousa Santos denominou para procurar com uma visão mais ampla os conhecimentos que a ciência moderna ocidental não leva em conta, como o que produz relevância para a produção acadêmico, resolução dos problemas, conhecer em si próprio e do saber. Por isso, em meados de 1995, Santos propôs, por meio das inquietações que lhe norteavam e ainda norteiam, o conceito de epistemologias do Sul que visa trazer em questão o debate em torno do conhecimento científico moderno e o conhecimento científico não moderno e da produção epistemológica numa análise em que pode haver “diversidade epistemológica”, o que tem levado diversos autores a se debruçarem acerca do conceito, mas também em diversas linhas, em que a ciência moderna não perpassa.

Ao ver na sua profundidade, veremos que há uma relação do lugar do “Norte-Sul”, o que pode justificar numa dominação imperial e capitalista, onde o conhecimento produzido no Sul é um conhecimento irrelevante, ou melhor, não é apreciado num viés como possuindo papel fulcral e reputação no currículo do pensamento do Norte Global, dado a ligação da “colonização epistêmica” feito pelo Norte Global no passado e que até hoje parece testemunhar o passado em diversas áreas da vida quotidiana (MENEZES, 2008, p. 5).

Ramóm Grosfoguel (2012) prima pelo distanciamento que existe entre os intelectuais do Norte Global e do Sul Global, haja vista que não há um diálogo do reconhecimento por parte dos intelectuais do Norte Global para com o Sul Global. Para Grosfoguel, o intelectual Boaventura de Sousa Santos é um dos raros intelectuais do Norte que reconhece o conhecimento do Sul Global e, com isso, pode dialogar com o Norte Global por meio do contexto da “Ecologia de Saberes”.

Para a validação dos saberes que não vincula somente a ciência e o seu reconhecimento, tem que levar em conta a sua inserção no campo pragmático e sua produção e apropriação. As formas de validação no que toca à escala hierárquica dos saberes devem assumir um papel não tendencioso para a “soberania epistêmica” da realidade, que não se enquadra com os modos de saber locais, mostra nesse sentido uma realidade pragmática que apresenta ligação estreita dos saberes (NUNES, 2009, p. 237).

A epistemologia do Sul é um projeto do cunho filosófico, sendo assim torna-se permeável para um caminho emergencial na teia da consolidação da ciência moderna. Nessa significação, se a sua finalidade parte de um pressuposto essencial de teoria do conhecimento, deste modo ela estaria num lugar do projeto em paradoxo. Ela pretendeu e ainda pretende não se apresentar com um pendor acerca do conhecimento em toda a sua dimensão prática e da produção do conhecimento que não visa fazer uma avaliação de modo parcial por meio da abjuração relativamente ao seu forte argumento de validação que passa entre a verdade e o erro para estabelecimento de critérios que marcam o julgamento daquilo que é verdadeiro ou falso (NUNES, 2009).

A emergência dos contornos de uma crítica concomitante, baseada na configuração de um diálogo horizontal e nas formas do reconhecimento plural epistemológico, permeia uma confrontação mundial. Nessa inclinação, Boaventura de Sousa Santos carrega a partir dele um projeto que constitui uma afirmação sólida de que há alternativa de mudança paradigmática na “Epistemologia do Sul” que remete até um certo ponto um “pensamento abissal” (um dos conceitos das epistemologias do Sul) que acomoda no “pensamento ocidental” ou do Norte.

Nunes (2009), decifrando o conceito da epistemologia, destaca-nos que esta estrutura-se numa arena filosófica da ciência moderna que desde o seu início não reconhece as outras formas do conhecimento (por exemplo: um conhecimento que pauta apenas na oralidade principalmente dos anciões africanos, sobre a medicina tradicional, etc.), justificando-se como o centro epistemológico com toda a legitimidade e autonomia. Para tal, Nunes questiona: “será possível conceber uma epistemologia que não se organize em torno da ciência enquanto padrão de todo o conhecimento?” (NUNES, 2009, p. 231).

O projeto epistemologia do Sul tem uma ligação com a história muito forte, que possibilita a emergência do reaparecimento dos que dignificam as vozes do Sul Global, diferentemente do Norte Global. O Sul Global aqui foi o grupo do saber e do conhecimento que partindo da lógica do saber e do conhecimento que “foram ignorado, silenciados, marginalizados, desqualificados ou simplesmente eliminados, vítimas de epistemicídios tantas vezes perpetrados em nome da razão das luzes e do progresso” (NUNES, 2009, p. 233).

O reconhecimento da diversidade epistemológica parte de uma premissa de que não limita o conhecimento, para tanto vale a pena redefinir as condições de emergência para avaliação e validação de conhecimentos para o horizonte da “simetria que nega a superioridade epistemológica”, sendo que os critérios não devem partir de uma lógica com viés da ciência moderna. Isso leva Nunes a definir a epistemologia do Sul da seguinte maneira:

A epistemologia do Sul aparece como uma refundação radical da relação entre o epistemológico, o ontológico e o ético-político a partir, não de uma reflexão centrada na ciência, mas em práticas, experiências e saberes que definem os limites e as condições em que um dado modo de conhecimento pode ser ‘traduzido’ ou apropriado em novas circunstâncias, sem a pretensão de se constituir em saber universal (NUNES, 2009, p. 236-237).

Sendo assim, a epistemologia do Sul serve para pensar não apenas no limite meramente epistemológico, mas para pensar para além do seu limite ontológico. Como afirma Nunes,

A epistemologia do Sul, ao mesmo tempo que explora o legado do pragmatismo, com o qual partilha a ideia da indissociabilidade da produção de conhecimento e da intervenção transformadora no mundo, apresenta, contudo, a diferença em relação a ele de se situar explícita e inequivocamente do lado dos subalternos e dos oprimidos, conferindo às noções de comunidade ou de público um conteúdo mais preciso do que o fizeram pragmatistas como Dewey e acentuando os aspectos conflituais ou agonísticos do envolvimento activo com o mundo, que decorrem de uma diversidade de formas de desigualdade e de opressão e de resistência a elas (NUNES, 2009, p. 227).

Apesar do seu conceito aqui definido por Nunes, a noção da epistemologia do Sul assume no nosso debate um carácter não apenas de conhecimento, da ciência moderna e da defesa dos oprimidos, todavia extrapola esse cenário em que remonta ao pensar nos limites e possibilidades para aplicar ao cenário africano, em busca de uma dimensão mais ampla e contra-hegemônica com olhares diversificados sobre estudos africanos.

Como destaca Paulin Hountondji (2009), no campo das epistemologias do Sul ligado a estudos africanos, o autor busca a partir do seu trabalho *Conhecimento de África, Conhecimento de Africanos: duas perspectivas sobre os Estudos Africanos*, trazer à tona o que os estudos africanos, enaltecendo que não se trata apenas de um estudo específico, mas vai além, no sentido de interdisciplinaridade sobre as formas de estudar a África em diferentes escalas que remontam à produção do conhecimento.

Hountondji (2009, p. 120) afirma que as cadeiras de estudos africanos são “história africana, “antropologia e sociologia africana”, “linguística africana e filosofia africana”. Todavia, questiona se há uma coesão entre estas cadeiras de estudos africanos. Esse questionamento está norteado pelas inquietações que autor tem feito sobre as epistemologias na África. Ele acentua, por um lado, que essas cadeiras têm uma correlação proximidades umas com as outras em linhas gerais, que as permitem ter uma ligação fundamental e efetiva para seus sucessos na área das suas representações, dando um exemplo mais específico entre a sociologia e a história que são cadeiras pilares deste estudo.

A filosofia africana, como um conceito decisivo, estimulou a ter uma visão clara sobre a ideia de um africano e africanista numa ótica filosófica, ela apresenta um debate guiado pelas diferentes visões onde existia uma certa oposição. Não obstante, em sentido amplo tem o objetivo de dar o seu máximo de solidariedade para o bem comum no que concerne à filosofia africana em diversos lugares do planeta, onde a cultura africana ganha um valor dimensional (HOUNTONDJI, 2009). A etnografia primava pela elaboração das concepções análogas que se entende como contribuições de uma certa comunidade ou grupo social numa direção frutífera. Isto significa dizer que a “oposição” de ideias não era bem-vinda a essa comunidade e grupo social, porque se toma isso como um fator destruidor. Para o autor, essa seria uma convergência para um bem comum, a qual ele designa de “ilusão unanime”, que dá o ensejo a pluralismo progressista.

Nota-se, a partir do debate do Hountondji, que a Guiné-Bissau como país africano e do Sul Global para o enquadramento de estudo que permeia uma visão crítica sobre as epistemologias na produção do conhecimento e a valorização dos outros saberes nascidas dentro de um grupo social, o que seria relevante para a produção do conhecimento endógeno, no qual Hountondji dá uma ênfase na questão de pesquisa, que arca um papel em que enseja de se identificar como um cientista e gozar das pertenças científicas não hegemônicas, ou seja, contra-hegemônicas.

Segundo Hountondji (2009), isso às vezes não se vê na África, visto que a produção científica na África acontece mais fora do continente do que dentro do continente, isto leva crer que os autores africanos são mais lidos fora do território africano, acentuando que os próprios africanos não leem muito as obras escritos na África, mas a realidade tem mudado nos últimos tempos.

A noção do estudo africano aqui debatido por Hountondji engloba-se num dos conceitos sobre as epistemologias do Sul, onde faz uma crítica em relação aos africanos sobre o conhecimento da África, e posiciona-se com uma inclinação oposta à hegemonia científica

debatendo o panorama científica em África de hoje. Destarte, mostra confiante numa medida em que admite que África já atinge relativamente a investigação e produção do conhecimento num patamar meio progressivo, mas que para ele não significa que a África já está num auge da produção do conhecimento, pelo que parece, existe ainda desafios (*challenges*) para frente, a respeito de resolver as demandas locais que vão poder se interagir com aquilo que se percebe como problemas reais da África.

A epistemologia do Sul como um projeto político e filosófico pressupõe uma expansão do conhecimento, ela leva por um lado, como destaca Sílveres e Santos (2013), a pensar a partir da periferia (um pensamento com interface direta com o Sul) e remete a fazer questionamentos sobre a descaracterização daqueles que não embarcam na mesma linha com pensamento ocidental. Romão e Godotti (2012), numa abordagem variada, mostra-nos outro tipo de conhecimento que rodeia no nosso dia a dia, que a ciência moderna não valoriza. Conforme apontam eles,

Os movimentos sociais têm uma rica cultura fundada na experiência. Esse saber e esse cultura nem sempre foram valorados pelas academias, pelas universidades, que tem muito aprender com os movimentos sociais. O saber que vem das lutas. Esse é um grande espaço de aprendizado. As lideranças populares formam-se na luta, no trabalho, e aí produzem conhecimento, conhecimento transformador, saberes emancipares. A escola da luta não exclui a escola da teoria: são escolas complementares (ROMÃO; GODOTTI 2012, p. 96 - 97).

Nessa teia de busca de exibição do conhecimento que se ergue a partir da experiência conjunta dos grupos sociais, Nunes fez uma observação holística no que concerne ao conhecimento. As análises das tendências epistemológicas pairaram-se com diferentes adjetivos construcionistas ou construtivistas que centralizou numa transição da soberania epistêmica e social. “A história das ciências inspirada pela sociologia do conhecimento científico, por sua vez, mostrou a impossibilidade de definição de critérios de avaliação e validação do conhecimento que não estivessem ancorados em situações e contextos históricos particulares” (NUNES, 2009, p. 219). Essa esfera revela-nos, a partir dos contornos da sua especificidade no contexto de uma análise simplista, como os conceitos como a “verdade e erro, objetividade e subjetividade, observar e experimentar, descrever e explicar medir e calcular” atribui a responsabilidade específica (NUNES, 2009, p. 219).

Grosfoguel (2012) sublinha o olhar do Norte Global para com o Sul Global, no que concerne à descolonização do conhecimento, por meio da sua experiência como intelectual do Sul, situa o diálogo que os intelectuais do Sul tem feito ao longo do tempo com os trabalhos dos intelectuais do Norte, sendo que grande parte dos intelectuais do Norte ainda estão na

ideia do eurocentrismo, o que transmite a noção de que o conhecimento produzido a partir do Sul não pode dar suporte teórico e metodológico para o mundo das ciências. Nesse sentido, o inigualável conhecimento que pode fazer a pergunta e dar a resposta efetiva meramente existe no Norte Global e o conhecimento produzido no Sul Global não seria capaz de fazer o mesmo, o que fixa deste modo a percepção de “universalismo” (a ideia do que tudo é válido não diferenciando as realidades societárias), porque não se compactua com o conhecimento do Sul Global, fazendo clara a exclusão dos saberes locais.

Nessa interpretação, observamos que há uma outra definição das epistemologias hegemônicas e contra-hegemônicas, o que separa a África e a Europa. Neste ponto de vista, a África assume o lugar do Sul e a Europa no lugar do Norte, o que temos debatido durante essa seção como processa as correntes hegemônicas por meio do conhecimento de movimentos sociais, dos régulos, e conhecimento oral tradicional africana como o inferior e invisível, e as correntes contra-hegemônicas que buscam dialogar com outro conhecimento como inquestionável ou universal.

A epistemologia do Sul como um conceito variável, trata-se de uma epistemologia que parte de um pensamento de valorização dos saberes, que ao longo do tempo deram seu máximo esforço na luta para atingir o êxito mediante a sua reflexão produzida em conjunto. A epistemologia do Sul procura por meio de um diálogo não vertical ou parcial, investigar as condições do conhecimento para uma alternativa horizontal (SANTOS; MENEZES, 2009).

A epistemologia do Sul fundamenta-se em uma concepção política, ela é um pivô para a descolonização das ciências sociais na sua relação com outro tipo de conhecimento como de movimentos sociais, dos régulos e conhecimentos tradicionais que ela não julga como o necessário. Segundo Santos (2009), para termos a noção de como opera as epistemologias do Sul no nosso mundo atual, precisamos conhecer de perto a ideia do pensamento abissal no sentido de percebermos a exclusão social, político, econômico e principalmente epistemológico.

O pensamento moderno ocidental define-se por pensamento abissal, assenta-se numa perspectiva dual, onde existe o lado escuro e o lado claro. No entanto, de linhas abissais, direcionado de ambivalência remete a uma ideia de inferioridade e superioridade nesse pensamento dual, esta modalidade devocionista do pensamento moderno europeu nunca assume uma posição que o torna visível no contexto da realidade social. Para Santos (2009), o invisível seria a distinção entre o colonizador e o colonizado, a burguesia e o proletariado levariam nesse caso uma dicotomia entre “regulação/emancipação” nas sociedades metropolitanas e “apropriação/violência” na sociedade ex-colonizados.

Santos (2009, p. 25) critica o conhecimento moderno europeu e salienta que tudo o que se vê hoje tanto a nível científico, filosófico e teológico não se passa do conhecimento que apresenta uma verdade sólida, e por um lado parte de um pressuposto que baseia nas “crenças, opiniões, magia, idolatria, entendimentos intuitivos ou subjetivos” que ciência pega para sustentar as suas doutrinas próprias.

Deste modo, a separação entre conhecimento científico e não científico é uma linha abissal invisível, todavia, a ciência, a filosofia e teologia têm tornado mais complexa e imperceptível essa divisão antagônica. A sua crítica não para aí, elenca que essa relação assimétrica não está centrada somente no argumento acima citado, destaca que no campo do direito moderno que prima de legal e ilegal que mostra por meio de preceitos jurídicos o que é fatos, pois, nessa linha não entra o conhecimento e a significância do direito em indígena, essa divisão constitui-se numa linha abissal (SANTOS, 2009).

A ideia da linha abissal em Epistemologias do Sul ganha força por apresentar as objeções da exclusão existente no cenário contemporânea, o que leva Santos (2009) a destacar o sentido da modernidade ocidental, trazendo em debate a teoria hobbesiana que assenta a um traço de guerra de todos contra todos.

A modernidade ocidental deveria consistir numa variedade cultural, não de retomar o estado da natureza como tem se visto hoje, o estado da natureza num ambiente de relacionamento com a sociedade civil dentro da modernidade ocidental está marcado pelo pensamento abissal e há uma centralização do poder que não demonstra a existência do estado da natureza baseado na história colonial no outro lado da linha. “O contacto hegemónico converte simultaneidade em não-contemporaneidade. Inventa passados para dar lugar a um futuro único e homogéneo” (SANTOS, 2009, p. 28-29).

As linhas abissais globais não têm permanecido intactas dado a influência modernistas que passa nas suas margens, isto é, no quesito da regulação/emancipação e apropriação/violência. Em outra perspectiva do seu raciocínio, Santos (2009) arrisca dizer que a apropriação/violência revela na sua ocorrência o primado da ideologia colonial numa configuração com a globalização. Destaca ainda por um lado, a reestruturação da realidade colonial que na sua visão hoje vem se estendido não apenas nos países ditas “subalternas”, mas também nos países que protagonizaram o colonialismo em suas múltiplas formas de dominação, o que Santos designa de “governo indireto” que atua dentro e fora do Sul Global.

Existe, portanto, uma cartografia moderna dual: a cartografia jurídica e a cartografia epistemológica. O outro lado da linha abissal é um universo que se estende para além da legalidade e ilegalidade, para além da verdade e da falsidade. Juntas, estas

formas de negação radical produzem uma ausência radical, a ausência de humanidade, a sub-humanidade moderna. Assim, a exclusão torna-se simultaneamente radical e inexistente, uma vez que seres sub-humanos não são considerados sequer candidatos à inclusão social. A humanidade moderna não se concebe sem uma sub-humanidade moderna (SANTOS, 2009, p.30).

A epistemologia do Sul ascende eventualmente como um projeto crítico epistemológico que se afirma num pendore de que todo o conhecimento tem que dialogar com outro conhecimento. Quando não há diálogo, centra-se numa epistemologia hegemônica, deste modo, faz pouco sentido a existência da epistemologia do Sul sem as epistemologias do Norte, uma vez que as epistemologias do Sul fundamentam-se a partir do argumento contra-hegemônico (SANTOS, 2009). Isto faz sentido no porquê das epistemologias do Sul, por um lado, dentro do pensamento moderno ocidental há também uma linha abissal na qual encontra o humano e não humano que leva a crer nesse âmbito já não se parte dos princípios da realidade humana, pois, o modelo da colonização que foi usado nos séculos atrás ainda estão sendo usados, trata-se de uma doutrina hegemônica vista na era da colonização, como destaca.

O pensamento moderno ocidental continua a operar mediante linhas abissais que dividem o mundo humano do sub-humano, de tal forma que princípios de humanidade não são postos em causa por práticas desumanas. As colônias representam um modelo de exclusão radical que permanece atualmente no pensamento e práticas modernas ocidentais tal como aconteceu no ciclo colonial. Hoje, como então, a criação e ao mesmo tempo a negação do outro lado da linha fazem parte integrante de princípios e práticas hegemônicas (SANTOS, 2009, p. 31).

Para termos a ideia da construção de um diálogo que se assenta na aceitação do outro como parte estruturante do conhecimento, da cultura, da história, etc., Santos (2009) nos traz o conceito do pós-abissal, este conceito nos dá uma concepção de como entram os pensadores africanos no diálogo entre o Norte Global e Sul Global. O pensamento pós-abissal sabe da existência da não mobilidade social, ou melhor, das relações assimétricas que perpassa numa linha abissal e não abissal. Aqui, pode-se observar o debate acerca da luta de classe burguesa e a classe proletária em que a proletária não ganha do seu trabalho e tende a procurar por meio de luta obter o seu mais valia, Santos assemelha isso como povos subalternos do Sul Global e constitui um pensamento do pós-abissal e marxismo.

Para Santos (2009), o pensamento pós-abissal brota de um pensamento oposto ao pensamento do Norte Global, o hegemônico, refletir hoje sobre pensamento pós-abissal no mundo significa que estamos a pensar a partir do Sul Global, o pensamento pós-abissal veio

para tornar visível que o Sul Global pode entrar no Norte Global, no sentido de não criar uma linha abissal.

Segundo Santos (2009), o pensamento pós-abissal realmente pode ser igualado sem qualquer distinção ou separação até um certo ponto com a ecologia de saberes, porque têm o mesmo objetivo onde por seu lado a ciência moderna está incluído não no sentido hegemônico, todavia no sentido em que haja uma diversidade epistemológica entre partes integrantes nessa arena da construção de saberes ecológicos. Refere-se, no entanto, um diálogo em que o pensamento moderno ocidental pode dialogar com outro pensamento, tal qual africano ou sul americanos.

[...] o pensamento pós-abissal é um pensamento não-derivativo, envolve uma ruptura radical com as formas ocidentais modernas de pensamento e acção. No nosso tempo, pensar em termos não-derivativos significa pensar a partir da perspectiva do outro lado da linha, precisamente por o outro lado da linha ser o domínio do impensável na modernidade ocidental. A emergência do ordenamento da apropriação/violência só poderá ser enfrentada se situarmos a nossa perspectiva epistemológica na experiência social do outro lado da linha, isto é, do Sul global não-imperial, concebido como a metáfora do sofrimento humano sistémico e injusto provocado pelo capitalismo global e pelo colonialismo. O pensamento pós-abissal pode ser sumariado como um aprender com o Sul usando uma epistemologia do Sul. Confronta a monocultura da ciência moderna com uma ecologia de saberes. É uma ecologia, porque se baseia no reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos (sendo um deles a ciência moderna) e em interações sustentáveis e dinâmicas entre eles sem comprometer a sua autonomia. A ecologia de saberes baseia-se na ideia de que o conhecimento é interconhecimento. Como ecologia de saberes, o pensamento pós-abissal tem como premissa a ideia da diversidade epistemológica do mundo, o reconhecimento da existência de uma pluralidade de formas de conhecimento além do conhecimento científico. Isto implica renunciar a qualquer epistemologia geral [...] (SANTOS, 1995, p. 506-519 apud SANTOS 2009, p. 44-45).

A esse olhar crítico epistemológico de Santos, podemos formalizar um diálogo inter-epistemológico entre pensamento africano e pensamento europeu. Para isso, vale trazer o pensamento africano e seus pensadores que partiram de uma premissa segundo as suas realidades, como nos afirma Déves-Valdes. O século XX marcou a evolução dos pensadores africanos para a construção de uma África sem qualquer tipo de dominação isso porque estavam “otimistas e autoconfiantes”, no que estavam a fazer em prol da África. Nestes pensadores, os mais destacados são Déves-Valdes (2008, p. 10) “Léopold Senghor, Jomo Kenyata, Cheikh A. Diop, Kwame Nkrumah, Nelson Mandela, Sekou Touré, Julius Nyerere ou Amílcar Cabral”. Para o autor, esses intelectuais têm um pensamento crítico emancipador e intelectualmente focado para desconstrução da narrativa ocidental.

Por um lado, Déves-Valdes (2008, p. 10) mostra uma ideia relevante ao afirmar que os “autores-chave nas últimas décadas do século como Samir Amin, Walter Rodney, Ali Mazrui,

Nadine Gordimer, Valentin Mudimbe, K. A. Appiah Carlos Lopes” etc.. tiveram um papel imprescindível na última década do século passado e que ainda as suas obras têm e marcados espaço na arena africana e fora da África.

O diálogo elencado por Boaventura de Sousa Santos, como mentor do projeto Epistemologias do Sul entre o pensamento ocidental e não ocidental, assume aqui um cunho de reconhecimento das obras, cujos pensamentos não ocidentais, no qual citamos os intelectuais africanos que desde seus primórdios assumiram o pensamento africano como forma de não dominação, não apenas por via da ciência ou de uma linha ocidental. Todavia, nas suas fases embrionárias tiveram um tipo de conhecimento endógeno, no qual a ciência nunca se coabita ou reconhece como conhecimento com que se pode dialogar. Deste modo, os pensadores africanos acima citados, os sábios, os régulos e os anciões, como destaca Henriques, tiveram seus saberes ignorados. Portanto, aqui entram as epistemologias do Sul a partir de uma ideia crítica assentada para um diálogo ecológico e emancipador.

A seção a seguir está norteadada numa ideia que perpassa nas realidades internacionais no que Estados modernos têm um papel de fundamental importância. Dentro desta seção, podemos entender uma certa operação do colonialismo moderno assentada na colonialidade do ponto de vista econômico.

3 GUINÉ-BISSAU E O CONFRONTO DAS EPISTEMOLOGIAS

Guiné-Bissau tem sido palco de confrontos das epistemologias desde a sua independência (1973), no que concerne à cooperação internacional, ajuda internacional e desenvolvimento. A relação entre Estados independentes no contexto de troca efetiva de produtos na sua variabilidade não se limita ao simples fato de dar e receber. Todavia, trata-se de um sentido em que as ligações entre Estados conseguem articular o amparo que normalmente facilitam as suas políticas de cooperação internacional e desenvolvimento. Os primórdios da cooperação internacional, ajuda internacional e desenvolvimento na Guiné-Bissau não tem sido fáceis de perceber no seu aspecto teórico e da sua essência prática. Na literatura das relações internacionais, os interesses são inseparáveis dos Estados, o confronto das epistemologias consiste no fato de que os interesses dos Estados se chocam em um determinado momento das suas relações e, assim, procuram mecanismos por meio da correlação de forças de poder para manter os interesses intactos na arena internacional. Neste segundo capítulo, abordaremos como se desenvolve os confrontos epistemológicos (aqui entra um sentido de metáfora) nas relações internacionais por meio da cooperação internacional, ajuda internacional e desenvolvimento nos debates teóricos, vendo as margens e limites da dependência que o Estado da Guiné-Bissau tem manifestado, a partir da sua política externa, ou seja, a sua relação com outros Estados e organismos internacionais para seu desenvolvimento. Não se trata especificamente de estudar a relação de Guiné-Bissau com outro Estado, mas perceber os desdobramentos da Cooperação Internacional, “ajuda internacional” em vários sentidos e desenvolvimento de sua aplicabilidade no contexto guineense.

3.1 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

As primícias da cooperação internacional estão relacionadas com uma longa história de ponto de vista internacional e seu lugar em determinados momentos, marcado pelo alargamento das bases de influência (desde final da Segunda Guerra Mundial 1939-1945, e primórdios da Guerra Fria com duração de mais de três décadas) por meio de dispositivos usados para consubstanciação no seu sentido mais amplo, na qual depende das diferentes abordagens nas relações internacionais no seu enquadramento histórico e teórico. Este processo da evolução da cooperação internacional no qual as relações internacionais se

destaca como pivô da leitura, teve um pendor impactante em diferentes países do mundo, não apenas na Europa, por assim dizer em vários países da África inclusive na Guiné-Bissau.

Esse impacto pode ser visto a partir de diversos segmentos que andam junto com a cooperação internacional, todavia o foco aqui se restringe ao desenvolvimento como uma das partes da cooperação internacional desde seu primórdio e seu momento atual já com raízes plantadas e fortemente alargada com cunho intensamente notório ao Estado, como nos mostra autor Apolinário Mendes de Carvalho mais adiante.

Após a Segunda Guerra Mundial, introduziu-se na agenda internacional o binômio “*high politics* e o *low politics*”, para as abordagens no quesito a cooperação enquanto termo do campo da agenda internacional. Sendo assim, a “*high politics*” consiste em fazer as leituras sincronizadas à “segurança estratégica” enquanto que “*low politics*” deriva nas leituras da educação, comércio e desenvolvimento, etc. A Guerra Fria nos anos 50 dominou a arena internacional, pairava-se na Europa um “medo” concernentemente ao confronto nuclear entre blocos (socialista e capitalista), que poderia significar a inoperância do binômio, mas que continua no centro das atenções (EITI SATO, 2010).

O conceito de relações internacionais é marcado por interações em que assentam atores não homogêneos em torno de sociedades políticas no tecido internacional, inseparável na sua comparação em termos culturais dos atores, formação étnica, proximidade geográfica, ideologia econômica, religiosa ou política. Assim, remetem uma distinção entre sociedades que compõem indivíduos no mundo. Igualmente, o cenário internacional construído pelas relações sociais numa escala internacional dos atores internacionais caracteriza-se como Sociedade independentes do ponto de vista imensurável. A definição de sociedades políticas independentes constitui uma urgência necessária para criação de espaço geográfico visto como espaço internacional (LEONARDO DUTRA, 2014). Esta viagem ao conceito das relações internacionais dá nos uma visão clara sobre a definição do espaço internacional.

Segundo Carvalho (2015), a cooperação já tinha sido debatida no século XVIII há quando se assentou a ideia de Estado Nação, que teve como base a relação de reciprocidade entre Estados. Evidentemente que a Segunda Guerra Mundial teve um impacto mais sólido no processo da cooperação, conteve atenção especial no relacionamento entre Estados no sistema internacional no que diz respeito com Estados novos na altura.

No quesito ao confronto militar e da violência que marcaram o tecido da política externa no qual fixa aliança com uma dimensão menos alargado, começou a perder lugar com “acordos internacionais sobre o comércio e o sistema financeiro internacional, e a criação de instrumentos para reconstrução e desenvolvimento no pós-guerra”.

Os propósitos de mudanças no sistema internacional após a Primeira Guerra Mundial, que tiveram no Presidente Wilson dos EUA o seu principal promotor no âmbito do projecto “Liga das Nações”, apontavam já a cooperação e a concertação como princípios basilares do sistema em gestação. A nova ordem internacional da pós-Segunda Guerra Mundial permitiu a afirmação destes princípios e edificação destes inter-Estados de carácter universal, como as Nações Unidas, e sectoriais como o GATT, o FMI e o BM. A necessidade dos Estados maximizarem os seus interesses absolutos, e não só os relativos, passou a justificar a cooperação no domínio das relações internacionais (CARVALHO, 2015, p. 149).

Ainda no seu limiar, a cooperação internacional, no dizer de Carvalho (2007, p. 1), está relacionado com a máquina política. No ensaio intitulado *A Cooperação Internacional e a Política Externa Guineense*, o autor deu abertura com uma série de questões norteadoras sobre as condições da cooperação internacional e os problemas que nela se insere para seu alinhamento nas relações internacionais no século XXI e o plano do Estado na política externa quando se fala das relações mantidas entre Estados. A noção da cooperação internacional nos olhares atuais até certo ponto remete-se a pensar por um lado na “ajuda ao desenvolvimento” um termo em embrião, ou seja, que surgiu a partir dos anos 60 com o fim da Segunda Guerra Mundial. Assim, com a criação da ONU, estimulou o diálogo interestatal para as questões das relações internacionais pautando na “paz, na cooperação e na perspectiva de atuação coletiva na prossecução de interesses comuns”.

Com efeito, a ONU não deixou despercebida na sua Carta magna de frisar a relevância da cooperação internacional facilitando assim a comunicação entre Estados com objetivos condicionalmente para o bem dos homens, mulheres e crianças. Os Estados atrelados a organização devem envolver seriamente na sua Carta primeiro capítulo, ponto 3, onde destaca com mais rigor a cooperação internacional, e propor Estados a sua volta que a encaram com dimensões profundas.

Conseguir uma cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de carácter económico, social, cultural ou humanitário, e para promover e estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião ser um centro destinado a harmonizar a ação das nações para a consecução desses objetivos comuns (ONU, 1945, p. 5-6).

O papel da ONU em zelar na cooperação internacional como meio imprescindível para afirmação do ser humano enquanto sujeito que merece um tratamento condigno e eficiente é muito bem pensado e escrito. Contudo, as realidades que circundam hoje nos debates atuais sobre as práxis dessa afirmação é outro, isso visivelmente é criticado pelos peritos de direitos humanos, sociólogos, antropólogos etc. que formam um todo nessa discussão. Com base

nisso, há questões inquietantes que podemos destacar: será que dentro da cooperação internacional os problemas do cunho econômico, social, cultural e humanitário de fato são resolvidos de maneira justa? Neste pleno século XXI, há respeito aos direitos humanos? As pessoas têm direito de se manifestar perante uma injustiça no sentido de que não haja violência por parte daqueles que detém o poder? Poderíamos formular várias perguntas em torno disso, todavia essas questões permitem-nos fazer uma reflexão profunda no sentido de perceber o uso destes fatores na cooperação internacional.

A ONU como uma organização internacional macro e que engloba vários países do mundo na sua estrutura em diversos setores que fazem o funcionamento pleno desta organização está repleto de interesses latentes de diferentes países. O motivo que nos levou a fazer as questões formulado em cima, tem a ver com a impossibilidade muitas vezes que a organização passa no sentido de resolver os problemas que está na sua ligada a sua carta magna no cumprimento de suas ações nos países membro do mesmo. Observa-se que, dentro da sua própria estrutura os países membros são diferentes do ponto de vista econômico e político o que pressupõe que há uma certa dissemelhança em termos da tomada de decisões, que muitas vezes vai contra os direitos humanos e ajuda humanitária, pois, isto mostra que a ONU deve pensar a sua estrutura para salvaguardar os países menos favorecido na tomada de decisões.

Carvalho (2007) afirma que a cooperação internacional deu passos largos na evolução do direito internacional no debate das políticas internacionais acerca dos conceitos como direito de ingerência humanitária e do direito que dão valor de perceber o sentido de humanismo. A tomada de consciência com êxito do interesse global de atuar em conjunto para salvaguardar e preservar a vida humana, merece um olhar mais básico, atento e conciso acerca da cooperação internacional permeado da ajuda ao desenvolvimento.

A cooperação internacional não está limitada a “relação de ajuda” entre Estados ou instituições que nela trabalham, apesar que a relação de ajuda é um dos componentes da cooperação internacional, mas não assume um ponto nodal nessa questão. A cooperação internacional tem uma dimensão que pode se afirmar de um campo vasto, pois todas as atividades têm que ser desenvolvidas em parceria, o que significa que nenhum Estado deve ficar isentos sobre as decisões que são tomadas (SATO, 2010).

Por exemplo, no que concerne as decisões no multilateralismo, no caso da ONU com países membros, não é que as decisões são tomadas sem presença doutros países membros, a organização propriamente em si, basicamente na sua estrutura de poder não facilita os países da periferia, o que se vê desses países, podemos julgar como países com economia fraca e

menor ingerência a nível internacional principalmente na matéria de cooperação bilateral ou multilateral. Os países membros das ONU quanto mais se detém uma boa economia e influência na política externa mais adquire respeito pelos seus parceiros na organização e na arena internacional.

Assim, a cooperação internacional consiste numa rede de programas elaboradas pelos Estados e instituições com objetivos comuns a cumprir e que ganham sentido a partir de um aspecto rentável. Mesmo assim, na sua base, a cooperação internacional não é intacta, as mudanças, tem intercalado o seu ponto de ligação, isto é, no contexto de país a país, exemplos dessa mudança reside de algum modo na globalização. Isto faz-nos enfatizar que “A noção de fronteiras porosas e de interdependência entre as sociedades, sobretudo na esfera econômica, produziu uma vasta literatura desde os fins da década de 1980” (SATO, 2010 p. 46-47).

Igualmente, as mudanças de paradigma verificadas ao seu redor fizeram entender o caminho das questões internacionais. A globalização no seu significado mais amplo, propiciou a integração e fez baixar o papel do Estado na arena internacional, daí emergiram outros atores nesse campo. Em relevo, a cooperação internacional resume-se na política internacional no qual as nações categoricamente constroem a política da cooperação internacional. Por meio deste, o desenvolvimento institucional e social pode ser visto aproximadamente no seio da dependência internacional (SATO, 2010).

O funcionamento da cooperação internacional não depende unicamente de um caminho sem inclusão de outros componentes que possibilitariam outra cara da cooperação. A dinâmica mundial no qual cada país tem passado dado a volatilidade da globalização tornou a cooperação internacional cada vez mais dinâmica entre os países. Se um país como a Guiné-Bissau por seu lado não se junta nesta arena da globalização de modo a maximizar a sua política externa, significa dizer que tem menor chance de capitalizar o país, isto é, no que prima a ingerência externa.

Esta ideia de globalização é notória, no olhar de Carvalho (2015) o contexto do sistema internacional tem recebido a influência por parte da globalização que nesse processo está incluído uma gama de transformações dentro do sistema no seu plano e objetivos na conjuntura externa num aspecto de gerir, desenvolver alianças e parcerias que tem peso no comportamento, expectativas e atitudes dos atores internacionais.

Na dimensão desta natureza, a cooperação tende-se obviamente se desenvolver num ambiente comparado ao conflito na execução dos objetivos na relação dos que estão no bojo do sistema internacional. Isso faz aqui destacar a noção perante as suas variações, a cooperação internacional se faz por meio de duas entidades políticas (Estados), faz parte do

campo da política externa elaborada pelo Estado. No que toca com multilateralismo há um choque com cooperação bilateral, isto é, não fixa num espaço confortável para sua atuação, enquanto que os Estados optam mais na cooperação bilateral, por ter uma concepção de que um Estado por meio deste exerce uma “autonomia”.

No que concerne à autonomia, depende dos Estados que assinam a cooperação, quiçá o comportamento dos atores neste campo faz concluir que é difícil afirmar que um país detém autonomia mormente aqueles com menor economia e alta dependência econômica.

De acordo com Sato (2010), a cooperação internacional pode ser enquadrada pela cooperação técnica internacional. Ao longo do tempo houve transformações nas relações internacionais e serviu de suporte da política externa dos que assinam os termos de cooperação. No quesito a cooperação, ela estimulou o processo de globalização no qual o conhecimento técnico avoca ocupação de fundamental importância. No quadro do seu encargo como elemento de respaldo da política externa, a cooperação insere-se nessa circunstância como fator jurídico que estabelece “padrões de conduta” no meio dos países e regiões na qual atravessa um caminho para se tornar um componente solidamente qualificado. Nesse argumento a cooperação internacional torna emergente nos debates de hoje como componente crucial.

Faz-se por último, a construção de caminhos no qual uma nação está nitidamente encaixada a padrões econômicos e sociais predominantes no mundo, estabelecidas pela ciência e do conhecimento com foco na sua aplicabilidade para o bem coletivo. A emergência da cooperação, resulta de um grande tamanho de oportunidades e por um lado problemas que podemos julgar até um certo ponto pela exigência contínua da elaboração dos dispositivos que sustentam em várias dimensões notadamente na estrutura política e social nas práticas produtivas (SATO, 2010).

A cooperação não se limita a movimentação de “produtos, serviços e recursos financeiros entre países” (SATO, 2010 p. 54), ela numa natureza à tona cai no episódio da possibilidade para facilitar a mobilidade humana por meio da educação, saúde e troca de saberes. Na esteira dessa realidade com cunho internacional, observa-se várias culturas e tradições que tornam visíveis nas suas apresentações que por um lado é assegurado pelas instituições de caráter político e social nacional que supostamente constitui uma relação cordial no campo internacional.

Esse diálogo configura-se na perspectiva de uma cooperação técnica, contudo ela de alguma maneira se inclui na cooperação internacional onde o último abrange por seu lado o cenário político numa abordagem holístico. A cooperação internacional é um dos dispositivos

utilizados na política externa, entende-se Carvalho (2007), nesse quadro que nela tem subjacentes interesses estratégicos, econômicos, ambientais securitários, éticos-morais e humanitários, como ainda nos chama atenção.

A cooperação internacional é consequência directa da vontade política de duas ou mais unidades políticas, que são os Estados. A cooperação nas suas diversas formas é um instrumento de realização da Política Externa, resultando da conjugação de vontades políticas de Estados. Não é por acaso que o multilateralismo em matéria de AJUDA ao desenvolvimento tem dificuldades de conseguir maior espaço e mais recursos financeiros em detrimento da cooperação bilateral. Acontece que a Política Externa dos Estados privilegia a cooperação bilateral através do qual é completamente soberana na realização dos seus objectivos específicos em matéria de Política Externa. Não havendo uma Política Externa comum, o multilateral terá sempre menor espaço em relação ao bilateral (CARVALHO, 2007 p. 3)

Essa abordagem no quesito da cooperação internacional tem merecido um debate candente sobre as duas formas de cooperação qual seria ideal de instituir entre Estados. Carvalho (2015), julga perceber que na atual conjuntura política internacional a relação entre dois países específico deve assumir um ponto nodal no debate teórico contemporâneo dado a sua dimensão e seu engajamento na afirmação da soberania de uma nação republicana. A nossa discussão paira de uma maneira ou de outra sobre o comportamento da cooperação internacional como lugar de confrontos das epistemologias.

Tendo como eixo central Guiné-Bissau, percebe-se que conceito de confrontos das epistemologias pode ser interpretado de várias formas, nossa interpretação consiste sobre um dispositivo no qual haja choque de interesses (confrontos das epistemologias) entre Estados-Nação, também que pode ser notado dentro de organismos (multilateralismo), organizações regionais e entre Estados na correlação de forças no tecido regional e internacional no qual a Guiné-Bissau está inserido por ser considerado um “Estado Frágil” e um dos Países Menos Avançados (PMA). O debate sobre Estados Frágeis não atribui no nosso debate um caminho maior, contudo, vale ressaltar que a Guiné-Bissau foi considerado segundo Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) como um Estado Frágil. Segundo Carvalho (2015), a noção de Estado Frágil ainda não ganhou vivacidade em termos de debate sério no ambiente teórico e intelectual.

Notamos que a noção de cooperação internacional, “ajuda internacional” e desenvolvimento que está atrelado a partir de um ponto de vista internacional como elementos interconectados no sentido de cooperação internacional é uma das partes para eficiência do desenvolvimento. Assim, da mesma forma que o desenvolvimento no seu caso pode de

maneira holístico tornar eficiente desejado com a cooperação internacional quando arcar a mesma como um dispositivo para sua efetividade procurado.

Pois, a ajuda internacional tem ganhado um lugar de destaque entre ambas principalmente quando o assunto é um Estado que está numa fase menos saudável (com democracia de baixa intensidade e crises no aparelho do Estado) a nível da sua população. O confronto das epistemologias nesse barco tem sentido vital e transformador para o acompanhamento dos mesmos, haja vista que aparece choque de ideologias (como sempre aparece nas relações internacionais), de interesses latentes e litígios que se desenvolve de modo irregular ou insatisfeita durante seu processo de aplicabilidade entre Estados, bem como organizações e Estado. O confronto das epistemologias aqui procura demonstrar quais caminhos os dois podem estabelecer para um diálogo de reciprocidade em conjunto. Desta forma, o confronto das epistemologias assume duas funções: uma função no qual ele procura entender o choque das ideologias na arena internacional e outra que procura equacionar esse dilema em conjunto com instituições ou Estados de maneira de um diálogo recíproco.

Desta feita, na cooperação internacional e desenvolvimento é notório verificar questões que denotam intriga de interesses de acordo com o tempo. O dilema entre os interesses de curto prazo e os benefícios de longo prazo constituem um ambiente político que não é fácil de resolver, dado a sua natureza conservadora da política. Os agentes estadistas ou não estadistas estão presos a uma demanda de urgência (SATO, 2010).

A interpretação da cooperação configura-se analogamente na senda social e político, a sua análise assume fundamentalmente uma característica por onde as relações transfiguram publicamente entre sociedades no tecido internacional, ela engloba diferentes temas tal como “segurança estratégica, geração de riqueza, acesso aos benefícios matérias da modernidade, segurança ambiental saúde ordem social” (SATO, 2010, p. 54-55),

Constate-se, que a teoria das relações internacionais engloba uma variabilidade de pontos “uma visão, uma interpretação, uma perspectiva dos fenômenos internacionais ou mundiais” que possibilitam necessariamente a base destes por um conjunto de regras no qual o objetivo é fazer opinião clara sobre a realidade e importância decorrente no tecido internacional (RODRIGUES, 2013, p. 22).

Os fatos que podem ser explicados seriam, segundo Morgenthau (2003), o poder que não se manifesta apenas em torno da política nacional, todavia transgrede as fronteiras e ocupa lugar na política internacional, o que autor afirma como uma “necessidade biológica”, na política, em que o elemento ideológico não fica ausente ou neutro. A inserção da ideologia nessa circunstância política, não é um resultado improvisado, constitui um elemento

primordial da política. Na política nem toda a conversa é dita claramente, ou seja, visivelmente, a sua natureza produz a ambiguidade no seu objetivo. Todo o processo político não importa nacional ou internacional tem como objetivo “poder” e o poder político é central para as ações do homem.

A política internacional, como toda política, consiste em uma luta pelo poder. Sejam quais forem os fins da política internacional, o poder constitui sempre o objetivo imediato. Os povos e os políticos podem buscar, como fim último, liberdade, segurança, prosperidade ou o poder em si mesmo. Eles podem definir seus objetivos em termos de um ideal religioso, filosófico, econômico ou social. Podem desejar que esse ideal se materialize, quer em virtude de sua força interna, quer graças à intervenção divina ou como resultado natural do desenvolvimento dos negócios humanos. Podem ainda tentar facilitar sua realização mediante o recurso a meios não políticos, tais como cooperação técnica com outras nações ou organismos internacionais. Contudo, sempre que buscarem realizar o seu objetivo por meio da política internacional, eles estarão lutando por poder (MORGENTHAU, 2003 p. 49).

Pela mesma razão, esta abordagem de Morgenthau também é vista por Carvalho (2015) numa ótica da cooperação internacional, no seu argumento, acredita que ao falar da cooperação internacional, fala-se, no entanto, de questões políticas que liga dois ou mais Estados para o estabelecimento da sua vontade política. Nos seus primórdios, a cooperação internacional o assunto se tratava unicamente sobre a atuação do Estado no contexto internacional e as organizações internacionais, com o passar do tempo, ou seja, a evolução do tema introduziu outra forma na denominação o que dá hoje como “cooperação multilateral” no relançamento de novas bases para admissão e troca de habilidades erguido pelos Estados membros desse panorama da cooperação internacional.

Dessa forma, a cooperação internacional no seu aspecto visível, parte-se como ferramenta para atuação da política externa do Estado moderno. Numa análise comparativa as ações multilaterais não ganha uma visibilidade dimensional numa conjuntura ampla do que lhe norteia, e tem uma rentabilidade no vetor econômico de ajuda ao desenvolvimento em sua comparação com cooperação bilateral no qual assenta-se a soberania quando se fala da política externa e conseqüentemente tem ganhos mais do que cooperação multilateral (CARVALHO, 2015). Esse olhar permite-nos transcorrer um pouco no corpo da política externa guineense, por ele ser a base da cooperação internacional.

Destarte, uma anatomia da política externa da Guiné-Bissau, exige-se uma série de questões que está sob um conjunto de atividades no âmbito nacional e internacional. Por um lado, fixa-se num momento de contexto emergencial do recém-nascido Estado. Um vetor econômico tem ocupado ao longo do tempo uma posição de suma importância na definição da política externa em que o seu ponto fundamental centraliza-se no desenvolvimento por meio

do interesse e da prioridade do Estado nas suas ações internacionais (CABRAL, 1989). O ingresso do país nas organizações internacionais como: a Organização da Unidade Africana (OUA), Organização das Nações Unidas (ONU) e Movimento dos Países não Alinhados (MPA) fez com que a cooperação multilateral entrou em destaque até no ponto de “suas responsabilidades internacionais e na afirmação da sua personalidade político-jurídica no plano mundial” (CABRAL, 1989, p. 77) tem crescido bastante.

Não apenas, havia por um lado uma grande necessidade de ativar as relações político-diplomático e econômico com países limítrofes (CABRAL, 1989, p. 77). A Guiné-Bissau na família sub-regional (organismos dos países da sub-região) passa a ser um fator crucial e *sine qua non* para o país nas relações internacionais que provém de um duplo vetor a saber partir da sua constituição. Segundo Jorge Cabral reza o seguinte,

1. – Evitar o isolamento político e econômico, desenvolvendo e diversificando a cooperação internacional a nível sub-regional, regional e internacional;
2. – Não perder de vista a necessidade da participação individual nesses foros reverter positivamente a favor do desenvolvimento nacional, da unidade e da prosperidade coletiva (CABRAL, 1989, p. 78).

Isto mostra realmente a relevância da política externa guineense por meio da cooperação internacional e possibilidades de ter um desenvolvimento inspirado na base do povo. Deste modo, a cooperação internacional e desenvolvimento emana neste trabalho em linhas gerais de um conjunto de relações que procura a partir da sua natureza teórica consubstanciar as possibilidades que foram descartadas ao longo do tempo e da história das nações que sempre ocuparam e ainda ocupam um lugar emaranhado na teia da cooperação internacional e desenvolvimento.

Este conceito da cooperação internacional e desenvolvimento está centralizado dentro de uma narrativa na qual a Guiné-Bissau fica presa, a faceta da política internacional depende muito do seu conjunto de ações que podem resultar nas questões obscuras entre Estados. Como nos explica Carvalho (2015), a política internacional baseia-se em tomadas de decisões, de enfrentamento e ações do Estado mediante as suas relações compreendida na sua mensurabilidade. Para Morgenthau (2003), a política interna como a política internacional derivam de manifestação não homogêneas, mas os objetivos são mesmos “a luta pelo poder”, as manifestações são diferentes, tendo como justificativa a permanência de fatores morais, políticas e sociais.

Efetivamente, a política externa consiste num contexto em que uma comunidade adota desde cedo seus interesses ligada a seus objetivos formalizados com suas prioridades e atua

mediante suas ações no âmbito externo, em outras palavras a política externa “[...] é o conjunto de opções e ações para prossecução dos seus objetivos no plano externo e no relacionamento com os demais actores internacionais” (CARVALHO, 2015, p. 65). Seu conceito não é intacto dependendo da sua dinâmica, ou seja, encaixa numa pirâmide consenso, todavia os fatores como: opções, decisões e ações marcam a sua presença de modo intenso, observa-se a partir do momento em que estes três dispositivos fundamentais na política externa sofrer uma sujidade no domínio de ingerência, claramente que a política externa está em perigo (CARVALHO, 2015). O perigo dos três fatores da política externa, emana consideravelmente em voga na teia dos confrontos epistemológicos na Guiné-Bissau.

No decorrer do colonialismo, após a independência e nos dias de hoje, governos ocidentais e organismos internacionais que atuam na fonte da cooperação internacional têm instalado uma presença intensa no tecido da cooperação internacional para a possibilidade de deter progressos do cunho econômico e social de países em desenvolvimento em África especificamente Guiné-Bissau nas instituições públicas de forma direta e indireta (CARVALHO, 2013).

Além de, esta abordagem representa de fato uma fase na qual a Guiné-Bissau tem dado de alguma certa forma passos por intermédio de cooperação internacional, bilateral e multilateral, contudo, isso não se explica por sucesso evidentemente candente, pois, o debate atualmente na arena da cooperação está situado numa direção no qual os Estados modernos tendem a optar por a cooperação bilateral como ferramenta eficientemente útil na sua política externa como abordamos numa das passagens atrás.

Trazendo um exemplo acerca dessa discussão, Carvalho (2016) chama atenção de atuação do Brasil em África concernentemente ao vetor político, social, econômico e cultural demarcada a agenda local nos países com nível do desenvolvimento ainda no embrião não só, também pelo fator econômico e político contra desta feita um ponto nodal no teor dessa natureza. Como se pode ver, o Brasil como uma potência emergente a nível do desenvolvimento, tem se virado nos últimos anos a sua linha de cooperação para África, centralizando-se ainda mais nos países do PALOP, outra hora por meio da Cooperação Sul-Sul no seu enveredamento. Para Muños (2016, p. 9), o Brasil tem atenção especial na CSS, ele é um defensor no sistema internacional da diversificação da cooperação nos princípios, modelos e práticas encaixadas nas relações históricas a partir das posições sistemáticas. Um dos pontos nodais em relação aos princípios ora em agenda da reclamação dessa cooperação são “a solidariedade, a ausência de condicionalidades, a horizontalidade e o respeito à

soberania” (MUÑOS, 2016, p. 9). Perante isso uma pergunta se coloca: podemos afirmar a práxis desses princípios?

Desta maneira, a CSS ocupa uma alavanca para o desenvolvimento edificando para fórum de laços políticos, econômicos e culturais de negociação para assumir o protagonismo internacional na conjuntura de “*soft power*” e a confiança no cenário global. A sua modalidade é variável derivada da cooperação técnica, ajuda humanitária, contribuições a fundos multilaterais, operações de paz tec., isto mostra no seio dessa modalidade na CSS muito ampla em termos de cooperação no qual assenta o bilateral, multilateral e trilateral. A África principalmente os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), tornou-se nos últimos quinze anos um parceiro que ocupa um lugar de destaque por intermédio da CSS com Brasil tendo como motivo ou justificativa questões históricas e institucionais, pois Moçambique tem sido um dos países nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) com mais parceira com Brasil (MUÑOS, 2016).

Segundo De Renzio et al. “A Cooperação Sul-Sul (CSS) ganhou projeção depois da Conferência de Bandung (1955) como meio de promover uma maior articulação entre países do Sul e para estimular o seu próprio desenvolvimento”.

A articulação dos antigos países colonizados por meio das assinaturas de acordos de cooperação que dão viabilidade em matéria de desenvolvimento dos mesmos é um ponto interessante e produtivo do ponto de vista da desconfiguração de uma trajetória linear de modelo de desenvolvimento e de cooperação tida desde a história. A África, a América Latina e a Ásia podem traçar linhas de cooperação de acordo com seus interesses e objetivos uma vez que assumem compromisso sério na execução desses interesses.

Farã Vaz (2016), no seu Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) *Cooperação Internacional Brasil-África: Programa Cooperação Tripartida Prosavana em Moçambique* faz uma abordagem crítica num dos seus capítulos no que concerne à cooperação Sul-Sul, demonstra o progresso alcançado e falhas de ajuda, ou seja, a mudança de paradigma e das posições da cooperação Sul-Sul em relação a Brasil Moçambique, para Vaz a cooperação Sul-Sul perdeu seu sentido veicular do protagonismo entre países do Sul-Sul, as relações de caráter basilar para a criação desta cooperação não tem-se demonstrado o suficiente para o entender como foi proposto na conferência de Bandung em 1955.

Os compromissos assinados na conferência de Bandung sobre a cooperação Sul-Sul jamais entra em ação de uma forma geral, há maior inflexibilidade dos atores que assinaram estes acordos de cooperação entre países do Sul. No que diz respeito a estes países, paira no desenrolar uma certa hierarquia a nível das economias particular ou nacionais de cada país,

este cenário aponta uma ingerência na atuação e consecução dos seus compromissos a partir da cooperação Sul-Sul o que põe em dúvida sobre a ruptura de paradigmas tradicionais da cooperação, isto é, a submissão de alguns países a outros.

Vaz (2016) ainda ressalta que nas atuais dinâmica da CSS remete a ideia de Norte-Sul não Sul-Sul, esta crítica não restringe somente em Moçambique no qual autor teve mais ênfase de percorrer no seu TCC, mas também podemos observar e tirar um exemplo em relação a vários países de África por meio dessa cooperação, para além do Vaz com olhar numa dimensão ampla, alguns analistas teóricos analisam a cooperação de Brasil-Moçambique como um imperialismo brasileiro ascendendo. De acordo com Morgenthau (2003), a adição do poder não numa conjuntura interna, mas sim internacional partindo do pressuposto econômico centrando-se numa ideia nitidamente político emprega-se atualmente como imperialismo.

De notabilizar que a CSS não faz parte dos objetivos ora traçados para elaboração deste trabalho, mesmo assim importa discorrer no seu extremo para apresentar nosso caro leitor o processamento dos países na conjuntura internacional por meio da cooperação em vários modos inclusive técnica, bilateral e multilateral, onde a Guiné-Bissau não fica fora.

A tendência histórica para afirmação da cooperação também é partilhada com Carvalho (2016), em que ressalta que a cooperação entre Brasil, Portugal e Guiné-Bissau perpassa realmente num pendor histórica, não apenas, perpassa precisamente com países do organismo intra-continental Comunidade dos Países Língua Portuguesa (CPLP). Ainda na sua observação crítica sobre a política externa guineense, afirma que a política externa guineense tem um efeito inativo, evidenciado através do estigma enraizado no passado, consequência de uma crise política aguda inerente ao viés sócias, institucionais e governamentais. O que necessariamente não propiciou a boa imagem do país para o “investimento estrangeiros e apoios vindos de fora” Carvalho R., (p. 95).

Por um lado, Carvalho (2015 p, 159), realça que “As convicções que o investimento produz crescimento e desenvolvimento, e da economia baseada na substituição de importações eram dominantes no debate de ideias na economia do desenvolvimento”. Os objetivos definidos a partir de uma base da política externa e os mecanismos do incentivo para sua eficácia, tornam a política externa como uma política do Estado não do Governo, evidentemente que dentro das ações e estratégias seja de um país aconselha-se para o bom entendimento para prossecução das máquinas políticas e de setores que comportam a vida nacional. Certamente, que devem partir de uma definição de longo prazo, com base nos objetivos nacionais consolidados no tecido externo isento a jogos político-partidários.

Por outro, segundo Carvalho (2016), a política externa de cada Estado depende muito da condição econômica, política interna e aspecto de natureza social para ter influência e decisões geoestratégicas. Um Estado confrontado com problemas de recursos internos tem obrigação de usar um mecanismo facilitador na política externa para colmatar a sua decadência dos recursos internos a sua face interna.

Mediante a decorrência com ênfase na política externa da Guiné-Bissau, ainda com todo argumento exposto em cima, a política externa parte do condicionamento histórico e obviamente da lógica imperativa da geografia/geopolítica que transformam os elementos políticos em poder.

Um Estado forte no seu poder e transformadas em interesses, para o dispositivo de ingerência de “[...] atitudes ou de agir de forma activa ou passiva, conjuntamente ou contra outro (os) actor (es) da cena política mundial, e na cooperação internacional multiforme e global, são factores objetivos que alicerçam e regem as políticas externas do Estado” (CARVALHO, 2015 p, 67). Isto nos mostra francamente que “não é possível negar que, no correr dos tempos históricos, e independentemente de condições sociais, econômicas e políticas, muitos estados se confrontaram uns com os outros em disputas pelo poder” (MORGENTHAU, 2003 p. 52). É importante enfatizar daquilo que tem ocorrido na Guiné-Bissau como o oposto desse argumento no que tange à realidade política. Por isso nos explicita Carvalho, o modo e a concretude do interesse nacional para a eficiência da política externa guineense.

Mais do que o modelo de organização política e social, ideologia do Estado e os aspectos subjectivos da personalidade dos líderes, cabe ao interesse nacional um papel basilar na definição e durabilidade de uma política externa. O interesse nacional possui uma relação estrita com a política externa, na medida em que se trata de um dos pilares em que esta alicerça-se. A identificação dos objectivos nacionais permanentes outras geografias fora das fronteiras do Estado em causa, é um pressuposto fundamental para a definição de uma política externa. O interesse nacional enquadra um conjunto de necessidades e objetivos vitais para a segurança, nas suas várias dimensões, e para o desenvolvimento econômico e social de um Estado. O interesse nacional é definido objetivamente pela geografia/geopolítica e, em grande parte, pela história – cujas linhas mestras edificaram os patrimônios culturais e cozeram (e cozem) os tecidos econômico e social, assim como dão formas aos laços que moldam os quadros do relacionamento entre as unidades políticas/Estados. A definição em concreto e a cura do interesse nacional, bem como o seu devido enquadramento no sistema jurídico e político-institucional, são necessárias na perspectiva existencial de qualquer Estado, incluindo claro a Guiné-Bissau. A definição do interesse nacional no plano externo não deve ser assente num pilar de vantagens exclusivas, se quiser egoístas, pois a sustentabilidade da sua prossecução pressupõe a reciprocidade de benefícios ao nível bilateral ou multilateral [...] (CARVALHO, 2015 p, 68-69).

Para além do conceito do interesse nacional e das posições do Estado perante sua afirmação na arena internacional, autor em cima citado fornece-nos uma base fundamental do papel e a relevância do interesse nacional na política externa de qualquer Estado, assim como ele principiou a Guiné-Bissau no seu caso de assumir um lugar de destaque ao optar imensamente no interesse nacional para afirmação do Estado no campo da cooperação e da política externa. Salienta por um lado, chamando atenção, que a aplicabilidade do interesse nacional no tecido externo passa necessariamente pelo cumprimento dos desejos da maioria, não de minoria, seu uso do ponto de vista racional consiste numa definição na qual a cooperação bilateral e multilateral emana na reciprocidade de interesses e objetivos partilhados.

Por outro lado, na conjuntura contemporânea, temos assistido nas relações internacionais o debate que entendemos a partir da nossa abordagem interessante no que se refere a reciprocidade no cenário da cooperação tanto bilateral assim como multilateral. Alguns autores contemporâneos, tal qual Vaz (2016), observou atentamente nesta ordem de ideia que a reciprocidade na cooperação bilateral bem como multilateral tem perdido a sua noção de existência, para ele, o que há no domínio da cooperação são razões obscurantes e latente entre Estados (cooperação bilateral) e entre Estados com organismos internacionais (cooperação multilateral). Vaz analisou este caso entrando na cooperação bilateral de Brasil-Moçambique vendo as dinâmicas e causas dessa cooperação. Por isso, Carvalho observa e aconselha objetivamente o lugar que a política externa da Guiné-Bissau deve assumir.

A política externa guineense tem e ou deveria ter como principal premissa a cooperação internacional, tanto pela via bilateral como pela do multilateralismo, o que nos coloca diante de um mundo caracterizado por “interdependência complexa, fruto da globalização política, econômica e cultural dos Estados Nações a que nenhum Estado pode ficar imune, por mais que sejam exíguos e insulares”, como é o caso da Guiné Bissau. “Perante este desafio da globalização e da internacionalização, qualquer Estado que optar por não participar ou cooperar, mas caminha inevitavelmente para o isolamento” (CARVALHO, 2014, p. 24 apud CARVALHO, 2016, p. 93).

A Guiné-Bissau como um Estado ainda novo segundo alguns analistas com mazelas do ponto de vista social, político, econômico e à beira de meio ambiente é urgente adotar essa estratégia para afirmação da máquina política (Estado) na família global, e não só, fazer elencar numa pirâmide maior a cooperação internacional para o alargamento da sua base de influência, sub-regional, regional e internacional bem como o posicionamento do Estado firmemente a nível interno para que não haja uma convulsão social isto é, do Estado e sociedade civil que outra ora assume as funções do Estado. Além disso, a Guiné-Bissau

entrando nessa dinâmica da cooperação o país deve trabalhar afincadamente na configuração da sua soberania para preservar o seu *status quo* no tecido da cooperação internacional. Para isso, urge uma necessidade de apedrejar as condições degradantes em que país tem vindo a estar em matéria da política.

De um modo atento, Carvalho (2016, p. 169-170) observa de num vetor suscitante e prudente a realidade política guineense e atuação da (CPLP) e Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) nos últimos 17 anos (1998-2014), o posicionamento de ambas tem marcado o desenrolar da inadequação do ambiente político-institucionais no país situado na costa ocidental da África (Guiné-Bissau), as duas organizações de alguma forma ou de outra tem atuado ideologicamente no país, dando assim o amparo em relevo a condições latentes de organização intra-continental e sub-regional. De salientar que a Guiné-Bissau é o único na família do CEDEAO que fala a língua portuguesa. Isto nos faz perceber qualquer organização tanto nacional, regional assim como internacional tem suas ideologias e interesses que por vezes, por questões diplomáticas jamais é apresentado, pois, o fato notório e mais vista a partir dessa lógica paira sobre a ajuda internacional que tratamos em alguns trechos acima explicito, o que será tratado já em seguida.

3.2 A AJUDA INTERNACIONAL

As condições da vivência por vezes vista como “menos saudável” de uma população de qualquer país a nível social, educacional, económico e político constitui a partir de diversos olhares um aspecto que denota o carácter humanista e moral para uma relação que pauta pela natureza da cooperação em vários domínios dos dois ou mais países e instituições interessados para colmatar os problemas que pairam sobre esses aspetos.

Talvez a ajuda internacional seja o componente mais usado para dinamizar e fortificar essa relação no qual, poderíamos indagar o seguinte: por meio desta relação de ajuda internacional entre países existe um altruísmo? Será que dentro dessa relação há um objetivo só de “ajudar a resolver os problemas”? Essas perguntas nos dão energia de tentar respondê-las no decorrer deste trabalho.

A esse ponto, necessitamos recorrer a partir de Lopes (1991), para demonstrar as etapas e formas que ajuda internacional durante alguns períodos que entendemos relevante para destacar. Neste caso, Lopes (1991) nos diz que o período renascentista constitui a troca das informações técnicas por meio do comércio transatlântico como base da amostra técnica para extrair e utilizar o produto como ferro na África ocidental. Este fator não era muito

debatido no seu sentido amplo no qual assenta a “transferência como sendo assistência”. A nomenclatura foi usada pelos missionários dentre eles, católicos, protestantes, e igrejas reformistas americanas onde o objetivo era levar o conhecimento considerados essencial às populações africanas para melhorar o seu cotidiano no que concerne as suas condições de vida.

As organizações religiosas nas suas atuações acerca da assistência construíram a estrutura escolar, hospitalar, centros de saúde e propriedades agrícolas. Tudo estava condicionado numa administração colonial como cunho unicamente religioso centrado na utilização econômica: o seu sentido profundo era realmente atingir o progresso sobre o rendimento e implantar uma cultura de fatores econômicos do colonizador, isto é, “capitalismo ocidental”, seria, no entanto, um jeito de espírito humanista (LOPES, 1991).

A execução das infra-estruturas em diferentes países de África na era do colonialismo europeu constitui os interesses basilares dos mesmos, configurando no campo da ajuda internacional como a necessidade urgente da população local. A entrada da colonização europeia em África consistiu em certas dimensões não só na mira de ajuda internacional, mas também de cooperação e de outras facetas latentes nesta fase histórica, contudo é importante trazer à tona esta matéria por meio do contexto em que se argumenta.

A ideia do sentido humanitário, foi criada pelos colonizadores como a Grã-Bretanha, França e os demais mecanismo financeiro para “desenvolvimento do ultramar” em favor da metrópole, criou-se programas na área da educação, como formação de funcionários coloniais e pesquisa. O centro dessa iniciativa era propiciar a economia metropolitana, o que constitui mais tarde como modelo adotado na sociedade contemporânea (LOPES, 1991).

Veja-se que todo o índice neste caminho prudentemente já direcionava para uma direção que assenta no investimento estrangeiro (apesar que não de uma maneira formal como hoje acontece) a médio prazo que dera mais tarde na importação de mercadorias para metrópole o que põe em evidência o sistema capitalista em ação, assim esse modelo a ajuda internacional vai se tornando um modelo não descartado mais tarde.

Ainda Lopes (1991) nos brinda a noção de “ajuda” levando em consideração o fator histórico, assume um cunho com conotação religioso. Ao falar-se de “ajuda” dependendo do lugar está ligada a uma ação importante no qual há uma forma de quem lidera o outro por uma questão de geopolítica ideológica ou dos fatos econômicos no sentido rentável. O argumento Lopesiano nos conduz aparentemente a observar em relevo a contextualização e desdobramento gradual de assistência internacional até na fase atual com denominação de

ajuda internacional, vista na ótica da cooperação técnica, como nos esclareça aproximadamente,

A identificação territorial, quando se fala de ajuda, é assim das mais importantes. Ela é além disso acompanhada de justificações geopolíticas (possessões, colônias, países sob tutela) ou econômicas (rentabilidade). A ajuda é primeiramente percebida como assistência. A ideia de assistência é interpretada como a salvação do assistido, o que implica a existência de dois polos que já não são regidos pelas regras da solidariedade social ou da generosidade pessoais, mas antes pela responsabilidade social de um grupo [...] (Lopes, 1991, p. 43).

A esse olhar Lopesiano sobre a ajuda internacional remetendo o ponto geográfico como questão que marca a sua importância e ao fator histórico, isto é, da dominação colonial e a longevidade do egoísmo entre países. A premissa inserida neste canal de diálogo tem um distanciamento enorme com a noção da com o altruísmo e da solidariedade social como pivô da ajuda internacional no seu limiar.

Por seu lado Carvalho (2015) traz-nos um argumento acerca da ajuda internacional, fazendo críticas a peritos com tendência de analisar a ajuda internacional como ato de praticar o bem para o próximo baseado numa perspectiva altruísta, para autor esta abordagem da ajuda internacional não condiz a mínima verdade, evidentemente que julga, a ajuda internacional não parte dessa premissa sustentando que constitui um equilíbrio de interesses entre países que assinam um termo de cooperação que garantem necessariamente o investimento entre doador e receptor.

Como salienta-nos Relatório do Desenvolvimento Humano, PNUD (2005), a ajuda nos países desenvolvidos percebe-se em diferentes modos de caridade. O que faz-o ser descartada. “Num mundo de ameaças e oportunidades interligadas, a ajuda é tanto um investimento como um imperativo moral – um investimento na prosperidade partilhada, segurança coletiva e num futuro comum. Não investir hoje numa escala suficiente gerará custos amanhã” (PNUD, 2005, p. 28).

Se levarmos em consideração todas as condições históricas, políticas, econômicas e sociais que marcaram o passado de ajuda, possivelmente que não denominarias a ajuda como expressão de caridade e nem moral, mas de uma condição obrigatória para com os povos que durante história do colonialismo foram explorados e julgados de maneiras desigual. Para Carvalho (2015, p. 159), “as condições que o investimento produz crescimento e desenvolvimento, é da economia baseada na substituição de importações eram dominantes no debate de ideias na economia do desenvolvimento”.

Segundo este mesmo relatório de (PNUD, 2005) a ajuda ao desenvolvimento situa-se num ambiente de reconfiguração da parceria que conduz o desenvolvimento enquadrado na Declaração do Milênio (DM). O que faz lembrar dos compromissos assumidos nesta parceria. Cabe aos países semidesenvolvidos criar dispositivos que alimentam a ajuda para uma finalidade propícia. Em outro lado, os países “ricos” cumprem-nos acatar o que foi estabelecido na parceria. Nesta via,

Há três condições para uma ajuda eficaz. Primeiro, tem de ser prestada em quantidade suficiente para apoiar a descolagem do desenvolvimento humano. A ajuda fornece aos governos os recursos para fazer os múltiplos investimentos na saúde, educação e infra-estruturas económicas necessários para romper os ciclos de privação e apoiar a recuperação económica – e os recursos precisam de ser adequados à escala do hiato de financiamento. Segundo, a ajuda tem de ser prestada numa base previsível, de baixos custos de transição e valorizada. Terceiro, uma ajuda eficaz exige “apropriação nacional”. Os países em desenvolvimento têm a principal responsabilidade na criação das condições em que a ajuda pode produzir resultados óptimos. Embora tenha havido progressos no aumento da quantidade e na melhoria da qualidade da ajuda, nenhuma destas condições ainda foi satisfeita (PNUD, 2005, p. 28-29).

O relatório ainda destaca em termos percentuais as condições de ajuda internacional na África subsaariana,

Quando a Declaração do Milênio foi assinada, o copo da assistência ao desenvolvimento estava três quartos vazio – e a vaziar. Durante a década de 1990, os orçamentos da ajuda foram sujeitos a profundos cortes, com a assistência per capita à África Subsaariana a cair um terço. Hoje, o copo do financiamento da ajuda está quase meio cheio. A conferência de Monterrey sobre Financiamento do Desenvolvimento, em 2001, assinalou o início de uma recuperação na ajuda. Desde Monterrey, a ajuda aumentou 4% ao ano em termos reais, ou 12 mil milhões de dólares (em dólares constantes de 2003). No seu conjunto, os países ricos gastam actualmente 0,25% do seu rendimento nacional bruto (RNB) em ajuda – menos do que em 1990, mas numa tendência ascendente desde 1997. O compromisso da União Europeia de atingir um limiar de 0,51% em 2010 é especialmente encorajador (PNUD, 2005, p. 28-29).

Com efeito, entendemos que, a ajuda internacional tende a alargar mais dinâmicas para relançamento das suas bases em diferentes setores do país receptor. O resultado está pretensamente a tornar-se capaz de resolver as demandas internas na medida em que for usado logicamente racional no país receptor. O desencadeamento no qual ajuda internacional se relaciona, permite com que os objetivos traçados entre Estados e organizações multilaterais ganham relevo no quadro de confiança do país “doador”. A partir disso há que enfatizar o dedo da cooperação internacional em torno dessa conjuntura, o que nos faz entender que, entrando em voga nesse sistema que,

[...] a cooperação internacional se caracteriza por um conjunto diverso de relações, tais como entre Estados de mesmo nível de desenvolvimento e entre Estados de diferente nível de desenvolvimento, bem como de regiões. A cooperação é feita por meio de transferências de países mais desenvolvidos para países menos desenvolvidos, transferências destinadas a financiar atividades orientadas para o desenvolvimento do país receptor, canalizadas sob a forma de recursos financeiros, seja em forma de créditos ou de doação, que podem ser de diferentes tipos: subvenções e créditos via projetos e programas (por exemplo, investimentos em equipamentos físicos), ajuda em bens necessários ao desenvolvimento do país receptor e que este não pode importar; financiamento de reformas estruturais (como os apoios ao ajustamento estrutural); e a anulação/reescalonamento da dívida. Quando essas condições estiverem reunidas, estaremos perante uma relação de cooperação para o desenvolvimento em forma de ajuda ao desenvolvimento que pode beneficiar as populações locais (CARVALHO, 2016 p. 102).

Sendo assim, Carvalho esclarece a noção de ajuda entre dois Estados afirmando que,

Salvo em certos casos de ajuda bilateral, não há uma contrapartida direta e imediata ou pode nem haver nenhuma para o país doador, o que não implica que, indiretamente, não venha a beneficiar sua economia. Com efeito, pode-se distinguir a ajuda ligada e a ajuda não ligada. A ajuda ligada é quando a ajuda ao país receptor é destinada a financiar a compra de serviços, bens ou equipamentos com a condição de eles serem adquiridos no país doador. Ajuda não ligada é fornecida sem pré-condições de aquisição dos serviços, bens ou equipamentos. O país receptor pode, livremente, adquiri-los onde quiser (CARVALHO, 2016 p. 102).

Segundo Carvalho (2015, p. 155), a cooperação internacional não está apenas amarrada como instrumento da política externa, no seu enquadramento interno remete a um conjunto de pensamentos éticos e morais guiado pelo interesse comum. Nessa circunstância, o fator como “ajuda” insere em diversas formas sustentado por valores. As doutrinas religiosas, éticas e filosóficas têm um papel fundamental no que se diz “a ajuda internacional”. O conceito de ajuda reflete-se intrinsecamente ligado com o fator religioso, que não se trata da especificidade das religiões em fazer o bem a aqueles que necessitam e diminuir o índice da desigualdade numa certa sociedade onde se insere pessoas com natureza econômica emprestam a ajuda.

De realçar que, a narrativa histórica desencadeada no pensamento de Lopes (1991), sobre a ajuda faz sentido na medida em que este fenômeno tem sido uma das questões de tamanha complexidade nesta época contemporânea. Para Carvalho (2015), o equilíbrio de interesses mensuráveis se constitui num fórum de todo processo histórico dos últimos anos da ajuda internacional, por isso, a sua grandeza do ponto de vista axiológico, não satisfaz na maioria das vezes a expectativa do desenvolvimento e boa governação aos países beneficiários (Guiné-Bissau como um exemplo). Como vimos os países doadores usaram estratégias que não coadunam com o desenvolvimento nacional, e os países receptores não

conseguiram demonstrar uma boa administração institucional e político para a eficácia da ajuda recebida.

O argumento de Carvalho, A., situa-se no patamar da Guiné-Bissau onde a ajuda internacional não tem constituído um desenvolvimento que assente na ideia do povo. Sendo a cooperação internacional um instrumento da política externa, há de ressaltar e de fazer uma viagem anatômica da política externa guineense dado que a cooperação internacional como uma das suas ferramentas, constitui a pivô deste trabalho para afirmação do mecanismo de desenvolvimento no país oeste africano.

Jorge Cabral (1989), apresenta-nos papel de Amílcar Cabal na construção da política externa da Guiné-Bissau, para autor não se pode debruçar da política externa guineense sem trazer uma figura carismático como Amílcar Cabral, uma vez que participou ativamente na construção de plano internacional do país. O seu percurso histórico mediante a antiga “Guiné portuguesa” (na era do colonialismo) retrata a sua importância no fator histórico da diplomacia guineense. Na sua busca para afirmação jurídica da Luta de Libertação Nacional no tecido internacional, fez com que a ONU em 1972 visitou territórios libertadas na Guiné-Bissau.

Note-se que esse olhar a volta da contextualização da política externa guineense é interessante para viagem em seguida no que concerne ao tema e como se procede um elemento como a ajuda internacional.

De sublinhar que, o conceito de ajuda internacional é um dos conceitos polémicos na arena das relações internacionais a sua natureza no cenário da cooperação internacional, principalmente quando é analisada na sua prática entre Estados, apresenta uma maior correlação de interesses subjacentes que desde o seu primórdio não tem merecido um debate mais amplo para seu alargamento.

Notadamente, essa realidade do poder no tecido internacional fez com que nas relações internacionais o paradigma da política externa tem sofrido algumas alterações ao longo dos finais do século XX e o decorrer do século XXI, tendo fundamentalmente a globalização em diferentes viés “económico e financeiro, tecnológico, ambiental e de segurança” como o elemento principal para essas transformações nas dinâmicas das relações internacionais e na política externa dos Estados e políticas de cooperação internacional (CARVALHO, 2015, p. 65).

Obviamente, o que fez surgir a nova guia nos assuntos de ajuda ao desenvolvimento para a formulação de objetivos e estratégias de organismos multilaterais e regionais no que concerne à sua agenda. A variabilidade na esteira internacional constitui fortemente o dever

dos Estados a reformulação nos panoramas geoestratégicos que já tinham sido elaborados, bem como ajustar o equilíbrio das decisões, ações e componentes que de maneira indubitável estão na mesa da política externa (CARVALHO, 2015).

Do ponto de vista histórico, a política externa guineense assume um ponto fulcral na constituição da República da Guiné-Bissau e teve impacto crucial no país. A Guiné-Bissau ao tornar um país “independente” assumiu uma posição com intuito de resolver atender as demandas internas tendo como base econômica ajuda externa por meio de dívidas e doações o que permeou todos os governos até o momento (CARVALHO, 2016). Anote-se segundo autor, para ter uma política externa eficiente precisa-se de tornar o sistema de finanças públicas e a justiça em instituições de qualidade, porque constitui o corpo principal do respeito de Estado a nível interno e externo e conseqüentemente revelar no que toca com a política no âmbito internacional. O fracasso do país mediante um ponto de relevo no equilíbrio financeiro em finanças públicas teve um impacto atingível e notório no Estado, resultando o mesmo em perdas de confiança com doadores internacionais.

Assim, essa observação pode ser entendida a partir de abordagem ainda numa linha em que Carvalho (2015), nos seus dizeres salienta que alguns teóricos defendem solidamente a ideia da política externa assumir o alinhamento de política interna de um Estado no contexto externo. Isso posto, torna o argumento de autor certamente ainda mais eficiente na medida em que a finança pública constitui uma parte do Estado com grande importância no ordenamento da política externa. A subseção seguir está assente nas questões que abarcam a política de desenvolvimento na Guiné-Bissau após a independência.

3.3 O DESAFIO DO DESENVOLVIMENTO NA GUINÉ-BISSAU

A Guiné-Bissau como um dos países da África subsaariana passou por momentos de incongruências políticas, econômicas e sociais no passado que ainda marca o presente. As questões que recusam as populações de um determinado país a não se expressarem livremente, bem como, as mais vivas recursos humanos para fazer arrancar o dispositivo do “desenvolvimento” está possivelmente nas ideias céticas para aguçar e desencadear de uma maneira que não se consegue parar o desejado por maioria de toda população africana o tão escondido “desenvolvimento”.

Nesse assunto, Carlos Lopes (1986, p. 80-81) atualmente um dos grandes intelectuais africanos em matéria do desenvolvimento e a sua aplicabilidade em África na sua viagem num artigo publicado na revista dos estudos guineenses Soronda, intitulado *O*

desenvolvimento desigual no pensamento de Samir Amin, afirma na sua análise profunda junto desse teor que “os estudos do desenvolvimento nasceram na Europa e EUA da necessidade de fornecer uma explicação convincente sobre a implantação do modo de produção capitalista e como forma de justificar outras formas de exploração “mais aceitáveis” que o colonialismo retrógrado”.

Esse trecho do autor guineense representa do ponto de vista histórico uma fase inicial moderna acerca do desenvolvimento em si e desenvolvimento capitalista e a retomada de dominação capitalista numa perspectiva global. Pois, perante sua jornada, isto é, desenvolvimento, é imprescindível ter na consciência e saber que “uma sociedade para se desenvolver, deve começar por não deixar de ser ela mesma; com efeito, aquilo que não existe não se desenvolve” [...] Conhecer o contexto permite agir com o sistema e não contra ele (CAO TRI, 1984, p. 13 apud N’BALI, 1989, p. 66).

Claudio Alves Furtado (2014) afirma que o desenvolvimento se assenta num mistério e destaca que a sua noção nas ciências sociais ainda é parte de um problema para sua abordagem. Num sentido totalmente amplo, o desenvolvimento como um conceito, acomoda numa visão eurocêntrica baseada do ponto de vista evidentemente europeu com conotações ideológicas da realidade empírica e civilizacional da Europa ocidental e América do Norte. A sua dimensão em termos de alargamento, os que vêm depois terão que seguir a mesma lógica de desenvolvimento e vão ser chamados dos países “sub-desenvolvidos” ou em vias de desenvolvimento.

Segundo Fafali Koudawo (1995), há analistas teóricos que acreditam que todos os países africanos têm que se juntar o subdesenvolvimento como um espaço de construção caracterizado pela improdutividade do proletariado, o analfabetismo, a pobreza etc. A ideia de os países africanos serem chamados de subdesenvolvidos é contestada pelo Ha-Joon Chang no seu livro “23 coisas que não nos contaram sobre o capitalismo”, em frente iremos dar ênfase a essa discussão.

Como já foi dito, desenvolvimento responsabiliza-se seriamente neste trabalho, como um desafio e um conceito emergencial no qual a autodeterminação configura-se no aparato da sua fase. Assim, o desenvolvimento pode ser entendido como momentos que assenta no tipo ideal de maneira social, económico, ambiental, e cultural na nas estrutura e vida de um ente humano. Possivelmente, que se Marx estivesse presente até nos dias de hoje, completando dois séculos de vida e alguns anos, nos faria uma abordagem do desenvolvimento com destaque intencionalmente a África em seu desafio de desenvolvimento. Discute-se aqui o desenvolvimento para transformações paradigmáticas, em África em específico Guiné-Bissau,

por meio de sua aquisição, análise e reinvenção no seu aspecto teórico e prático. Necessita-se assim de uma vasta gama de observações por meio de seu processo em ativação até relacionado a utopia, mas que pode ser de um outro lado latente e ambicioso.

Carvalho (2013) argumenta que após a independência em 1973, e o ingresso da democracia (multipartidarismo) em 1994, o país hoje conhecido como a Guiné-Bissau não teve o resultado esperado como a maioria dos guineenses tinham pensado antes da independência. Os chamados na altura “estadistas” tinham uma mente ligado ao ocidente com estigma que o colonialismo deixou, assumiram a liderança do país sem noção daquilo que seria o sonho da maioria (CARVALHO, 2013). A partir desse argumento, podemos constatar que este sonho se enquadra numa perspectiva de ter um país que depois da sua independência daria um processo maior para seu “desenvolvimento”, assim a ideia da “independência” é sustentada aqui como uma alavanca de ponto de partida para o desafio ou processo do “desenvolvimento” de muitos países da África em especial Guiné-Bissau.

Segundo Veiga (2010), o século XX marcou o ingresso de diferentes instrumentos da realidade social a nível nacional, bem como a nível internacional. Tivemos um processo de reestruturação e inclusão dos elementos como a democracia, inserção de cidadania nos olhares políticos, um desenvolvimento intermédio e o favorecimento da globalização. De igual modo, tiveram problemas herdados nas décadas atrás do mesmo século como: a inercia da pobreza, a défice de alimentação, moradia, água potável etc. a expansão da fome coletivas e crónicas; a violação de liberdade políticas elementares e de liberdade formais; sem falar da ampla negligência diante de agente das mulheres não apenas nos países pobres, mas também em países ricos.

Ora, em relação à África, Furtado (2014) ressalta o sonho que os nacionalistas africanos tinham antes e depois da independência, isto traz o pensamento que pairava o “desenvolvimento”, havia um grande esforço de forma atingir o objetivo do desenvolvimento e um “progresso” duradouro. A política do nacionalismo, socialismo e capitalismo tiveram um impacto mediante o processo flexível do desenvolvimento, que levou processo a caminhos emaranhados na escolha de um modelo viável em matéria do desenvolvimento.

Todavia, como o país viveu/vive de uma maneira ou de outra situação descreditado, no qual tem impedido um desenvolvimento inspirado desde os primórdios da independência. Veja-se, que, falar de desenvolvimento da Guiné-Bissau significa andar rigidamente vendo as dimensões no caminho, limites e possibilidades para o seu alargamento numa base definida de certos pontos de vista, que no caso da Guiné-Bissau nos parece que precisa ser vista com detalhe tomando em conta o quotidiano que o país tem vivido durante décadas.

Isto levou M'Bali (1989, p. 73) a explicitar que após a independência “o desenvolvimento era, de facto, a modernização, o crescimento econômico da Guiné-Bissau, representado pela palavra ordem “*reconstrução nacional*” ”. Assim, o progresso do país tem sido um holofote durante este período do tempo entre dirigentes do país. Entendemos que essa reconstrução nacional está carregada de uma abordagem complexa e multifacetada, não vamos entrar na sua acepção profunda, seja lá, teórico, ideológico ou do ponto de vista estratégico. Todavia, vale evocar ao longo desse tempo as contradições vistas no meio desses anos no país em torno do desenvolvimento e trazer aspectos que constituem ao longo do tempo o desafio do desenvolvimento na Guiné-Bissau.

Assim sendo, nos anos 60 ainda não havia um debate que centralizasse na distinção entre desenvolvimento e desenvolvimento econômico, sendo assim não havia por um lado uma excelência das indústrias em maioria dos países. Os países subdesenvolvidos eram na sua maioria pobres e a industrialização era quase menor. Destarte, anos 50 marcou um processo adequado no que toca com crescimento econômico nos países semi-industrializados (no qual Brasil não se isentou), todavia a linha efetiva desse crescimento econômico não contagiou toda a população local para a aquisição dos bens materiais e culturais ao modelo dos países desenvolvidos (VEIGA, 2010).

Nos dizeres de M'Bali (1989), nos parece que há um certo paradoxo em matéria da industrialização na Guiné-Bissau, fato que levou autor a apontar algumas falhas nessa matéria,

Nos primeiros anos da independência os dirigentes apostaram num desenvolvimento pela via da industrialização. A ideia falsa segundo a qual era possível separar a industrialização e a agricultura do mundo rural, levou-os a privilegiar a primeira em detrimento da segunda. Pensou-se talvez que a agricultura e o mundo rural deviam adaptar-se ao impulso dado pela industrialização. Foi assim que assistimos, nos primeiros anos da independência, à criação de muitas unidades industriais sem futuro. Um exemplo típico dessa política que consiste na dissociação da indústria da agricultura é, sem dúvida, *Cumeré*, uma bela ideia que permitiria à Guiné-Bissau não somente abastecer o mercado interno, mas também exportar produtos semi-acabados, se não acabados. Só que a sua criação teve lugar sem se perguntar onde viria a matéria-prima. Hoje *Cumeré* é, com razão, a unidade industrial mais contestada. De igual modo, apesar da prioridade outorgada à agricultura aquando do III Congresso do PAIGC, em 1977, este sector foi sempre negligenciado. Até 1982, ele recebia apenas 6% do investimento nacional (M'BALI, 1989, p. 73).

Observa-se, do nosso ponto de vista, que a industrialização é um dos pressupostos do desenvolvimento, todavia apostar abruptamente todo seu potencial do desenvolvimento em matéria da industrialização seria um pouco cedo para um país que acabou de sair de uma

guerra sangrenta a mais de uma década e que precisa ainda ver todas as possibilidades para o alinhamento na matéria do desenvolvimento.

Para além de ser ainda um país com grandes desafios, não apenas do desenvolvimento a partir de outros dispositivos vindos de fora, mas também de perceber a partir de ponto de vista de base social em todos os domínios que dão ensejo para o fortalecimento de um desenvolvimento inspirado local e nacional, era imperativo um estudo de viabilidade sério e eficiente. Segundo M'Bali (1989), a industrialização estava no centro das atenções dos estadistas. Este processo de industrialização não se podia juntar-se à agricultura, assim tomou conta do país. Tudo o que viria a ser feito teria que moldar a industrialização. No decorrer desse processo, a Guiné-Bissau passou um momento dúbio, isto é, na escolha dos dois tipos de desenvolvimento, um desenvolvimento na base de agricultura ou um desenvolvimento na base da industrialização. O que teve lugar como fator primordial foi o “desenvolvimento integrado”. M'Bali concordou com essa ideia, mostrou-se que o mesmo tinha por expectativa de apresentar provas disso. O projeto integrado de Caboxangue estava fora da sua leitura, debruçar acerca das prioridades do desenvolvimento da Guiné-Bissau consiste em que se deve ter em conta um aspecto embrionário que torna a política do desenvolvimento de uma forma relativamente a um retrocesso, fato que levou M'Bali a questionar se há uma política do desenvolvimento.

Os obstáculos internos à política do desenvolvimento na Guiné-Bissau, pode ser resumido enviado ao Estado no continente africano em particular Guiné-Bissau (M'BALI, 1989). A independência fez com que os países africanos passassem a ter metrópoles com incremento de ferramentas que guiam as populações africanas do ponto de vista europeu. Isto levou a inspiração da população africana para água baixo tendo em conta a complexidade intensa de adaptabilidade daquelas ferramentas.

Significa isto, que há uma resistência por parte da população local a instituições do Estado, o que são vistas como instituições coloniais não no seu conjunto, um exemplo disso é afirmação da população rural perante o Estado, o que se traduziu num modelo como opção do “colonizador e colonizado” essa foi um dos obstáculos que impossibilitou Estado-Nação para uma política do desenvolvimento eficiente. Portanto, em diferentes trechos abordamos a questão da independência pois é evidente que o trazemos para exhibir os desafios que o desenvolvimento tinha que tomar após a independência, mas não necessariamente entrar no profundo para sua explanação (M'BALI, 1989).

Conforme M'Bali (1989), os primórdios da independência, nos anos 60 e 70 o continente deu passo exorbitante no que toca com crescimento econômico, isso teve efeito nos

bens sociais, ao exemplo de alimentação, saúde, educação e habitação etc. Segundo Chang (2013), o fator desse crescimento, não é motivo contagiante a fatores “estruturais” na África Subsaariana no período 1960-1979. O retrocesso econômico se deve a um acontecimento de 1980, que torna a região numa posição menos crescente na escala econômico.

[...] se os fatores estruturais sempre estiveram presentes e se a influência deles teria, no mínimo, diminuído com o tempo, esses fatores não podem explicar por que a África estava crescendo a uma taxa satisfatória nas décadas de 1960 e 1970 e, de repente, parou de crescer. O colapso repentino do crescimento precisa ser explicado por alguma coisa que aconteceu em torno de 1980. O principal suspeito é a mudança radical na orientação da formulação de políticas que teve lugar por volta dessa época [...] (CHANG, 2013, p. 168).

O acontecimento que se verificou nos anos 80 foi Programa de Ajustamento Estrutural (PAE), que a Guiné-Bissau adotou. Não só, também foi adotado na maioria dos países africanos como salientou Chang. Segundo Fernando Padovani (1991), este programa foi apresentado pelo governo guineense com uma ligação forte com as instituições de *Bretton Woods* (Banco Mundial - BM e Fundo Monetário Internacional - FMI) e teve como pontos nodais do seu objetivo facilitação de recursos vindos de fora, delinear estratégias e propostas de modo a fomentar o investimento estrangeiro para garantir uma estratégia de ajustamento.

Sua finalidade é de ter um “[...] crescimento de renda per capita, redução da inflação, redução dos déficits público e da balança de pagamento e por fim normalização com os credores internacionais [...]”. Seu alargamento seria no caso de, neste sentido (PADOVANI 1991, p. 56), “[...] políticas de reformas econômico-institucionais construídas por medidas fiscais e monetárias restritivas, liberalização do comércio e dos preços, aí incluindo o câmbio, e reforma das instituições, no sentido de privatizações e diminuição da presença do Estado na economia”. No argumento de Chang esse programa teve falhas que os próprios economistas que o elaborou não consegue explicar como se colapsou.

Sendo assim, se afirma que há um problema na transição paradigmática inculcada para a mudança da sociedade africana tipicamente tradicional para uma sociedade moderna, este problema reside numa dimensão a três formas europeias no qual o desenvolvimento é caracterizado a modelo ocidental mediante: “racionalização, individualização e diferenciação”. Esta transição conjuga efetivamente a construção de um coletivo onde “(o trabalho, o tempo, a percepção da mudança como uma realidade positiva e desejável, a distinção entre a função social e a função propriamente econômica dentro de uma atividade produtiva)” (M’BALI, 1989, p. 82)

Esta convivência da Guiné-Bissau está explícita de alguma forma aproximadamente a medir o desenvolvimento condicionado em todos os domínios de política econômica do mercado e da sua eficiência em termos da liberalização. Nos parece que o país não teve progressos esperados a partir do incremento do PAE, razão que levou a sobressaltos econômicos, financeiros e políticos na sua agenda nacional até no ponto de levar o Estado nos dias de hoje estar à mercê da dependência para tratamento dos seus assuntos internos e ainda mais básicos, de uma maneira que o país para se desenvolver tem que depender consistentemente dos organismos internacionais, agências de *rating* e parcerias sem altruísmo, isso tudo parece de uma certa maneira pouca para alguns teóricos liberais num pensamento mais lato sobre desenvolvimento.

Um país com total dependência econômico, político e social sempre é um problema do ponto de vista nacional. Para Lopes (1986, 98), a dependência remete a um ponto no qual fixa um vetor comercial, financeira ou tecnológica. A inoperância de uma boa economia dos países periféricos tal qual a Guiné-Bissau, encaixa-se na medida da intensidade da dependência alcançada na raiz do capitalismo com seu monopólio. Por outro lado, autor considera que quanto mais se depende tem mais a possibilidade de fazer a manutenção do desenvolvimento desigual, mas nesta esteira vai ter um crescimento, evidentemente que isso não significa de ter um desenvolvimento como as duas noções teóricas tem sido tratado pelos alguns teóricos.

Da mesma forma que destaca Lopes (2006, p. 42), neste sentido, apontando que o “[...] quão profundamente diferente do conceito de desenvolvimento é o conceito de crescimento; como o crescimento é meramente instrumental e só o desenvolvimento é fim; e como tudo isso é verdade em tudo, não só na Economia e nas Ciências Sociais, em tudo”.

Segundo Veiga (2010, p. 56), não há um elemento dúbio de que o crescimento assente num dos fatores importantes do desenvolvimento. “[...] Mas não deve esquecer que no crescimento a mudança é quantitativa, enquanto que no desenvolvimento a mudança é qualitativa [...]”, destaca autor que os dois têm uma ligação, em todo caso não são unívocos. De um ponto conceitual o crescimento econômico ainda permeia uma certa complexidade do que o desenvolvimento.

A afirmação na rotulo de que o desenvolvimento não é apenas fixado no bojo da renda per capita, uma questão permanece inerte no que se refere a distribuição de renda quando o ponto fulcral do desenvolvimento e seu maior problema está relacionado nitidamente a distribuição da renda (VEIGA, 2010). Faz pensar logo, numa casa por onde o desenvolvimento configura-se no caminho do crescimento com a distribuição de renda. Isto

não é uma forma tão fácil e é um pouco complexo, pois é necessário fazer uma viagem ao debate na arena científica.

Lopes (2006) põe em relevo o patamar do desenvolvimento, no seu argumento relativamente à desenvolvimento, autor afirma que o mesmo extrapola o limite do crescimento da economia e da brecha quantitativa de rendimento, do emprego e das desigualdades. Seria irônico se o desenvolvimento ficasse preso sem satisfação a medida das estáticas no seu sentido médio sem uma breve avaliação do lugar de rendimento, o ponto habitacional, a mortalidade prematura ou desemprego. Há ainda, muitos ingredientes em torno disso para observar qualitativamente o bem-estar humano com a liberdade e o fomento à sucesso. Autor acredita por outro lado que, o desenvolvimento seria um momento dos seres humanos satisfazerem as suas demandas básicas no domínio da educação e saúde com cunho notório de oportunidade de todos.

A despeito de aumentos sem precedentes da opulência global, o mundo atual nega liberdades elementares a um grande número de pessoas, talvez até à maioria. Às vezes, a ausência de liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças curáveis, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, a possibilidade de ter acesso à água tratada ou saneamento básico. Em outros casos, a privação de liberdade vincula-se estreitamente à carência de serviços públicos e assistência social, como, por exemplo, a ausência de programas epidemiológicos, de um sistema bem planejado de assistência e educação, ou de instituições eficazes para a manutenção da paz e da ordem locais. Há ainda as situações em que a violação da liberdade resulta diretamente de uma negação das liberdades políticas e civis por regimes autoritários e de restrições impostas à liberdade de participar da vida social, política e econômica da comunidade (VEIGA, 2010, p. 35-36).

Igualmente que Lopes (2006) chama atenção à acessibilidade dos serviços e bens básicos (água potável, educação e saúde) que no seu entender não são somente essas ferramentas que estão em causa, outro componente em causa é as oportunidades de emprego. A exclusão não deve fazer parte na construção social do desenvolvimento, haja vista que não se vê a sua questão no futuro em termos do subsídio, o que dá o estímulo ao sucesso. Quando isso não acontece entra-se a subestima dos seres humanos e auto-estima dos mesmos fica intensamente baixa. É necessário observar-se atentamente que o desemprego é uma das formas de exclusão da “construção social” e do insucesso do ser humano.

Assim, no argumento de Koudawo (1986), na concepção dos economistas da década de 60 o desenvolvimento é uma andança que tem como foco atingir os países vista pela maioria como desenvolvidos, seja lá parcial ou integral tudo se resume pela sua leitura do ponto de vista holístico. Enquanto que, do ponto de vista africano enquadra-se uma percepção

que remete a pujança perdida nas épocas remotas da dominação colonial, alguns teóricos observam isso como um estímulo a neocolonialismo.

Para M'Bali (1989, p. 83), há uma chance menor de os países africanos acelerarem suas economias por causa do enfrentamento na corrida do sistema econômico internacional. O desenvolvimento não se conjuga pelo um imperativo fim. “Ele é um processo, e como um processo, não pode haver um modelo universal”. Na sua abrangência processual configurado pela finalidade de alcançar, remete o levantamento de choques internas das sociedades como um todo, desencadeia a partir dessa lógica conflitos em diferente natureza ao exemplo “entre habitantes do campo e os da cidade, entre jovens e os adultos, entre lavradores e os comerciantes”, no qual os grupos sociais se divergem na arena dos seus interesses. Num contexto da corrida pelas inovações a dinâmica camponesa de produto pode sofrer um grau de influência intensa que lhe pode provocar um efeito cascata do ponto de vista axiológico de retrocesso da sociedade tradicional.

[...] o desenvolvimento é um processo multidimensional, envolvendo a reorganização e a reorientação dos sistemas econômicos e sociais. Todas as teorias do desenvolvimento (ou do subdesenvolvimento) rejeitam a ênfase exclusiva na aceleração do crescimento do produto como indicador de desenvolvimento. Em vez disso, há que sublinhar a necessidade de reformas institucionais e estruturais de modo a caminhar-se para a erradicação da pobreza absoluta, há que proporcionar generalizadamente oportunidades de emprego, há que reduzir as desigualdades na distribuição do rendimento e elevar em geral o nível de vida, onde a saúde, a educação, o próprio enriquecimento cultural têm de ter lugar, decisiva e insofismavelmente [...]” (TODARO, 1977 apud LOPES, 2006 p. 43).

O desenvolvimento como *status quo* a chegar no sentido teórico e de políticas econômicas urge a necessidade de procurar fixar uma alternativa melhor e de longo prazo em termos lógicos (FURTADO, 2014). O fundamental reside evidentemente no estímulo da economia, investir nas infraestruturas e olhar mais atento ao sistema aduaneira e investir fortemente na estrutura do ensino superior e técnico de qualidade de modo a adquirir os recursos humanos de maior performance, alguns países da América Latina como Brasil e da Ásia podem ser um exemplo para tal. Um dos maiores problemas da Guiné-Bissau está centrado em definir uma alternativa do desenvolvimento a longo prazo e cumpri-lo satisfatoriamente sem mínimos obstáculos políticos que interferem no seu andamento prático.

De acordo com Lopes (2006), o desenvolvimento nos permite assegurar a liberdade; expulsando a pobreza tirania, falta de oportunidades econômicos bens sociais públicos e liberdades de expressão. O nivelamento de uma pobreza extrema nas condições econômicas gera a necessidade de vender a sua liberdade e autonomia de um ser humano perante seu

modo de viver em larga escala das suas mais diversas formas de praticar a liberdade. As liberdades de um cidadão são meios por meio dos quais o desenvolvimento necessita.

Na concepção de M'Bali (1989), Amílcar Cabral dava importância patente relativamente ao desenvolvimento partindo do ponto de vista local, isto é, optar num desenvolvimento na base rural. O fator primordial e central nessa questão é que o país tradicionalmente tem um potencial agrícola, isto coloca Cabral sempre a dizer a prioridade é de ter um crescimento da produção alimentar, agricultura em maior escala. A política do desenvolvimento é considerável variável no aspecto da prioridade, isto é, o que assume para governo o mais relevante, provoca um desastre em função da dependência da ajuda externa no sentido de Ajustamento Estrutural feito por BM e FMI. Essa visão do desenvolvimento pode ser viável do ponto de vista cronológico, o debate que tem se instalado hoje em maioria dos países da África é a política de industrialização e modernização a partir do ponto de vista de base local.

A introdução do programa de ajustamento estrutural teve início nos anos 80 na Guiné-Bissau, isto tudo porque o então governo no país estava colapsado e necessitava de uma ajuda externa para estancar a queda, a recessão e a inflação do mercado interno por meio das suas políticas económicas, isto fez-o a recorrer ao BM e FMI com objetivo de dar o equilíbrio a economia, mas para isso havia algumas condições das duas instituições para fazer empréstimo, algumas condições assenta-se no intuito de liberalização do mercado interno, privatização das empresas estatais, implementação da democracia e a política da convertibilidade monetária. Como aponta Chang o PAE não teve sucesso particularmente na Guiné-Bissau.

Do nosso ponto de vista, nos parece até um certo ponto que, o estágio da política guineense desde os anos 80 até os dias atuais não tem permitido as andanças de um desenvolvimento duradouro nos aspectos de natureza económica, social e ambiental. Pois, ao exemplo disso, podemos elencar alguns projetos, programas e apoios de: APD, APP, BAD, CAD, PIP, GIG-GB, FED, CID sem esquecer das organizações da sociedade ONG Tinguena, AD e ADPP que tem atuado veementemente na promoção do desenvolvimento nacional entre outro, ONGs e instituições nacionais e internacionais que procuram em toda forma fomentar o desenvolvimento do país, mas que o ambiente político reduz cada vez mais as atuações de uma forma ampla desses dispositivos do desenvolvimento numa tendência micro e macro. Mas a pergunta que não pode ficar isento é: as ONGs e projetos que veem do exterior que atuam na Guiné-Bissau será um caminho viável para o desenvolvimento? As narrativas podem nos dizer outras respostas interessantes.

Igualmente, a retomada da dominação nas teias do capitalismo como disse Lopes (1989), torna o desenvolvimento um termo problemático e contraditório tanto no seu aspecto teórico bem como no seu aspecto prático a nível dos países ditas “periféricos e semiperiféricos”.

A chamada de atenção de ter um desenvolvimento partindo dos pressupostos da base local e contexto quando se fala do desenvolvimento em si e suas facetas tal como: harmonioso, participativo, sustentável, inclusivo, Integral, Popular e humano fica como vítima da consequência de termos uma sociedade na ótica nacional, regional e internacional totalmente dominada pelo capitalismo e modos de produção capitalista sem mais valia.

Lopes (1986) chama atenção numa forma lúcida no ponto de materialismo histórico, em fazer uma leitura do “centro-periferia” o que faz entender do processo da evolução do capitalismo a partir dessa lógica centro-periferia. A sua abordagem sobre as formações sociais vista antes do ingresso do capitalismo na Europa, exhibe um lugar no qual a Europa ocupava como periferia os impérios comerciais árabes. Para autor, isso se percebe no dizer de Samir Amin, que existe uma maior possibilidade de aprovação por meio da história que o mundo sempre teve um desenvolvimento desigual em diversas sociedades em relação a proletariado e relações de produção em torno do contexto.

Como vimos, “O desenvolvimento capitalista é desigual em cada formação social, fruto da desigual luta de classes. Assim, as noções de centro e periferia são ainda aplicáveis no interior da mesma formação social, ou num plano regional” (LOPES, 1986, p. 83). Ainda segundo Lopes, Samir Amin não se centralizou apenas a sua leitura sobre o capitalismo em África entendida como “Terceiro Mundo”, ele acredita que a abordagem do centro-periferia remete a um termo dicotômico e teve sua origem na Divisão Internacional de Trabalho (DIT) na qual perpassa no ambiente específico de cada formação social no cenário capitalista. “Na realidade, a história do capitalismo tem sido uma luta constante a respeito dos limites do mercado” (CHANG, 2013, p. 31). É claro que nada é mais do que há na afirmação de Chang que o mundo capitalista tende cada vez mais fazer crescer e intensificar o mercado em termos das suas produções.

Enquanto isso, para os liberais, a Europa ocidental e América do Norte já não pertencem o polo dos países subdesenvolvidos. No círculo do subdesenvolvimento ainda estão incluídos os países do terceiro mundo, isso justifica o grande atraso justificado pelos problemas internos, tal como, “ausência de concorrência, e *laissez-faire* – livre mercado” a falta de racionalidade econômica, a improdutividade das relações sociais (KOUAWO, 1995, p. 97-98).

A isenção desses problemas constitui-se um desafio do desenvolvimento na Guiné-Bissau e significa dar um passo relevante para a afirmação do desenvolvimento. Enquanto que para os marxistas, o subdesenvolvimento nunca está atrelado aos problemas internos. Em relevo, as sociedades pré-capitalistas, estão atrelados a fragilidade do desenvolvimento das forças produtivas, contudo, o dispositivo real da máquina regulamentadora os transformam em auto-suficientes e elas são autônomos do seu processo evolutivo (KOUDAWO, 1995).

Além disso, é inequívoco que eles sabem das realidades sociais que deprecia o desenvolvimento, mas o grande problema reside “[...] no imperialismo que destruiu a dinâmica interna da sua evolução” que fomentou o empobrecimento e consolidou a dependência. Com término da dependência e a entrada da liberdade nas forças produtivas será a retomada dos tempos perdidos ao longo de todo o período. Veja-se que os marxistas designam o terceiro mundo como sociedades pré-capitalistas (KOUDAWO, 1995, p. 97-98). Toda essa discussão entre liberais e marxistas de cunho ideológico denominamos aqui no nosso trabalho como aquele que constitui pela sua relação como uma das definições do confronto das epistemologias.

De acordo com Koudawo (1995), é provável, que há uma discussão um pouco contraditório entre duas doutrinas, isto é, liberais e marxistas, em relação ao nascimento do subdesenvolvimento, o que para eles é a inoperância do processo para progresso. O ponto unívoco das duas doutrinas é que constitui numa ideologia quando se trata de capitalismo e marxismo: o progresso por meio da racionalidade. No entanto, a racionalidade em torno do processo para a dimensão do progresso num mundo marcado pela natureza capitalista assume neste debate das doutrinas um ponto nodal.

No que concerne ao sub-desenvolvimento, há teóricos que o teorizam como falta de riqueza que o homem não construiu. Depois de um olhar mais atento provou-se que a maioria dos países africanos tinha a maior parte dos recursos minerais. Outra explicação estaria longe dessa, centralizando na ciência econômica tradicional, tal qual “critérios climáticos demográficos, religiosos e intelectuais”. O mais adequado em torno dessa explicação, encontra-se na formação dos grupos de interesse em comum no tecido econômico: divisão internacional de trabalho, movimentos internacionais de capitais, e diferentes tipos de exploração em termos sociais, políticos das “instituições internacionais com presença militar ou relações de poder” o que pode basear também numa ideologia, assentada na “dominação cultural e conseqüente subordinação cultural e conseqüente subordinação política (eurocentrismo, *know-how*, *mas-media*)” (LOPES, 1986, p. 82).

A afirmação de Lopes, no que diz respeito a teóricos que enxergam o subdesenvolvimento como a escassez de recursos naturais e de colocá-lo em África, é vista por Chang (2013, p. 162) como uma pequena semente de fruta alargado no mar. Numa observação mais atenta e esclarecedor, Chang acredita que a África jamais teve um grande subdesenvolvimento como a maioria dos economistas põem em relevo como aqueles que Lopes expôs no trecho acima. Para Chang, na primeira década de independência, o continente africano enfrentou nesse período a luz verde no que tange com o crescimento econômico, todavia não duradoura. O motivo de um crescimento, não duradoura, não se resumiu apenas no continente, mas também aos países que hoje são desenvolvidos. “A falta de acesso ao mar, instituições desarticuladas e cultura ruim” é uma leitura dos economistas exógenos e tradicionalistas sobre o continente africano. Essa abordagem do ponto de vista estrutural de alguma forma influencia no refreamento do desenvolvimento do continente, ainda que a maioria dos países em África do ponto de vista estrutural têm déficit nas tecnologias, instituições e organizações necessárias para fazer face aos problemas desse tipo.

Da mesma forma, que Chang (2013, p. 162), afirma veementemente que todo o exposto no parágrafo em cima não justifica o déficit do crescimento econômico no continente, o que está na origem desse não crescimento econômico em África resulta nos anos 80 o ingresso da política de livre mercado no qual o continente foi forçado a adotar sem ser muito esmiuçada. Nessa afirmação categórica, Chang contraria os teóricos que Lopes, C., e também os teóricos que ele mesmo citou, sob abordagem histórica, geográfica e cultural, afirmando que as políticas podem ser transformadas e que “a África não está destinada ao subdesenvolvimento”, este argumento significa dizer que o continente não permanece inercialmente ao subdesenvolvimento como tem sido abordado por muitos teóricos.

Por isso, Lopes (1986, p. 95) caracteriza o sub-desenvolvimento como a ligação entre estruturas existente entre centro e a periferia dentro do sistema capitalista. Para economista africano, o sub-desenvolvimento não se insere em matéria do desenvolvimento, pelo contrário se define pela relação estrutural por meio dos critérios no qual paira os princípios como a inexistência de semelhança externa “nos preços e receitas, orientação da produção periférica em função das necessidades do centro, dominação do centro exprimida por formas de especialização internacional e pela dependência da periferia das estruturas de financiamento (dinâmicas de acumulação do capital) ”.

Lopes (1986) diz nos até então que o conceito do desenvolvimento desigual parte de uma premissa de procurar numa base efetiva, evidenciar as ferramentas que o capital dominante na escala mundial refreia os modos de produção que a África contém, associando

isso a modos de produção pré-capitalista. Da mesma forma que a partir dele (desenvolvimento desigual) há possibilidade maior de introduzir na matéria do desenvolvimento a importância do Estado e a sua relação com as variabilidades empresarias, as indústrias e as transformações sofridas no campo. Pois, vale enfatizar que a aplicabilidade do tal se relaciona com os desafios do desenvolvimento na Guiné-Bissau. De realçar que, o alargamento do capitalismo no tecido mundial, não fez criar o mundo, mas sim fez se criar o centro e a periferia. A exportação da periferia deriva das matérias primas e produtos primários enquanto que a exportação do centro deriva de produtos manufaturados, este é a primeira parte do DIT.

Nos meados da década 60 e 70 a renda per capita na África Subsaariana teve impacto confiante. Encontrava-se num lugar de 1,6 %, e menos em comparação com a taxa de crescimento bem-sucedido do Leste asiático, isto é, de 5,6% e da América Latina por volta de 3% nesse período. Apesar que não atinge um nível tal qual os dois continentes, contudo tem uma importância no sentido de que pode ser comparado obviamente com gosto na medida em que as taxas estava de 1 a 1,5 % o ponto atingido dos países ricos no decorrer da “Revolução” Industrial interna em 1820 a 1913 (CHANG, 2013, p.167).

Os investimentos do centro orientam-se de preferência para os países de crescimento elevado, mais preparados tecnologicamente para receber as últimas indústrias por ele rejeitadas, porque mais integradas no esquema da especialização. Ao nível político estas estratégias são conhecidas por <<sub-imperialismos>>, cujo papel é de velar pela integração ao mercado mundial. Nesta base os países - como a Guiné-Bissau - onde as estruturas tradicionais guardaram um peso grande são as menos integradas no sistema (LOPES, 1986, p. 96).

As diferenças verificadas em termos de exportação, isto é, do centro a periferia põe em evidência a desqualificação dos países africanos (Guiné-Bissau como um deles) em relação à importação a partir do centro na senda capitalista. A realidade que se vive a partir das trocas materiais capitalistas, na observação de Lopes (1986), mostra que o sistema capitalista diferencia na sua base de exportação os países, tomando em conta a evolução tecnológica no qual supõe que o país deve ter em alta intensidade.

Chang (2013) recusa a juntar-se na ideia de que as instituições africanas tornam a África vítima de sub-desenvolvimento, destacando um olhar prudente a este debate, economista mostra que os países ricos quando estavam no caminho do desenvolvimento as suas instituições eram piores do que o da África. Contudo, ver-se-á hoje, houve um crescimento até no ponto de atingir um desenvolvimento digamos feliz. Isso tudo, foi num prazo longo construído na base do desenvolvimento do ponto de vista tecnológico, econômico e social.

Note-se que o desafio do desenvolvimento na Guiné-Bissau assume com acuidade a tarefa do Estado em matéria do desenvolvimento o que faz entender a partir de uma vasta gama de percepções que os elementos que fazem o Estado acender nas suas relações de produção capitalista devem ganhar saúde de qualidade de modo a permitir o despertar de um desenvolvimento que assenta numa premissa de “sustentabilidade”. Pois, é possível seja permeado no nosso entender como epicentro de todos adjetivos do desenvolvimento. O desenvolvimento remetente a um desafio na Guiné-Bissau está intrinsecamente ligado a enfrentar todas dificuldades na medida em que quanto mais existe uma camada que dá descrédito a esse olhar tende-se a crescer por meio de limites e possibilidades superando barreiras econômicas, políticas e sociais para atingir de um certo modo um desenvolvimento inspirado na base do povo.

Segundo Claudio Alves Furtado (2014), o desenvolvimento configura-se ao progresso social e econômico e não baseia numa única linha, ao dizer desenvolvimento destaca assim a sua condicionalidade inferior no qual se denomina subdesenvolvimento definindo o último como aquele que vem de uma forma aleatória, para os que já o coloca de lado, e empurrado cada vez mais para os que ainda de alguma forma se relaciona ou nele se coloca. Para Furtado, no conceito de subdesenvolvimento ou “não desenvolvimento”, isto é, não na sua definição baseando do ponto de vista negativo, em que um país não encontra num nível de produção econômica estável e com pelo índice de bens sociais básicos (alimentação, saúde, educação e habitação). Essa relação do subdesenvolvimento nos parece um pouco paradoxo com afirmação do Lopes, dito em cima, ao mesmo tempo convergindo em alguns pontos e na aceção.

Para José Eli da Veiga (2010, p. 17), “a mais frequente é tratar o desenvolvimento como sinônimo do crescimento econômico [...]”. Este não remete uma possibilidade de responder à pergunta sobre o conceito do desenvolvimento, pois, um longo do período mais de 15 anos de pesquisa feito nas históricas, teóricas e empíricas permitiu conhecer bastante a ideia de crescimento econômico, apesar de, ainda paira algumas inquietações acerca do seu posicionamento.

A afirmação de que o desenvolvimento é unívoco ou está inerentemente a crescimento econômico não corresponde à base da natureza do desenvolvimento como um dos mais polêmicos temas nas ciências sociais. Outra afirmação em resposta sobre como entender o desenvolvimento é que ele está nitidamente centrado na “reles ilusão, crença, mito, ou implantação ideológica”. E estas afirmações correlacionam ao mito contemporâneo (VEIGA, 2010, p. 17).

Nos parece até um certo ponto incomodo, mas a realidade é que o debate hoje em matéria do desenvolvimento tem sido ao todo modo cada vez mais se aprofundando num sentido que alguns teóricos conectam ele numa escala de maior complexidade da sua existência, como nos argumenta Furtado (2014, p. 91), a noção do desenvolvimento ainda está longe de ser verdadeiro em ciências sociais. Desde seu ingresso já há décadas remetente a um sentido de virtude para maioria de modo a executar seu objetivo pelas várias entidades tais como, “indivíduos, Estados, nações e entidades que têm um olhar Redobrado ao termo”.

O conceito de desenvolvimento não tem se evoluído de uma forma perceptível. O seu entendimento é urgente e assume uma particularidade fundamental para evolução humana de uma maneira convincentemente racional. A meta do seu entendimento consiste num processo longo, o que pressupõe realmente a demanda a maturidade para seu sucesso (LOPES, 2005). Para Furtado (2014, p. 96). “[...] O desenvolvimento, quando adequadamente definido e transformado em políticas econômicas, poderá reduzir o sofrimento material, aumentar as capacidades das pessoas e alargar as suas escolhas”.

Ainda Lopes (2005), em uma percepção, extrapolando as especificidades do desenvolvimento, indo na esteira do desenvolvimento de capacidades, explicita que este objetiva-se na sua essência amplamente construído em atingir com êxito o aperfeiçoamento de habilidades com cunho no crescimento econômico em cada parcela da sociedade. Seu ponto nodal para finalidade é de dar todo o amparo aos países em desenvolvimento na execução dos seus objetivos. Em outro sentido este argumento está centrado numa lógica do desenvolvimento institucional e de recursos humanos que lá se insere, este é uma das exigências que a Guiné-Bissau está condicionado a cumprir, que não se resume pelo simples fator cronológico, este desafio vai além do país no sentido de maior colaboração de todos os atores nacionais e internacionais.

Assim a Guiné-Bissau ainda enfrenta dilemas de grande envergadura no seu aspecto múltiplo, as crises políticas cíclicas não têm permitido um caminho propício para que se possa ter um desenvolvimento econômico e social a longo prazo. Alguns analistas políticos condicionam este dilema todo no centro do Estado e dos sujeitos que o compõem. Portanto, na próxima seção o Estado moderno como a base do poder e guiador de qualquer sociedade contemporânea será nosso foco em debate de procurar os caminhos que nos levam a um bom porto, dado que o poder se constitui hoje no país a natureza de um problema.

4 GUINÉ-BISSAU NO SISTEMA MUNDO: POLÍTICA, PODER E POLÍTICAS PÚBLICAS

As sociedades africanas viveram momentos de profundos problemas sociais, políticos e econômicos no século XX (a era do colonialismo europeu). Assim, o século XX, mais especificamente a década de 50, marcou tomadas de decisões (tomada da independência) por vezes contraditórias e desastrosas para fazer face à eliminação dos problemas que o continente enfrentava para afirmação da sua autonomia, que, por sua vez, levaria à construção de um “Estado moderno” isento de um conjunto de imposições da correlação de forças em vários sentidos da sua manifestação. A sua construção, sua trajetória e seu desdobramento como um Estado moderno em um país africano (Guiné-Bissau) nas suas mais variáveis dinâmicas merecem aqui uma leitura profunda após a independência.

Nesta perspectiva, Guiné-Bissau no sistema mundo, isto é, nas dimensões da política, do poder e das políticas públicas, perpassa simultaneamente (desde que o sistema mundo está ligado às relações do poder) pela ideia central do Estado, ou seja, tem como finalidade de procurar entender a base do Estado na sua formação como estrutura do poder e analisar o seu sentido pragmático como o guia de qualquer país nas várias vertentes do poder e no seu uso no mundo contemporâneo, mais especificamente na Guiné-Bissau.

4.1 O ESTADO GUINEENSE

A construção do “Estado moderno” na África teve sua origem a partir dos anos 1960, com a independência de vários países no continente (Senegal, Burkina Faso, Gambia, República Democrática do Congo etc.) que durante muito tempo estiveram sob o domínio europeu do ponto de vista de uma estrutura como Estado moderno dito “Estado colonial”. Como vários países de África Oeste (Occidental) a Guiné-Bissau é um dos países que na década de 1973 teve a formação do seu “Estado moderno”. Após a sua independência conquistada a partir da Luta de Libertação Nacional (LLN) que teve lugar há mais de 10 anos de guerra sangrenta nas matas do país com a finalidade de se libertar do jugo colonial português de forma que o homem guineense pode expressar livremente sem ser recusado de identificar-se como um sujeito livre da sua expressão. É de tal maneira nos diz Rui Jorge Semedo.

O PAIGC, defendeu num espaço de onze anos a povo guineense, por meio da luta por direitos sociais, políticos e econômicos e no final optou por uma independência sem

condicionalidade por parte do colonizador, deixando de fora a “oportunidade” de “amparo” de Portugal na construção de um Estado novo guineense (SEMEDO, 2011).

Vale fazer algumas perguntas a respeito desse amparo ou a recusa da oportunidade na construção do Estado liderado por cidadãos nacionais: como seria esse amparo? E de que forma essa oportunidade poderia ser abraçado? Como funcionaria ambas as partes na construção do Estado? Possivelmente que são perguntas que podem ser feitas de modo que nos permita pensar o caso com mais ingredientes.

A independência não permitiu à espera da construção de um modelo de Estado. A concordância de todos encaixava nos princípios políticos de um modo amplo na sua defesa na esteira de fatores como: “construir um Estado novo”, diferente de que não o mesmo como Estado colonial, aquele que pauta pela defesa dos oprimidos para a “construção do homem novo”, etc. (LOPES, 1988).

Nessa relação, os anos 1970 e 1980 tiveram impacto em conjunto de transformações políticas que culminou com a guerra Fria. O primeiro reside no incremento da democracia pelos alguns países e o segundo reside na “autodeterminação” dos novos Estados em África no qual a ditadura e partido único marcaram a presença. No decorrer deste período alguns países da Europa e da América do Sul introduziram a democracia da mesma forma que os países africanos da língua oficial portuguesa (PALOP). Neste período estavam sob dominação colonial portuguesa, a maioria alcançou a independência por meio da luta armada (SEMEDO, 2011, p. 96).

No caso da Guiné-Bissau, após a independência unilateral em 1973 o Estado moderno está sob égide do PAIGC à quando seu ingresso em Bissau capital do país. A inoperância de um diálogo sério no meio do movimento de libertação não permitiria de uma forma contundente aportar essa piroga (Estado) a bom porto (LOPES, 1998). Segundo Santos (2013, p. 145), “à medida que nos aproximamos do fim do século XX as nossas concepções sobre a natureza do capitalismo, do Estado, do poder e do direito tornam-se cada vez mais confusas e contraditórias”, uma das formas de apresentar isso é em relação ao capitalismo do ponto de vista natural e igualmente do Estado.

A semelhança do dito afirma Semedo (2005, p. 99) que o projeto da independência não cumpriu com o teor da liberdade no que se refere aos direitos humanos. Houve contradições no incremento das políticas públicas, isto deve-se ao fator carente e débil do técnico-administrativos um dos rastros deixados pelo colonialismo. “Por um lado, à ausência da liberdade imposta pelo regime e pela “relação do poder” estabelecida entre os atores em disputa desde os primeiros momentos da formação do movimento de libertação”. Para mais

compressão. Carlos Cardoso destaca-nos concisamente os pontos negativos do PAIGC no poder.

Dentre estes erros contam-se o desrespeito e a perseguição das estruturas e autoridades tradicionais. Fiel às orientações seguidas nas zonas libertadas, e à semelhança do que aconteceu em Angola e Moçambique, o PAIGC manteve uma estrutura de poder fortemente centralizada, pretendendo assegurar o controle e a gestão de toda a vida das populações. Juntamente com este Estado que mantinha um controle sobre tudo, criou-se uma classe de dirigentes que monopolizava todo o poder. As instituições político-administrativas e judiciárias como os comités de partido e Estado e os Tribunais populares que em princípio deviam assegurar o exercício do poder pelo povo, acabaram por se transformar em instrumentos de dominação e de repressão de uma minoria – a nomenclatura – sobre uma maioria. Os órgãos de soberania popular foram esvaziados do seu verdadeiro conteúdo e passaram a exercer essencialmente uma função legitimadora de um poder ditatorial (CARDOSO, 1995, p. 271).

Isto coloca Semedo (2011), a dizer que, do ponto de vista teórico, PAIGC entrou a cidade de Bissau em outubro de 1974 com objetivo de proceder a primeira República vista por uma tamanha complexidade no qual entrava numa outra fase. Portanto, esta entrada foi observada com um desafio difícil do Estado. Quando o assunto se refere as contradições inerentemente ao Estado na distribuição dos cargos públicos e no assentamento do “bem-estar dos cidadãos”. Esta complexidade não resumia apenas aqui no ponto das exigências de governar, todavia, havia défice de recursos humanos de qualidade e de técnico-administrativos que poderiam fazer administração pública funcionar plenamente.

Um grande lapso político sem precedente engajado pelo PAIGC foi de reproduzir o modelo das estruturas colonial criado pelo Estado colonial. Mas, essa não era uma opção que partiu propriamente do partido, ou seja, veio aleatoriamente. De um certo modo, havia várias questões que estava na agenda da prática do Estado, isto relaciona-se com a prática do Estado que paira nesse período numa lógica (LOPES, 1988), sobre quem nos quadros administrativos assumiria as estruturas do ensino e saúde; conhecedor profundo da estrutura de finanças, como seriam os dispositivos usados para dar suporte e observação rígida ao comércio e a indústria; o fornecimento diário dos produtos necessários à capital e qual seria a pessoa ideal para assumir a ajuda vinda de fora que o novo Estado receberia.

Deste modo, em termos paradigmáticos, há uma diferenciação de origem. Na Europa ocidental o Estado foi inventado pela classe burguesa onde objetivo era tornar o poder de uma forma sólida mediante a sua contenção nas mãos da classe burguesa. A revolução burguesa foi uma revolução nacional o que caracteriza a máquina do poder um Estado-Nação. “Em África, salvo raras exceções, o Estado-nação não existe” (LOPES, 1988, p. 32-32).

Do nosso ponto de vista, é preciso ressaltar que, apesar que o continente tem vivido nas suas primeiras décadas de independência uma profunda desilusão acerca do Estado-nação, observamos que o período mudou, a realidade tem se transformado de uma maneira drástica em relação ao que foi posto, o caso da Guiné-Bissau em específico houve uma mudança, mas não ao longo prazo ou prospero.

Convém enfatizar que nas primeiras décadas da construção do Estado-nação, a maioria dos países no continente africano viveu quase a mesma realidade política no que diz respeito a construção do Estado-nação. Para Lopes (1988), a construção do Estado-nação na África teve ingerência colonial, e por um lado com divisões fronteiriças feitas na conferência de Berlim (1884-1885). O Estado assumiu uma postura ligada certamente a exploração colonial, uma instituição imperceptível, desconectada a população cuja legitimidade fora de si.

[...] a ação do Estado guineense após a independência tem resultado mais no privilegiamento da elite emergente do que em garantir os pressupostos pelos quais havia lutado. Bastava a ascensão ao poder para repetir as práticas da época da colonização. Essa contradição levou Augel (1996, p. 151) a concluir que o Estado não pode excluir a longo prazo a massa, como aconteceu na Guiné-Bissau, porquanto esta situação é suscetível à acumulação de problemas que resultam em revoltas sociais e conflitos armados, aliás, como vem acontecendo nos dias atuais. Grosso modo pode se dizer que a “elite intelectual”, que era fechada pela própria conjuntura do regime e se encontrava na fase embrionária, não conseguiu influenciar de forma significativa as ações de governo (AUGEL, 1996, p. 151 apud SEMEDO, 2011, p. 102).

Com a tomada da independência havia um grupo de “elite emergente” hierarquizado em termos de condição social e intelectual, pois esse grupo que participou ativamente na luta de libertação nacional para uma mudança política, econômica e social de forma fácil subiu ao poder. O grupo conta com civilizados constituídos de mestiços e nativos indígenas ditas “subgrupados” em operários urbanos camponeses e desempregados, que passaram a substituir a liderança portuguesa no controle da máquina pública (SEMEDO, 2011).

Segundo Matumona (2004, p. 6-7), os Estados que foram criados após a independência na África Negra, criaram as suas próprias “superestruturas institucionais” que foram baseadas nos modelos das instituições coloniais que culminou no alargamento do poder. O novo Estado moderno na África não nasceu a partir de um modelo de ideologia nacional, formaram um modelo de Estado moderno que teve a sua base fora do continente que impactou insignificamente com as infra-estruturas políticas, sociais e econômicas.

Nesta ordem de ideia, há uma concordância de ideias no que concerne à África relativamente a seus problemas do cotidiano, este está na base no qual autor afirma da “colonização-pós-colonização, partido-Estado” que silenciou os africanos no seu destino de

identidade (MATUMONA, 2004, p. 9). O ingresso da democracia vinda de fora do continente, fez nascer uma questão: “como construir um Estado de direito e uma democracia nas sociedades dominadas pela diversidade cultural e diversidade étnica?” Esta é um ponto que marca continente em torno do seu problema. Que contradiz a realidade social africana, a questão Estado-Nação, ganhou evidência por ter sido um componente central na homogeneidade da cultura e etnia, e de tornar a sociedade como um só.

Isso nos permite a partir do teor acima aludido trazer o argumento sobre a Guiné-Bissau no sistema mundo: política, poder e políticas públicas, o que pressupõe que esta teoria (sistema mundo) engloba na sua dimensão vários países globais tendo em conta a sua posição política e econômica, modos de produção capitalista e principalmente relações econômicas que ganha mais destaque dentro do sistema.

[...] a sociedade é constituída por partes inter-relacionadas reunidas em um sistema. As sociedades são subsistemas de sistemas maiores, com o sistema-mundo sendo o maior deles. A afirmação central da **teoria sistema mundo** é que um sistema social identificável, com base em diferenças de riqueza e poder, vai além de países individuais. Esse sistema é formado por um conjunto de relações econômicas e políticas que tem caracterizado grande parte do planeta desde o século XVI, quando o Velho Mundo estabeleceu contato regular com o Novo Mundo.

[...] os países no sistema-mundo ocupam três posições diferentes de poder econômico e político: centro, periferia e semiperiferia. O núcleo geográfico, ou **centro**, a posição dominante no sistema-mundo, inclui os países industriais mais fortes, mais poderosos e tecnicamente mais avançados. Nos país centrais, “a complexidade das atividades econômicas e o nível de acumulação de capital são maiores”. [...] o núcleo monopoliza as atividades mais rentáveis, principalmente o controle das finanças do mundo.

Os países semiperiféricos e periféricos têm menos poder, riqueza e influência do que o centro. A **semiperiferia** é intermediária entre o centro e a periferia. Os países contemporâneos da semiperiferia são industrializados. Assim como os países centrais, exportam produtos industriais e *comodities*, mas lhes falta o poder e a dominação econômica daqueles. [...] A **periferia** inclui os países menos privilegiados e poderosos do mundo.

As atividades econômicas são menos mecanizadas do que as do centro e da semiperiferia, embora algum grau de industrialização tenha atingido inclusive os países periféricos. A periferia produz matérias-primas, *comodities* agrícolas e, cada vez mais, mão de obra humana destinada à exportação para o centro e a semiperiferia (SHANON, 1996 apud KOTTAK, 2013, p. 237-239).

A lógica do sistema-mundo nos parece que está enquadrada em detectar as posições dos países a partir do local nacional e internacional em termos econômicos e políticos na questão da dominação e praticamente uma forma de geopolítica. Kottak põe em evidencia, no seu dizer, que há uma relação sólida entre sistema-mundo e o colonialismo, uma vez que nele a partir de uma sociedade micro dentro de uma sociedade macro como sistema-mundo apresenta um panorama político-econômico no qual o capitalismo por seu lado tem a sua cara de regramento e de posicionar os países no que se refere a seu modo de produção.

Este argumento explicita a posição da Guiné-Bissau nesse sistema, onde o país insere-se na periferia, a relíquia do colonialismo nunca deixou de ser visível após a independência na Guiné-Bissau mormente a construção do Estado, como tem se argumentado vários teóricos contemporâneos no qual seguiremos nas suas abordagens.

Note-se que na transferência do poder político-administrativo nessa perspectiva a assinatura da independência não levou o fator específico das antigas colônias, isto é, da Guiné-Bissau que nesse período não tinha sido formado (SEMEDO, 2011), a uma estrutura técnica administrativa nativa que daria conta ao novo Estado e continuação de desafio de governação,

A tomada da independência na qual nasceu os Estados novos em África, quase nada mudou acerca das divisões fronteiriças feitas pela potência europeia. Entrou a partir desse aspecto, um obstáculo para o bom entendimento do significado da “nação” para os africanos. Os Estados jovens modernos, comungam com valores e rastros negativos, tal qual “o tribalismo, a etnicidade, a democracia a ditadura”, etc. (MATUMONA, 2004, p. 10-11).

Os choques entre a ideologia que se vinha forjando nas áreas libertadas pelo PAIGC e que agora se queria transferir para os centros urbanos e a ideologia predominante urbana, ainda não totalmente desgarrada da influência colonial, foram por demais evidentes. O Estado tornou-se praticamente esquizofrênico, pois via inimigos em toda a parte. Tinha-se entrado num ambiente de euforia generalizada típico de períodos pós-revolucionários em que, muitas vezes, não se olha a meios para atingir determinados fins, em nome da Revolução (SOUSA, 2012, p. 29).

Observa-se que a realidade de Estado colonial está dentro de um caráter discriminatória no que concerne ao povo da Guiné-Bissau. Não havia cidadãos que manifestavam livremente as suas liberdades de uma forma categórica, no centro da política isto era pouco visto porque tudo era comandada pelos grupos controlados nitidamente pelo Estado. Autor lamenta, dizendo que se pensar profundamente quase a realidade política não mudou mesmo tomando a independência, isso tudo porque o “autoritarismo político” ainda estava inerte. O Estado formado pelo PAIGC, teve tudo (esfera social e esfera econômica) a seu controle de uma forma repressiva, semelhantemente dominava a estrutura estatal por onde pairava a “doutrinação” difícil de perceber imposto ao povo (KOHL, 2011).

Como vimos, o PAIGC partido que tomou o volante do veículo do movimento de luta de libertação nacional liderado pelo Amílcar Cabral, foi o protagonista na construção do Estado pós-colonial na Guiné-Bissau tendo sido um dos momentos mais dura nesta fase do embrião político.

É importante ressaltar como nacionalismo se construiu com estas fases de dilaceramento em torno da política. Segundo Artemisa Odila Candé Monteiro (2013), uma intelectual guineense contemporânea argumenta que, a construção do Estado veio depois da construção da nação. Portanto, o nacionalismo foi criado a partir do movimento de luta de libertação nacional por meio da cultura. A busca incessante do nacionalismo “bissau-guineense” (termo usado pela autora) tem como um dos pontos principais a “igualdade dos direitos” e na “conquista da liberdade” o que foi posto de fora por muito tempo com colonialistas.

Candé Monteiro (2013), ainda nos diz algo sobre a Guiné-Bissau depois da sua independência, o país constitui uma ligação aparentemente da colonização, o silenciamento da emergência do desenvolvimento, contradições ideológicas existentes no seio do PAIGC. Evidentemente, que essas situações que pairam sob costa do país quebrou a finalidade do desenvolvimento no país da África ocidental, que definiu o projeto engendrado por Amílcar Cabral no qual remete a ideia de bem-estar social, e de um conjunto de fatores que conectam a realidade pós-independência bissau-guineense. Carlos Cardoso faz destaque aos momentos conturbados que o país viveu nesta era com a governação do PAIGC.

Associados a todos estes erros de actuação que pecavam ou por excesso ou por defeito, importa salientar um erro maior a nível da orientação do Estado a da economia. A estatização da economia e doutros sectores sociais atingiu proporções desmedidas e não foi acompanhada de um correspondente reforço e/ou reestruturação das instituições. Os recursos humanos de que precisava o país para garantir uma maior eficiência da administração não estavam disponíveis. O recurso aos antigos funcionários do aparelho colonial, alguns dos quais chegaram mesmo a atingir o lugar de directores gerais e de secretários gerais nos ministérios, não foi suficiente para colmatar as lacunas. E como se isso não bastasse para assegurar o funcionamento do aparelho do Estado, deixou-se instalar no seio das estruturas superiores do Estado um espírito do "deixa andar" que escondia por detrás a incompetência e uma certa confusão na interpretação dos princípios. O princípio da supremacia do Partido sobre o Estado por exemplo foi durante muito tempo mal interpretado. Esta interpretação levou entre outras à colocação de indivíduos sem preparação e conhecimentos técnicos adequados à frente de departamentos e empresas públicas. Por isso o fracasso burocrático foi total. Mas o funcionamento do aparelho de Estado fazia-se igualmente sentir a nível da administração da justiça. Durante toda a governação do PAIGC a administração da justiça não só foi deficiente como também permitiu que em muitas ocasiões fossem violados flagrantemente os direitos elementares do homem. Seria fastidioso enumerar exemplos de assassinatos de cidadãos sem culpa formada, prisões arbitrárias de cidadãos desprotegidos, perseguição de cidadãos por terem ideias contrárias ou mesmo diferentes aos dos membros do governo e do partido (CARDOSO, 1995, p. 271-272).

O movimento de libertação nacional foi formado por diferentes classes no qual os interesses são de tamanha notabilidade variável. Há uma certa objetividade análoga no que

concerne à libertação política (LOPES, 1988). O Estado por outro lado não deve assumir uma posição que ultrapasse essa realidade. Neste sentido, o Estado dirigido por um partido precisa de uma definição na sua agenda com acuidade na defesa de interesses caracterizada nas “relações” de poder que acontece realmente em qualquer formação social.

Dado que o movimento de libertação nacional congrega no seu limiar uma classe variável que fez uma luta brilhante do ponto de vista estratégico e político com intuito de expulsar os colonialistas para a afirmação do “homem novo” num dos últimos países a nível da África que tomou a independência por meio da luta armada. Uma pergunta poderia ser feita a esse respeito: porquê que a nova liderança estatal do (PAIGC) não adotou a mesma estratégia usada na luta para a construção do Estado moderno na Guiné-Bissau? Não vamos ser propensos para responder essa pergunta, contudo é relevante dizer que o movimento da luta de libertação nacional teve também no seu primórdio contradições de ideologias, mas isso não justifica o fato de isentar os objetivos da luta na construção do Estado e teve uma tarefa de suma importância no contexto do continente. De maneira explícito nos conta Lopes.

A luta armada fez nascer uma conjugação interétnica. O ingresso de várias etnias no movimento da libertação nacional não fez sucumbir à representação étnica na estrutura do movimento de libertação. Por outro lado, o cargo de liderança política no movimento para a luta de libertação nacional era na posse de pequena burguesia revolucionária e assalariados. O que acontece nessa conjugação interétnica foi um processo híbrido no sentido da união entre os habitantes da cidade e do campo (LOPES, 1988). Em relação a pequena burguesia que já aludimos na primeira parte desse trabalho vale demonstrar literalmente por meio de Lopes, C., sobre a pequena burguesia no lugar dos que viriam assumir o poder em torno de Estado.

Amílcar Cabral tem chamado atenção sempre no momento da luta que a pequena burguesia “deveria suicidar-se como classe, se não quisesse trair os objectivos revolucionários. Mas este suicídio seria possível sem uma radicalização da experiência da luta armada, como aconteceu, por exemplo em Moçambique? ” (LOPES, 1998, p. 33), deixamos a resposta em aberto dando lugar a uma certa reflexão do novo Estado na sua fase de construção. Mas o que seria um Estado racional?

A racionalidade estatal implica uma ideologia própria, que não pode depender dos mesmos factores que a luta armada. A racionalidade étnica que então existia, e que tinha como objectivo a independência, entra em choque com a racionalidade estatal, pois o Estado é o instrumento de dominação de uma classe. Um Estado que pretende estar ao serviço dos homens (da maioria), que aspira ao desenvolvimento, à distribuição equitativa dos rendimentos, à crítica social e à democracia poderá ser implantado num país como a Guiné-Bissau? É possível responder, em teoria, mas

torna-se difícil de negar que é mais uma utopia que uma realidade. Porquê? (LOPES, 1998, p. 40).

Temos enfatizado sobre o contexto e o período remoto no qual estávamos e hoje estamos, por exemplo se a utopia assume nos anos 80 um lugar de destaque que concentra no impensável ou inimaginável de tornar pragmático, hoje vários teóricos (como é o caso de Boaventura de Sousa Santos e Leonardo Boff) contemporâneo têm se debruçado nesse aspecto onde a utopia assume outro conceito e cada vez mais ganha amplitude principalmente nos debates sobre o Estado moderno na sua configuração e prática. Contudo, não podemos negar ou recusar de pensar o lugar que a utopia assume nesta concepção, uma vez que o caso da Guiné-Bissau a utopia é outra no sentido do seu tempo e exige-se um debate amplo e conciso na correspondência de edificação de um Estado de confiança e racional.

Os problemas não poderiam ficar de fora na Guiné-Bissau mediante a construção do Estado, dado a desordem que existia entre a elite no processo revolucionário. O cruzamento de todo o emaranhado de problemas que atormentou o partido e nodou o Estado basicamente define-se naquilo que se dizia “unidade de Guiné e Cabo Verde”. Esta unidade não teve progressos por causa da estratégia do colonialismo e de alguns membros do partido (cabo-verdianos e guineenses) não comungarem desta unidade, o que suscitou dentro do grupo as diferenças intelectuais e subalternização do outro dando luz com efeito depois de alguns anos da independência ao fenômeno como 14 de novembro de 1980, (este assunto de novembro será enfatizado a frente) (SEMEDO, 2011, p. 103).

Em todo caso, há uma grande dificuldade de ter uma elite bem estruturada que encaixaria na vanguarda intelectual, econômico e social, esta dificuldade fomentou o enfraquecimento no desenvolvimento em execução principalmente na área das políticas públicas (SEMEDO, 2011). A relação do poder que ganhou prestígio no quesito a integração técnica elite/poder fez com que o papel da elite se transformou em ter o recurso político para satisfazer as suas necessidades próprias.

Pela mesma razão Lopes (1988) salienta que o virar de página a partir desta situação não é abrangido por todos os estadistas. Estamos perante uma dupla regra que guia o mesmo grupo de indivíduos, mas que não se parecem em termos do contexto. Esta diferenciação não está centrada na transformação nacional e social. Um fator da sua explicação localiza-se na luta de classes. No passado, os objetivos eram mesmos contra o inimigo, os estadistas atualmente optam seriamente na defesa da sua classe, será, este um fenômeno novo? Do nosso ponto de vistas, possivelmente, que isso terá um impacto na estrutura estatal que vai se contaminando gradualmente em diferentes camadas do poder.

Deste modo, em sua análise, Lopes (1988) explica que a independência parte de leitura econômica como desafio para entrar no mercado mundial, uma vez que o Estado é um aparelho institucional com grande dimensão e cumpre-o a executar desafios dessa natureza. A sua entrada no mercado mundial parte de um pressuposto de consolidar a burocracia nas instituições de Estado que normalmente precisa de recuso humano “capitalizado”. Pois, na Guiné-Bissau esse capital humano é a pequena burguesia. Esses argumentos nos apresentam que a pequena burguesia não se suicidou nem se refundou e traiu do nosso ponto de vista o seu povo.

Marcada pela memória da experiência de conjunto de pessoas ligada a história profunda de um aspecto aguçado pelo sentido político mostram a capacidade de orientação da harmonia da nação. Paira sobre o povo guineense desde muito tempo um “sentimento de vitimização” (KOHL, 2011, p. 57).

[...] ora em África, muito raramente o Estado pós-colonial decalca a existência de uma nação com as mesmas delimitações territoriais. A Guiné-Bissau não escapa à regra. A vivência actual do país é semelhante à dos seus parceiros africanos que andam todos a construir a nação, não tendo o fenómeno nacionalista sido suficiente para formular um projecto nacional (LOPES, 1988, p. 78).

O caso da Guiné-Bissau em específico tem vindo nos anos seguintes a independência uma certa e fraca noção do Estado por agentes no poder, pois, neste contexto os problemas vão se acumulando em diversos sentidos, mas que no ponto central estava o poder.

Os partidos únicos asseguraram o imperativo absoluto de criar a nação, e para conseguir, fundir as múltiplas componentes étnicas resultantes das fronteiras artificiais da colonização num só cadinho e sob autoridade de um único chefe, considerado precisamente como “pai da nação”. Esses discursos sintonizavam-se mal com as realidades visíveis no terreno, tanto no domínio do “desenvolvimento”, como no da “construção nacional” (ELIKIA M'BOKOLO, 2011, p. 662 apud MONTEIRO, 2013, p. 219)

Neste âmbito, tanto a unidade étnica na Guiné-Bissau quanto a unidade binacional com Cabo Verde foram necessárias para um determinado contexto histórico e político, neste caso, para o sucesso da luta de libertação e a proclamação da independência. Com a proclamação da independência em 1973, Luís Cabral (irmão de Amílcar Cabral) viria assumir a presidência do Estado de Guiné-Bissau. A tomada do poder pelos nacionalistas reacendeu o estranhamento entre os membros do partido único (PAIGC), reforçando discórdias e promovendo “matanças”, intrigas que dividiram a sociedade política entre os cabo-verdianos e os bissau-guineenses (CANDÉ MONTEIRO, 2013, p. 225).

Segundo Kohl (2011), tem alguns políticos na Guiné-Bissau (semelhante a outros países) usam a sua identidade étnica para atingir ao “poder” com o fim de se manter como detentor do poder em qualquer circunstância, pondo de lado radicalmente os seus opositores.

O problema central na Guiné-Bissau na arena política está na base do desequilíbrio na configuração dos elementos do Estado levando em conta as etnias, isto é, a estrutura estatal está desequilibrada em termos da representação étnica, os membros do governo e do parlamento são escolhidos por meio do “poder de mobilização” e “ativismo” daqueles que têm uma certa instrução, o que faz o levantamento de conflitos dentro desse grupo que tiveram presença na luta de libertação nacional para independência (MONTEIRO, 2013, p. 143)

Nesta ótica, convém perceber o contexto étnico para a estruturação do Estado na Guiné-Bissau, quando assunto é poder nota-se que problemas com dimensão culta e de naturezas desiguais tomam conta da máquina burocrática. Alguns intelectuais têm feito uma leitura desta, neste horizonte político culpabilizando o colonialismo português por tudo o que tem acontecido na Guiné-Bissau após a independência, há uma certa possibilidade em torno dessa mazela, mas que não sejam amplos nessa problemática, pelo fato de o país sofreu a colonização portuguesa não se pode julgar por tudo que tem acontecido na Guiné-Bissau como o efeito da colonização.

De lembrar que a Guiné-Bissau possui um mosaico étnico caracterizado na sua variabilidade, todavia pode ser analisada e dividida em dois grupos quando levamos em conta o conceito usado pelo Amílcar Cabral “Sociedades horizontais e verticais”. (As sociedades horizontais são caracterizadas por estrutura econômica e poder descentralizado, enquanto que as sociedades verticais principalmente fulas e mandingas a condição de classe é diferente e o poder está sob comando de uma pessoa. A “ etnia é uma entidade caracterizada por uma mesma língua, uma mesma tradição cultural e histórica, ocupando um dado território, tendo uma mesma religião e, sobretudo a consciência de pertencer a essa comunidade” (LOPES, 1988, p. 73).

Nos parece até certo ponto, se o Estado moderno em África em especial Guiné-Bissau tivesse sido construído fazendo-se agregadamente um Estado híbrido do ponto de vista étnico os problemas que o país tem sofrido seriam de menor intensidade dado a uma lógica integrada? Esta pergunta suscita reflexões que recorrem no ensejo de observar as dinâmicas do Estado do ponto de vista social. O poder é central para a satisfação de uma certa classe, mesmo sem levar em consideração a sua condição social, o que muitas vezes não se casa na realidade africana principalmente guineense.

De forma geral o obstáculo na construção do Estado na Guiné-Bissau pode ser observado evidentemente numa conjuntura na qual a elite intelectual não contém a autonomia para proceder com programas e projetos essenciais no processo de desenvolvimento com poder político do ponto de vista cidadã no enquadramento do bem-estar para todos. Pois, por um lado o país faltava de uma elite econômica idôneo e empreender com a dinâmica do mercado com intuito de dar prosseguimento a criação de empregos e políticas públicas no país (SEMEDO, 2011).

No entanto, do ponto de vista histórico, o processo de construção do Estado guineense, as disputas severas de luta de poder não se abdicaram e ultrapassam os seus binômios e remete ao confronto social, étnico e político que acirrou o derramamento de consensus no que diz respeito a política governativa. Semedo (2011) acredita que o colonialismo deixou estigmas profundas em torno das lutas pelo poder nos primórdios da independência até hoje, e a Guiné-Bissau enfrenta uma grande dificuldade de desligamento dessa questão e está no tecido social, política e econômico a progredir cada vez mais a um conflito simultâneo na política e nos agentes políticos.

Partindo da raiz da Sociologia e da política o conceito de Estado assenta-se numa estrutura. Numa abordagem marxista integra a superestrutura da sociedade constituído por uma ideologia, a sua função não parte exatamente mais que ele se deve para afirmar um aparelho de dominação social (LOPES, 1998). Nos países tal como Angola, Argélia, Guiné-Bissau, Moçambique e talvez Zimbabwe a sua gênese particularmente teve destaque de muitas coisas em jogo, isto é, depois da independência política. Havia no momento da luta armada um ponto central que é a busca do poder nas mãos dos europeus. No seu conceito, Darcy Azambuja afirma que,

O Estado, portanto, é uma sociedade, pois se constitui essencialmente de um grupo de indivíduos unidos e organizados permanentemente para realizar um objetivo comum. E se denomina sociedade política, porque, tendo sua organização determinada por normas de direito positivo, é hierarquizada na forma de governantes e governados e tem uma finalidade própria, o bem público. E será uma sociedade tanto mais perfeita quando sua organização for mais adequada ao fim visado e quanto sua organização for, na consciência dos indivíduos, a representação desse objetivo, a energia e a sinceridade com que a ele se dedicarem (AZAMBUJA, 2008, p. 18).

O Estado como uma pirâmide macro do ponto de vista institucional e uma entidade que abarca múltiplas indivíduos que lhe fazem funcionar da melhor maneira possível para seus cidadãos, tem por obrigação nos seus objetivos mais importante a satisfação das necessidades básicas e mais principais que um ser humano pode precisar para seu bem-estar

social. De salientar que isso não acontece na Guiné-Bissau principalmente após a luta armada que decorreu mais de uma década no país. O grupo que tomou o destino do país não conseguiu tirar o país do seu nível que a maioria do povo sempre desejou, a não ser tornar-se uma máquina destruidor e despótico na liderança de um povo que sofreu por muito tempo e até hoje ainda sofre. O Quadro 1 apresenta de forma sequencial os anos que desde a I República até os dias de hoje.

Quadro 1 – Mudanças e transições políticas entre 1974 a 2012

República	Anos
I República	1974 – 1980
II República	1980 – 1994
III República	1994 – 1999
Transição	1999 – 2000
IV República	2000 – 2003
Transição I	2003 (setembro) - 2003 (outubro)
Transição II	2003 (outubro) – 2005
V República	2005 – 2009
Transição	2009 – 2009
VI República	2009 – 2012
Transição I	2012 – 2012
Transição II	2012 - 2014
<i>VII República</i>	2014 ?

FONTE: Sousa (2012, grifo nosso).

No entanto, é de suma relevância enfatizar que a Guiné-Bissau ainda não se encaixa nesta perspectiva da definição do Estado principalmente quando se fala de trabalhar pelo interesse geral e deixar de satisfazer uma determinada classe seja lá social ou política. Desde primórdios da independência o país tem sido guiado pelo caminho que não dão esperança ao povo. As causas e consequências dos alvoroços políticos mediante os últimos anos serão de destaque no próximo item.

4.2 INSTABILIDADE POLÍTICA: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS

Na Guiné-Bissau a instabilidade política começou desde os primórdios da independência política com a construção do Estado pós independência e se alastrou quase a vários anos contaminando diversas instituições do Estado e da República, suscitou dessa forma uma corrida ao poder como única forma de sobreviver num país que reproduz o instável e não há uma previsão mínima da sua pulverização.

Durante muito tempo o país viveu e ainda vive por uma insonolência da estabilidade política, aparentemente está numa fonte sem saída, ou seja, a “instabilidade política” é uma

das palavras mais utilizados nos últimos 20 anos no país, o que evidencia que algo não está num caminho ideal. As suas causas são imensuráveis do ponto de vista histórico e sociológico, que nos conduz a dizer que tudo se parece a um “terramoto político” gerado pelas más interpretações entre diferentes órgãos da soberania e da classe política. O mal-estar semeado desde a luta de libertação nacional que gerou a inadequação na construção do Estado, nos parece que contaminou sem exceções a maioria da classe política, possivelmente que haja “sicários da estabilidade” num país ainda jovem com quarenta e poucos anos de idade.

Quem, que há muito tempo já dizia isso e que salienta este fato é o sociólogo e economista que tem merecido um lugar de destaque neste trabalho Carlos Lopes um dos pesquisadores erudito africano da Guiné-Bissau e conhecedor da realidade africana e principalmente da Guiné-Bissau. Lopes (1988) explica-nos que após de duas décadas da independência mais do que metade dos países africanos, o Estado caracterizado por Lopes, como um “mito do Estado” está sob ameaça profunda. Estes Estados que na sua maioria tiveram o paradigma colonial está no horizonte visivelmente fraco. A sua arquitetura pós-colonial não se resume a meio paralelo em ação a não ser dar continuidade a esquemas e arbitrariedade.

De lembrar que, ao assumir o poder em toda sua esfera política, fez com que emergiu “contrassenso” no PAIGC. O que durou evidentemente (as contradições internas no partido) até gerar confrontos diretos depois do III congresso feito em 1977. O golpe de Estado de 14 de novembro de 1980 teve sua origem a partir destas contradições guardadas desde então. A questão transformou numa tendência grave em 1980, devido à crise econômica que abalava o país o que fez crescer ainda mais desconfianças no partido, pois também essa crise mostrava visivelmente a incapacidade governativa e a luta pelo poder.

Na segunda parte deste trabalho demos ênfase a crise que se vivia nos anos 80 do ponto de vista econômico e seu impacto na matéria do desenvolvimento.

As contradições de interesses começam a ganhar destaque fora do partido crescendo gradualmente sem ter uma certa noção daquilo que seria uma consequência vigorosamente negativa no futuro, que poderia ter sido minimizado uma vez que as contradições de ideias fazem parte do dia a dia dos seres humanos e quanto mais se falar de um partido libertador com uma dimensão sem referência a nível nacional.

Segundo Candé Monteiro (2013), o acontecimento que teve lugar no dia 14 de novembro de 1980, fez com que a Guiné-Bissau e Cabo Verde se desligaram após um longo tempo da busca da afirmação de liberdade.

Vale enfatizar que o ocorrido neste dia (14 de novembro de 1980) do ponto de vista jurídico é a usurpação do poder, o que a constituição da República da Guiné-Bissau não garante em nenhum dos seus artigos e alíneas. Mas vários intelectuais guineenses e cabo-verdianos têm se divergido e convergido sobre este ponto, se o caso era geralmente um “golpe de Estado” ou era um “ grupo *ad hoc*” criado para fazer face a crise que se vivia no país nesta época como temos mencionado diversas vezes neste trabalho.

O cenário político visto pós-independência já mostrava ao todo elemento de laços inter-povo (Guiné-Bissau e Cabo Verde), na outra explicação as “contradições” vividas durante a luta que talvez levou o assassinato de Amílcar Cabral cresceu-se lentamente na independência e teve impacto na afirmação do Estado liderado por Luís Cabral irmão de Amílcar Cabral Candé Monteiro (2013, p. 230).

A inoperância de um diálogo que revela uma postura de confiança entre elementos do PAIGC pós-independência não fazia parte de novidades, era algo já vivido desde as últimas horas de Amílcar Cabral. Não é estranho ver depois da independência a divisão feita pelo Cabo Verde depois de uma luta longa desencadeada em conjunto na Guiné-Bissau. O fato era notório que havia um mal alinhamento dentro do PAIGC, Candé Monteiro (2013). Pode-se dizer que, “[...] outro fator a salientar é a inflexibilidade do PAIGC em decidir afastar ou colocar numa posição subalterna os indivíduos que serviram à administração colonial, alguns, inclusive, condenados por crime de traição à pátria” (SEMEDO, 2011, p. 98). Desta maneira, dando realce,

Historicamente o processo de construção do Estado guineense foi marcado por disputas violentas de luta pelo poder, um cenário multifacetado de confrontação – quer do ponto de vista social, quer étnico ou político – que contribuiu para inibir construção de consensos em torno da política governativa. A meu ver, o grande problema é que o país não conseguiu se desvincular ou distanciar das lutas fratricidas do passado e toda a possibilidade de fazê-lo progredir social, política e economicamente está condenada e/ou presa ao histórico de sucessão de conflitos ainda presentes na prática política dos atores (SEMEDO, 2011, p. 114).

É de suma importância que percebemos os elementos que fazem efeito no decorrer dos anos 80 ao longo do primeiro golpe de Estado que país enfrentou em 14 de novembro de 1980. Antes desse golpe, o cotidiano vivenciado no tecido político, social e econômica apresenta um índice elevado de distorções políticas no aparelho do Estado, uma população desnutrida, os produtos básicos ficavam cada vez mais caras e uma inflação galopante no que concerne ao consumo populacional, como nos destaca Carlos Lopes (1988).

Dado que, a corrupção centrava-se originalmente no setor do comércio, podia se ver a influência dos multinacionais na estrutura econômica guineense. Os produtos ofertados pelos diferentes países tudo era controlado pelo governo e vendido pelo “armazém do povo” e o dinheiro era pego por um grupinho de pessoas. A família do Luís Cabral (primeiro presidente da república da Guiné-Bissau) estavam a praticar nos setores do comércio, indústria e artesanato atividades categoricamente inadequada que guiou o país a um caminho para a “bancarrota” ou seja a uma crise econômica jamais vista na sua história (LOPES, 1988).

Porquanto, Carvalho (2016, 83) nos faz lembrar a partir disso que os jovens Estados criados em África após a independência, torna-se visivelmente “autoritários e totalitários” tendo em conta os recursos humanos da sua criação que defendia a sua viabilidade dos mesmos, baseando suas premissas nas questões não claras que o continente apresentava sobre “etnias” que não se embarcava no mesmo bote com “democracia liberal”, essa narrativa segundo autor fez com que criaram socialismo africano.

E ainda, num mundo capitalista como nosso, a política é capaz de dar aceleração de acordo com a ordem capitalista imposta as nações vistas como “fracas”, a Guiné-Bissau não escapa dessa dominação capitalista. Porém, quando o tecido político é dominado pela lógica capitalista num país jovem nada mais nada menos do que semear interesses latentes que vitimizam a população, o poder nessa conjuntura é essencial na medida em que se dialoga com a dominação capitalista.

Certamente, para Morgenthau (2003, p. 52-53), o “poder político” é um poder no qual os sujeitos políticos detentores do poder mantém uma relação de “dominação” com povo. O poder político atua-se como um dispositivo de amparo para dominar o povo sobre uma exercício através da retórica política psicológica. O que faz gerar um impacto que pode ser analisada simultaneamente em vetor como: “[...] a expectativa de benefícios, o receio de desvantagens, e o respeito ou amor por indivíduos ou instituições. Ele pode ser exercitado por meio de ordens, ameaças, pela autoridade ou carisma de um homem ou de um órgão” sem distinção desses vetores.

Igualmente que, o poder político não é exatamente uma forma de política que se iguala a força, na sua atuação física. A atuação física, pela autoridade policial para prender, “pena de morte ou guerra” faz parte do corpo da política. A mudança de paradigma do poder político, isto é, quando a violência passa a fazer parte de cotidiano de um país, ou seja, como um fato notório, isto significa dizer, que os militares assumem o poder. “[...] Se o desejo de poder não puder ser abolido em todos os cantos do mundo, aqueles que dele pudessem ficar

curados seriam simplesmente vítimas do poder dos demais” (MORGENTHAU, 2013, p. 52-62). O que o leva a afirmar que:

A política interna e a política internacional nada mais são do que duas manifestações diferentes do mesmo fenômeno: a luta pelo poder. Suas manifestações diferem em dois aspectos distintos porque, em cada uma delas, prevalecem diferentes condições morais, políticas e sociais. As sociedades nacionais modernas demonstram no seu interior um grau de coesão social maior do que o existente entre elas. Elementos como uniformidade cultural, unificação tecnológica, pressões externas e, acima de tudo, organização política hierárquica combinam-se para fazer com que a sociedade nacional se torne uma entidade completamente integrada, distinta de outras sociedades nacionais. Como consequência, a ordem política interna, por exemplo, revela-se mais estável e menos sujeita a transformações violentas do que a ordem internacional (MORGENTHAU, 2013, p. 87).

Além disso, em torno do poder paira um repertório de interesses obscuras que uma entidade como Estado com seu corpus social hierarquizada por meio das normas jurídicas que os condicionam a ser denominados de uma sociedade organizada e burocrática como acima exposto, mas a Guiné-Bissau muito cedo lhe falta ingredientes de forma que podemos o denominar dessa maneira, o que devemos reconhecer que há uma constante luta de poder que tem um efeito desastroso.

Por meio das ocorrências da realidade política, encontramos numa fase em que o objetivo que tínhamos em comum na época da luta armada acabam a ser hostilizado a seu paradigma. Outra parte do jogo mostra de maneira contundente a clivagem de interesses entre várias classes no país (LOPES, 1988). Isso mostra que as causas vão se surgindo lentamente e que as consequências ganham brilho no país.

Os constantes problemas no seio do PAIGC e a crise econômica (no aproximar dos anos 80) no país formado a partir de um amor exacerbado ao interesse de uma certa classe não coletivo no uso das coisas públicas pelos altos escalões do Estado num país que está na sua fase ainda de se construir, de modo que, no final as coisas ficam sempre mais difíceis de controlar dado a seu campo que já ganhou, como diz um ditado em crioulo “iagu ku darma ninguin ka pudi panhal” (a água que derramou ninguém jamais pode contém-la). Por tudo isto, passava a Guiné-Bissau até no ponto de acontecer o ocorrido no dia 14 de novembro de 1980, como diz-nos a seguir:

Como foi largamente veiculado pela imprensa internacional, na noite de 14 de Novembro do ano passado (1980), um grupo de oficiais das forças Armadas da Guiné-Bissau (FARP), mudou os órgãos de poder do país de Amílcar Cabral. As reações foram diversas e adversas, notando-se uma inquietude no seio das forças revolucionárias, um pouco por todo o mundo, que sempre interpretaram o processo guineense como sendo uma experiência extremante importante na sua dimensão

social e política. A imagem do PAIGC acabara de ser mutilada e as análises precipitadas dos jornalistas e militares tomaram a direcção das mais variadas especulações. Para não cairmos no mesmo erro, impõe-se uma análise de fundo que permita compreender a génese do “movimento reajustador do 14 de Novembro” (LOPES, 1988, p. 42).

De certo, que temos vindo a notabilizar os ocorridos ao longo das crises e falta de maturidade política para saneamento destas crises de forma que Candé Monteiro nos fala que: “As possibilidades políticas renunciadas que justificavam essa ruptura são passíveis de muitas leituras e interpretações tanto pela ala bissau-guineense do PAIGC, quanto pela ala cabo-verdiana do PAIGC. Sobre as razões que levaram à ação militar não faltam justificações” (MONTEIRO, 2013, p. 229)

14 de Novembro aconteceu por dois motivos: primeiro porque criamos um estado sem alicerce ou fundação, que significa construir uma boa administração pública; após independência a maioria das pessoas que não foram à luta, não ficaram contentes com os fatos que aconteceram depois da morte de Cabral, então não tiveram uma abertura para o Partido. Além dos outros oportunistas que ficaram em Bissau, resolveram criar partidos para negociar com os portugueses. Então nossa gente que estava em Lisboa começou a criar resistência dizendo que não viriam para Bissau enquanto os cabo-verdianos estão em Bissau. Havia reformados que decidiram ir para Portugal a fim de pedir suas reformas (como cabo-verdianos fizeram, criando uma advocacia para reivindicar esta questão de reforma junto aos portugueses), visto que estavam sendo substituídos em termos de chefia pelas enfermeiras e pessoas que vieram de luta, quando estas pessoas foram para Portugal foram imediatamente exoneradas de seus cargos pelo governo de Bissau sob comando de Luís Cabral. Estas pessoas exoneradas provocaram uma descapitalização de recursos humanos (que eram professores, enfermeiros, etc.) na administração pública. Isso fez crescer um ambiente anti-cabo-verdiano na Guiné-Bissau (MONTEIRO, 2013, p. 229).

As consequências da instabilidade política são drásticas do ponto de vista social, político e económico tendo em vista que a população estava num período de ressentimento por parte de autoridade no poder, facto que culminou com o “reajuste” (alguns intelectuais dizem) do poder político no ano 1980. De alguma forma, Candé Monteiro já nos falava que esse acontecimento colocou o desligamento da unidade Guiné-Bissau e Cabo Verde. Lopes (1988, p. 43) salienta que a crise antes do “movimento reajustador 14 de novembro” tivesse tomado o poder “não há meios para descrever o caos que se vivia na Guiné-Bissau nestes últimos anos tempos, o que originou um sussurro popular em crioulo, muito comum ultimamente na capital, de “Anós nó óssal”! (“Nós atrevemo-nos), fazendo menção à corrupção é claro”,

Por um lado, Sousa argumenta acerca dos fatos que tem acontecido no tecido da primeira República:

[...] podemos dizer que durante a I República, o novo Estado tinha já entrado em crise pelas seguintes razões: 1) pelo desgaste experimentado; 2) pelo falhanço das tentativas de politização das massas urbanas; e 3) pelo falhanço inesperado do seu programa económico e industrial. Deste modo, começou a cavar-se um fosso entre a estrutura do poder e aquela que poderia ser a sua base sociológica de apoio – as populações urbanas. O Estado, ou melhor dito o partido/Estado, passou a estar apenas ao serviço de uma minoria, num quadro em que a mobilidade social se processava apenas no interior da máquina político-partidária, praticamente vedada à entrada de novos membros, sempre sujeitos a um grande escrutínio. A centralização e a concentração do poder nas mãos de uma elite política tendencialmente mais isolada e afastada da base sociológica de apoio vão entrar em contradição e até em confronto com a crescente marginalização destes últimos. O Estado, que devia funcionar como instrumento de satisfação do bem-estar e de proteção dessa maioria sociológica, transformou-se numa entidade ao serviço de uma minoria, num quadro em que, como já se disse, a mobilidade social só se processava no interior da máquina político-partidária que corporizava e/ou controlava o partido/Estado. Estas seriam as razões que conduziram ao golpe de Estado de 14 de novembro de 1980 [...] (SOUSA, 2012, p. 36).

Observa-se que, simultaneamente, uma das precauções que deveria ser tomadas era esse ocorrido. “[...] a unidade Guiné-Bissau e Cabo Verde constituía a espinha dorsal do projeto de Amílcar Cabral. Mesmo limitado por vários problemas citados anteriormente, Cabral via na unidade destes dois países a única solução viável para a libertação do colonialismo português” (CANDÉ MONTEIRO, 2013, p. 235).

A ideia de Amílcar Cabral de unidade de Guiné-Bissau e Cabo Verde para alguns teóricos era importante para fazer luta de libertação nacional, enquanto para outros isto deveria permanecer-se na construção do Estado entre dois países que lutaram pelo mesmo objetivo. Atente-se que essa polémica era também um dos justificativas do “movimento reajustador de 14 de Novembro”, isto é, as diferenças no tratamento político dos cabo-verdianos para com os guineenses, não vamos entrar em profundidade com este debate, mas é importante salientar dos impactos que isso se deu mediante dias futuras da Guiné-Bissau.

Nessa perspectiva, o olhar sobre o sistema político em África nesse período mereceu o acompanhamento especial pelo inumeros intelectuais africanos que têm feito críticas ao funcionamento da estrutura política relativamente ao estágio do continente nas primeiras décadas da independência. “A nível interno de África tinha-se igualmente chegado à conclusão que o sistema de partido único bem como a ausência da democracia tinham sido uma das causas principais do desastre económico verificado ao longo de três décadas de independência” (CARDOSO, 1995, p. 259).

Sousa diz que a constante crise na Guiné-Bissau não se associa a outro fenómeno a não ser “estrutural” e o foco da sua análise deve ser a partir desse fator. E as soluções devem caminhar nessa linha estrutural. De modo geral, a irreversível e nodal crise fez nascer um caminho de “luta pelo poder” no qual situa evidentemente no destaque de todos os problemas.

Com efeito, geram crises nas infraestruturas políticas, dentro do Estado e “crise de liderança no sistema político partidário” (SOUSA, 2012, p. 24).

Mas também, na medida em que a instabilidade política causada pelas inúmeras tendências periódicas (dentro e fora do Estado) num país pequeno situado na África ocidental não para de crescer, tanto que o panorama das suas consequências efetivamente continua a olho vivo no tecido social, econômica e ambiental. Enquanto isso, por outro lado, a juventude pauta pela procura de um lugar (uma tendência migratória e fuga de cérebro) promissor para viver e dar continuidade a projetos de vida, tal qual nos diz Julião Sousa.

[...] À conta disto, largas centenas de milhares de cidadãos viram a sua miséria agravar-se, enquanto dezenas de milhares (jovens na sua grande maioria) viram no recurso à emigração a única saída para acautelarem o seu futuro e para aliviarem o sofrimento imposto por anos de ingovernabilidade. Mais uma vez, na história do nosso país, a emigração tem motivações socioeconômicas (falta de oportunidade, salários miseráveis, dificuldades econômicas) e políticas (perseguições políticas e despotismo). Esta nova emigração dos anos 80/90 teve como destino preferencial a Europa, concretamente Portugal, antiga potência colonizadora. Quem tem perdido com está sangria humana e deserção, diga-se involuntária, da juventude, tem sido o próprio país, que assim se viu despojado de braços jovens que poderiam ser úteis para o seu arranque. Do ponto de vista político, a desilusão quanto à instalação do regime “democrático” não demoraria de chegar. Com efeito, prisões e ameaças sistemáticas de prisão de dirigentes de oposição, invasões de sedes partidárias e confiscação de material de campanha, infiltração de agentes secretos a soldo do regime no interior de alguns partidos da oposição, ameaças de morte e o fraco nível do debate aquando da campanha eleitoral, vieram resfriar o entusiasmo e a esperança inicial que as populações haviam depositado nos políticos da oposição e na mudança (SOUSA, 2012, p. 41).

O exposto em cima menciona o quotidiano vivido a partir do golpe de Estado de 1980 aos dias de 1990, o que tem perpassado nesta segunda república até um certo ponto pode ser considerado como mais um tombar no processo de uma justiça social a todo o povo da pátria de Amílcar Cabral. Vale enfatizar a partir do ponto “emigração” que este fenómeno tem se tornado cada vez mais, ganhando espaço na Guiné-Bissau, um exemplo disso é a maioria dos jovens guineenses que chegam anualmente a Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira - Unilab³ daremos ênfase a esse assunto mais à frente sobre a configuração da emigração na sociedade guineense estudantil.

³ A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira é uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação da República Federativa do Brasil, com sede na cidade de Redenção, estado do Ceará. Foi criada pela Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010, e instalada em 25 de maio de 2011. De acordo com a legislação, a Unilab tem como objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, e Timor Leste) especialmente os países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional. Atualmente a universidade conta com cerca de 562 estudantes

Alusivamente a essa relação da busca do poder a qualquer custo, Candé Monteiro (2013), nos fala que a realidade atual na Guiné-Bissau passa por um instante da intensa instabilidade política crônica, que tem sua origem nas questões étnicas sobre o “poder”, o que põe em relevo a narrativa nos primórdios da formação do movimento da luta de libertação nacional (divergência) mostrando assim os grupos étnicos na lagoa da democracia. Autora ainda chama atenção desta forma na exclusão das ideias de luta que não situa especificamente na desconexão da Guiné e Cabo Verde, mas que vai nos objetivos da unidade de todos as etnias da Guiné-Bissau como uma essência da nação guineense.

Paralelamente à este período, o ingresso da democracia na Guiné-Bissau fez com que o país entrou numa nova história. Seu primeiro passo verificou-se no PAIGC. Como o conquistador da independência que durou cerca de vinte anos no poder no qual apenas um partido estava no poder (PAIGC), como vimos, o partido precisava de alterar algumas coisas sobre seu estatuto de modo a entrar na democracia e multipartidarismo (MONTEIRO, 2013).

Apesar que na maioria dos casos na implementação da democracia em África sempre houve sua parte feio, a Guiné-Bissau como um dos países a tomar a independência política poderia observar atentamente com os erros de vários países africanos (e construir a sua democracia plena sã) por onde a democracia teve falhas na implementação e que até nos dias atuais ainda essa falha marca o dia a dia destes países. Todo o processo democrático exige um debate sério e prudente principalmente num país que constitui um mosaico étnico, é muito importante ter o debate na introdução da democracia, infelizmente não aconteceu na Guiné-Bissau, e consequência ainda se paga. Candé Monteiro argumenta nesta linha de pensamento que,

[...] a transição política na Guiné-Bissau poderia trazer mais vantagens e resultados se a classe política tivesse debatido de forma coerente as questões mais pertinentes vinculadas ao funcionamento das instituições do Estado e os principais problemas que afetam os cidadãos bissau-guineenses, visto que com a adesão do país à democracia e ao multipartidarismo a gestão das instituições do Estado passa a seguir um modelo de administração mais moderna e integrada no âmbito da globalização. Infelizmente, durante o período da transição política não houve um debate qualificado em termos de programas de governabilidade. Neste sentido, “temos que reconhecer que uma das fraquezas deste processo de transição é a ausência de debates e de discussões organizadas sobre os seus diferentes aspectos” (CARDOSO, 1996, p. 163 apud MONTEIRO, 2013, p. 247).

A mudança de regime que se verificou no ano 1990, isto é, de um partido no poder a contemplação de vários partidos na arena política guineense, não foi fácil no sentido de que deixou estigma tal qual se vivia no regime anterior. No período de 1984 e 1993 havia tentativa de dar fim aos elementos chamados na altura de “inimigos” (patrícios que lutaram contra os nacionais na era da colonização) do país de maneira repressiva, enquanto por outro lado, o país estava mergulhado na crise econômica e social pairando na vida das populações. Isto tudo eliminaria O processo de multipartidarismo esperado há muito tempo vai começar, portanto, efetivamente “nos primeiros anos da década de 90, com a legalização, pela primeira vez na história institucional e política da Guiné-Bissau, dos partidos políticos e a convocatória das eleições democráticas para 1994, pondo fim a 20 anos de monopartidarismo” (SOUSA, 2012, p. 41-42).

Igualmente que, a modificação de etapa para a democracia revelou um significado da Guiné-Bissau acerca dos “direitos do homem e políticos” não só, mas também na liberdade de expressão. O que não julga afirmar que são cumpridas categoricamente, esses direitos são violados, apesar que a constituição lhe garante desde os primórdios da democracia (MONTEIRO, 2013).

O silenciamento de um debate especial que pauta pela necessidade de ferramentas políticas democráticos, para sua adoção, possivelmente vai ter seu impacto sem precedente no caminho da implementação de “uma democracia sólida”. A Guiné-Bissau é um exemplo disso, que faz exclusão do mosaico étnico e religioso na arena política numa natureza democrática, o que tornaria equilibrado as etnias na composição do governo. Observa-se que em nenhum das campanhas eleitorais no país, foi verificado um discurso que não se assenta no tribalismo para adquirir votos étnicos para o cumprimento da sua demanda étnica e representação da sua etnia ou religião (MONTEIRO, 2013, p. 251).

Em outro sentido, “[...] é possível apontar que uma das potenciais causas de conflito interno está nas manobras dos políticos que promovem discursos trabalhistas que ameaçam a paz e a estabilidade democrática, como também a construção do Estado de Direito” (MONTEIRO, 2013, p. 248).

O ano 1994 foi um ano crucial para a Guiné-Bissau na senda nacional e internacional, neste ano tiveram as “primeiras eleições legislativas e presidenciais desde 1974”, por um lado, esta eleição tornou o país a inserir na família democracia de modo a responder as demandas internas e externas (CARVALHO, 2016, p. 140),

Em todo caso o que se pode ver evidentemente é no decorrer de 7 de agosto de 1994 a 7 de junho de 1998, não houve uma mudança de vida social do povo em relação ao

desenvolvimento, e não havia expectativa da mudança. “O agravamento das condições de vida só podia augurar piores dias aos sucessivos governos da II e III República” (SOUSA, 2012, p. 42).

Os regimes autoritários, absolutistas e despóticos ao serviço de clientelismo facilmente geram ódios e semeiam inimigos”. Na Guiné-Bissau, várias tentativas abortadas ou falsos golpes (março de 1982, junho de 1983 e novembro de 1985), seguidos do conflito político militar de 7 de junho de 1998, que levou à deposição violenta de Nino Vieira, inscrevem-se também no quadro de erros acumulados, associados a algum etnonacionalismo e a conflitos interpessoais. Todos serão essenciais para se entender a forma como regime da III República foi, gradualmente, entrando em colapso. Mas, os mais importantes acontecimentos, pelas suas consequências e repercussões internas e internacionais foram, sem dúvida, o “Caso 17 de outubro”, de que resultou o assassinato de Paulo Correia e de Viriato Pã, [...] (SOUSA, 2012, p. 49).

As épocas que passaram na fase da democratização até 1998 não foram nada fáceis no tecido político e econômico, do país que nos parece semeou a incerteza sobre a sua mais valia e se tornou sólido em todos os sentidos, a guerra de 1998 foi um exemplo das consequências da imaturidade do Estado jovem em África.

Há tantas coisas que podíamos elencar que fizeram o balanceamento do país a nível social, político, econômico, militar e órgãos da soberania que tiveram impacto na II e III República, todavia importa salientar que todos tiveram dedo sujo de maneira contagiante para a chegada de conflito militar “7 de junho de 1998” (SOUSA, 2012, p. 50).

Durante a IV República, um fato quimera que ganhou fama era em ter uma confiança sólida em estabilidade e o melhor destino da Guiné-Bissau após o conflito militar de 7 de junho de 1998-1999 e eleições ocorridas até 2000 simultaneamente. Esta confiança permeou-se a classe política do país até no ponto de tornar-se sólido a confiança da mudança do ambiente político, social e militar na altura instalada. O contrário, está em afirmar que tanto a guerra e mesmo a eleição contagiou superficialmente o tecido político e de reforma (SOUSA, 2012).

A visibilidade de observação acerca do abismo e constrangimento vista socialmente, tem mostrado antagonicamente a manifestação exibida na fase da guerra civil. Esta guerra civil põe em relevo a reação da população com diferentes etnias, a encarar a larga escala os estrangeiros vistos como “invasores” (na altura militares senegaleses e militares conacri-guineenses que lutaram a favor do então presidente Nino Vieira contra a chamada junta militar) e destruidores da nação guineense na altura (KOHL, 2005, p. 58).

Segundo Sousa (2012, p. 23), as constantes crises na esfera política, militar, econômica, social e moral de 1997 a 2012, está em destaque de uma forma parcial a irmãos da

nação, da classe política com efeito a comunidade internacional. O que dá para entender que, de maneira geral, que as preocupações da classe política e comunidade internacional está situado no tecido da defesa e segurança. Autor chama atenção em dizer que este setor tem virado uma prioridade em relação a essas duas entidades que trabalham em conjunto.

Este panorama nos permite enfatizar que instabilidade política: causas e consequências atualmente que durou vários anos, mas que vem se dinamizando pouco a pouco em diferentes moldes e práticas políticas que em torno geral não contribuem para o desenvolvimento de qualquer país. Senão vejamos que

Ainda no ano de 2003, o cenário político e a dinâmica das Forças Armadas continuavam sendo os mesmos de 1998, levando a novo golpe de estado ao segundo presidente eleito democraticamente, estabelecendo-se, depois, o Conselho Nacional de Transição, que preparou as eleições legislativas de março de 2004, as quais resultaram na vitória do PAIGC, quando Carlos Gomes Júnior assumiu o posto de primeiro-ministro, ficando a eleição presidencial para junho de 2005, que, posteriormente, foi ganha por Nino Vieira, após seus seis anos de exílio político em Portugal. Mas, antes disso, ainda em 06 de outubro de 2004, um levantamento militar das Forças Armadas culminou com a morte do general Veríssimo Correia Seabra, então CEMGFA, e conduziu à nomeação do general Baptista Tagme Na Waie para o mesmo cargo de comandante do EMGFA. Devemos lembrar que Nino Vieira só voltou ao país graças a intermediação realizada pelo apoio de um grupo dominante dentro das forças armadas; naquela altura, entre eles, o próprio general Baptista Tagme Na Waie, antigo inimigo de Nino, que usou de suas regalias de força para passar por cima de todos os órgãos soberanos do país (Poder Executivo, Assembleia Legislativa e poder Judiciário), fazendo valer as forças do comando do EMGFA. Mas, mesmo assim, depois de sua volta à presidência da República, a situação geral continuava a declinar-se em todos os setores (social, político e econômico). A relação do poder executivo com as altas chefias das forças armadas permanecia (ainda mais) tensa, o que demonstrava cada vez mais o crescimento das Forças Armadas, sua visibilidade e influência na condução da política nacional do país. Depois de quase dois anos com um presidente provisório, em 2005 foram realizadas eleições para presidente da República, as quais foram muito polêmicas e contestadas em alguns pontos, entre eles a volta de Nino Vieira e sua candidatura, sem que o mesmo fosse julgado pelos crimes dos quais fora acusado por conta de conflito político militar de 07 de junho de 1998. Outra questão envolvia o status político do também ex-presidente da República Kumba Yalá, que foi afastado em 2003 e perdeu seus direitos políticos. Como esperado, os resultados, novamente, não foram tão diferentes, reconduzindo Nino Vieira à presidência da República (CARVALHO, 2013, n.p).

É bem explicitado e compreendido de que as causas das mazelas ainda sem curra pela dimensão que se ganhou incessantemente, os acontecimentos destas crises de 1997 a 2012 uma questão se coloca “qual delas a mais grave? ”, mediante esta pergunta o mais grave seria o que torna o país ainda mais sob perigo e ameaça eminente e adiamento de um futuro próximo, “o golpe de Estado de 12 de abril de 2012 foi, na nossa perspectiva, um dos derradeiros episódios” (SOUSA, 2012, p. 22).

Como em qualquer conflito principalmente “guerra interna”, firmada em qualquer país sempre as consequências são notórias no âmbito geral que dificilmente tem cura, e mesmo com a cura ficaria sinal de alguma coisa. Os quadros a seguir apresentam as nomeações e exonerações dos primeiros ministros desde tomada da independência até os dias atuais.

Quadro 2 – Nomeações e exonerações de PM entre 1973 e 1980⁴

Nomes	Início de mandato	Fim de mandato	obs
Francisco Mendes	1973	1978	Exonerado
Costantino Teixeira	1978	1978	Exonerado
João Bernardo Vieira	1978	1980	Destituído após o movimento

FONTE: Sousa (2012).

Quadro 3 – Nomeações e exonerações de PM entre 1982 e 2000

Nomes	Início de mandato	Fim de mandato	Obs
Victor Saúde Maria	maio de 1982	março de 1984	Exonerado
João Bernaldo (Nino) Vieira	março de 1984	março de 1991	Acumulou as funções de PR com as de chefe de Governo e de secretário-geral do PAIGC
Carlos Correia	dezembro de 1991	outubro de 1994	Exonerado depois das eleições democráticas
Manuel Saturnino Da Costa	outubro de 1994	junho de 1997	Exonerado
Francisco Fadul	junho de 1997	dezembro de 1998	Destituído depois do conflito de 7 de junho
	dezembro de 1998	fevereiro de 2000	Exonerado depois das eleições presidenciais de 1999

FONTE: Sousa (2012).

Quadro 4 – Nomeações e exonerações de PM entre 2000 e 2003

Nome	Início do mandato	Fim do mandato	Obs
Caetano Intchamá	fevereiro 2000	março 2001	Exonerado
Faustino Imbali	março 2001	dezembro 2001	Exonerado
Alamara Nhasse	dezembro 2001	novembro 2002	Exonerado
Mário Pires	novembro 2002	setembro 2003	Exonerado

FONTE: Sousa (2012).

Quadro 5 – Nomeações e exonerações de PM entre 2004 a 2012

Nomes	Início do mandato	Fim	Obs
Carlos Gomes Júnior	Maio 2004	Novembro 2005	Exonerado
Aristides Gomes	Novembro 2005	Abril 2007	Exonerado
Martinho Ndafo Kabi	Abril 2007	Agosto 2008	Exonerado
Carlos Correia	Agosto 2008	Janeiro 2009	Exonerado
Carlos Gomes Júnior	Janeiro 2009	Abril 2012	Destituído com o golpe
Rui Duarte de Barros	Maio 2012	?	Nomeado com golpe de Estado

FONTE: Sousa (2012).

⁴ Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_primeirosministros_da_Guin%C3%A9-Bissau> Acesso em: 07 jul. 2017.

Quadro 6 – Nomeações e exonerações de PM entre 2015 e 2003⁵

Nomes	Início	Fim de mandato	Obs
Domingos Simões Pereira	2015	2015	Exonerado
Baciro Dja	2015	2015	Exonerado
Carlos Correia	2016	2016	Exonerado
Baciro Dja	2016	2016	Exonerado
Umaro Sissoko Emabló	2016	?	Ainda no cargo

FONTE: Sousa (2012).

O amanhã da Guiné-Bissau está a tornar-se na medida do possível uma “incógnita”. Ainda não vejo por enquanto um irmão da nação, repleto de “altruísmo” na arena política do país que descarta a noção da realidade política do país, de outra forma, que está ausente sobre as constantes crises quotidianas sem remédio num veículo em direção ao “abismo” (SOUSA, 2012, p. 21)

De igual modo que ainda, Carvalho (2013), um intelectual guineense contemporâneo tem analisado esta crise de ponto de vista internacional, realçando que as instabilidades políticas duradouras, ou seja, uma quebra concomitantemente do processo da estabilidade política no país não é por simplesmente uma crise espontaneamente criada no país, pois, de alguma maneira as organizações internacionais no qual a Guiné-Bissau faz parte tem também mão sujo na crise política instalada no país desde os últimos quinze anos atrás.

A inercia dos fenômenos em voga tem a possibilidade de acordo com as formas que são encaradas e no qual as “crises” chegam ao Estado, assim o Estado e o governo e a esfera social de forma explícita da implicação e pensamento profundo sobre “autoridade do Estado” mediante ao espaço geográfico nacional, a função regular ou irregular e métodos do “poder” das instituições do Estado e, portanto, da idoneidade dos líderes face ao enfrentamento das crises (SOUSA, 2012).

O abismo que se instalou no país em termos do Estado e das suas instituições não faz acreditar num futuro alvissareiro no qual os jovens e crianças, homens e mulheres teriam necessariamente condições de um desenvolvimento que pauta inequivocamente no bem-estar social do seu dia a dia. A subsecção a seguir procura trazer um diálogo final por onde passa a refundação do Estado como uma saída para todas as crises que o país tem vivido.

⁵ Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_primeirosministros_da_Guin%C3%A9-Bissau>. Acesso em: 07 jul. 2017.

4.3 POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA PROPOSTA PARA REFUNDAÇÃO DO ESTADO GUINEENSE

O exercício da cidadania requer tarefas fundamentais do Estado nesse processo de direito e deveres. O Estado e governo para além de garantir por meio do desenvolvimento social, a justiça social cabe a eles na criação de políticas públicas em diálogo com a sociedade civil que facilite incessantemente na implementação dos dispositivos que permitem a boa convivência, bem-estar ligado a uma boa educação, habitação e alimentação.

Temos alegado em alguns trechos em formas de inquirição desta terceira seção para nosso trabalho as doenças políticas que provocam e causam a fatalidade das políticas públicas na Guiné-Bissau. Desde cedo, as políticas públicas têm sofrido dilacerações por falta de condições estáveis no país que condicionalmente poderia dar suporte político e econômico para o sucesso das políticas públicas na Guiné-Bissau. Mas, o Estado construído na Guiné-Bissau aparentemente jamais dialogou com a criação de política pública que consegue durar por muito tempo e principalmente que consegue atingir a sua finalidade.

Repare-se que em nosso argumento por meio de vários autores sempre tentamos demonstrar as lógicas ininterruptamente insatisfatória do Estado no país, firmadas desde a sua gênese (do ponto de vista independente criação do Estado para dar pontapé de saída ao desenvolvimento) que marcou e ainda marca afincadamente o seu corpo de modo holístico, como nos adianta Julião Soares Sousa.

Para atingir o poder na Guiné-Bissau e sua manutenção, de uma forma inconstitucional e ilegítima o mais comum de observar é por via de “golpe de Estado” “assassinatos” e “inventonas” [...] (SOUSA, 2012, p. 60). “As consequências dos golpes de Estado e das chamadas “inventonas” saltam à vista de todos, como já se referiu algures: crises políticas e institucionais, crise moral, crise de liderança” (SOUSA, 2012, p. 61).

O fluxo de acontecimentos desastrosos no viés político, econômico social e ambiental consequentemente não permitem (como demonstramos algumas vezes nessa terceira seção do trabalho) a frutificação das políticas públicas, além disso as políticas públicas teriam sucesso de tal forma que o país durasse com governos legítimos no poder que no seu “programa do governo” constaria políticas públicas que vão em direção ao direitos dos cidadãos de qualquer país e quanta mais Guiné-Bissau (por meio de governo legítimo) que nos parece que precisa muito de criação e adoção de políticas públicas para resolver as demandas do cidadão principalmente na educação e bem como arquitetar os recursos humanos qualificados.

De recordar que, ao longo da democratização e multipartidarismo na Guiné Bissau deu o favorecimento para reformas profundo na máquina estatal, na qual assentava no mandato de um partido (PAIGC). Neste caso, a reforma política nas diferentes instituições, que podemos ver: “Defesa, Segurança e Justiça, Tributária, Educação e Saúde contribuiria para o desenvolvimento do país. Não obstante, nenhum governo até o presente momento foi capaz de iniciar e terminar um aspecto dessa reforma” (MONTEIRO, 2013, p. 247).

Num país por onde passa uma certa debilidade institucional de Estado/Governo, a economia tende-se em mais larga escala a cair na decadência. O sistema de produção capitalista (SPC) desde a sua história requer em mais alto nível um dispositivo de governação capaz de ingressar no mercado mundial e de permitir uma competitividade maior no tecido da globalização e dar aceleração dos seus projetos e programas em destaque as políticas públicas. Um Estado que não é dinâmico nem nos assuntos internacionais do Estado e nem em termos institucionais não consegue colocar a sua economia num bom caminho.

Lourenço Ocuni Cá, no prefácio do seu livro *Estado: políticas públicas e Gestão Educacional*, em relação a esta situação diz de maneira que pode gerar uma transformação que,

O problema do Estado, de seus recursos humanos e de suas modalidades de gestão precisa ser examinado a partir do entendimento daquilo que poderia ser denominado *exigência da época*. Em outras palavras, o Estado é obrigado a ser moderno não só no plano econômico e da produtividade, mas também – e principalmente – em termos de justiça social e daquilo que tange ao modo de viver em sociedade. Para isso, carece tanto de uma nova forma de governo, estabelecendo-se um pacto por meio do qual seja capaz de incorporar a cultura da época, fornecer referências sólidas para o viver comum e regulamentar um mercado que, atizado pelos ventos da concorrência mundial, da Transnacionalização, parece querer escapar de qualquer controle, de qualquer planejamento, de qualquer regulamentação. Um Estado, que seja, ademais, socialmente comprometido e capacitado para operar como efetivo articulador de um novo modelo de desenvolvimento econômico, menos predatório e mais sustentável em todos os sentidos. E, para viabilizar tudo isso, é preciso que se coloque a questão da formação de recursos humanos no centro das preocupações dos planos (CÁ, 2010, p. 7-8).

A Guiné-Bissau é um dos países que a arquitetura do Estado ainda por infelicidade é doentia, aparentemente inseri-se numa obsolescência aos tempos do seu primórdio no qual alguns autores nunca lhe deram crédito, devido as suas práticas e recursos humanos desqualificado que não se produzem de ponto de vista institucional. Exige-se uma rápida e melhor modernização do Estado que põe em evidencia a entrar na família globalização, mas que não provoca por outro lado uma “exclusão social” nesta nova conjuntura.

Segundo Cá (2010), há um pensamento sequencial que a globalização não foi e nem é aquilo que foi sonhado para as sociedades, e ela não desistiu tornando assim uma ameaça a “políticas educacionais”. A globalização maximizou-se de modo penetrante com vários significados que define e tem uma certa ligação com aquilo que tem ocorrido no tempo atual. “A globalização é a impossibilidade de as escolas e os governos seguirem outra lógica que não a do mercado mundial tendo sido chamada, há cerca de algumas décadas de imperialismo” (CÁ, 2010).

Desde tempos remotos o evoluir da sociedade mundial não influencia apenas as economias mais altas do mundo, mas também as economias médias e mais baixa do planeta. A crítica da globalização como um fator de opressão as econômicas doentes são muito importantes, principalmente num país como a Guiné-Bissau, todavia a dinâmica da sociedade contemporânea não permite em algures ausentar nesta casa com intuito de flexibilizar esmiuçadamente a sua economia e ingressar no mercado mundial.

O que julga necessariamente o facto de observar todas hipóteses e qual é a possibilidade de uma política educacional sofre por meio da globalização e seus lados perversos que não se aplica em geral a toda a sociedade levando em conta o grau da natureza política, o grau das economias, o grau da esfera social e o grau da industrialização, como ainda salienta Cá:

Nessa perspectiva, da competitividade ditada pelo mercado nesse cenário globalizante, as ações desenvolvidas pelos governos no setor educacional devem levar em conta a dignidade humana, isto é, preocupar-se com os alunos que têm dificuldades para aprender, de sorte que, antes de uma possível repetência, faz-se necessário prever todo o trabalho a ser realizado com eles e/ou com a instituição escolar, de modo a garantir a eficácia e a efetividade do processo de ensino-aprendizagem (CÁ, 2010, p. 9).

Se a globalização assume um papel de desigualdade social num determinado país como a Guiné-Bissau, ela não atua de modo coerente e da base social, urge ela optar por um caminho que não se pauta pela exclusão social, mas uma tarefa de luta anti-exclusão e isso depende muito de todo corpo político, intelectual e social do país.

Constate-se que, na Guiné-Bissau após o conflito militar violenta de 1998/1999, o país da África ocidental não teve ganho soberano de dar avante a as reformas substanciais o que o levaria ao porto da “modernidade”, sem a organização ainda de pleito eleitoral. O país sofria também por parte da comunidade internacional (lembrando que o país depende muito da comunidade internacional) um esquentamento para fazer eleições democráticas mais cedo, o que impediu a montagem do dito nas linhas acima (modernizar aparelho do Estado). Na

realidade, se tivesse tomado toda a precaução sobre as lutas fatais pelo poder que se deu passo a passo dessa forma que teria uma democracia sã e salva com classe política não esquizofrênica ao povo (SOUSA, 2012).

Não é estranho que podem observar os acontecimentos que põem em causa a imagem e qualquer que seja avanço social, político e econômico da Guiné-Bissau. Por exemplo, como mostra o quadro I sequencialmente a composição das Repúblicas desde conquista da liberdade. O que tem acontecido a partir de 2012 até o momento remete a uma vacância institucional e desonra de um povo que a mais de três décadas sofre pelo algo tão similar num país com superfície total de 26.125 km². É de suma importância e urgente pensar uma saída por onde o Estado passa a cumprir com as suas funções sem distinção da condição social, das etnias e das religiões e assumir um diálogo sério com a sociedade civil.

Não há ninguém mais do que Boaventura de Sousa Santos para nos dar uma certa explicação do disfuncionamento do Estado nesta fase contemporânea em contradição com o capitalismo, afirmando que,

O mesmo grau de contradição pode ser detectado entre recentes concepções do Estado. Enquanto muitos autores criticam a tendência crescente do Estado para penetrar ou mesmo absorver a sociedade civil e para o fazer de formas cada vez mais autoritárias – o que segundo as formas, ou segundo os autores, tem sido descrito como “autoritarismo regulador”, “democracia vigiada”, “neocorporativismo”, “fascismo benévolo” – outros autores convergem na ideia, aparentemente contraditória com a anterior, o Estado ou carece de recursos financeiros (o argumento da crise financeira) ou de capacidade institucional (o argumento da incapacidade da burocracia do Estado para se adaptar ao acelerado ritmo de transformação social e economia) ou carece ainda dos mecanismos que na sociedade civil orientam as ações e garantem a sua eficácia (o argumento da falta de sinais de mercado na atuação do Estado). Nestas análises, o Estado ora surge como um leviatã devorador ora como um empreendedor falhado (SANTOS, 2013, p. 146).

De acordo com este argumento o Estado perde uma lógica de três funções, isto é, uma função de confiança, uma função de acumulação e uma função de legitimidade. Esse argumento encaixa na categoria do Estado da Guiné-Bissau como um país não credível ao ponto de assumir as próprias funções cabais. E possivelmente, encaixaria ao colocar-se-á na análise da conjuntura atual econômica, política e social do Brasil nos últimos três anos para cá no qual houve derrube do governo no parlamento. Algures do Brasil, certos analistas políticos afirmam que é golpe e outros dizem que não é golpe é legítimo, essa contradição tem ganhado espaço cada vez mais, na medida que aconteça algo com o novo governo o grau do seu debate aumenta. Não apenas no Brasil, atualmente as três sociedades detectadas no sistema mundo, alguns a política doméstica não tem sido fácil do ponto de vista democrático.

De forma crucial, as etapas que deu na origem de Estados modernos em África na sua concretude, é inerte, a globalização deu fomento a outro tipo de governação que ainda está no seu caminho. Com a globalização, o continente teve uma transformação profunda na grande parte da sua esfera. Na esfera política atual, em voga centra-se uma exigência da democracia plena. Acredita-se que a maioria dos países no continente vão nessa linha, em todo sentido. Evidentemente, a democracia na base do multipartidarismo, tem tornado um fator real. Apesar de toda a dificuldade e obstáculos, os jovens Estados modernos fizeram um bom trabalho de juntar etnias, culturas e línguas distintas num mesmo lugar dando sentido a “nação” (MATUMONA, 2004). Este argumento pode ser afirmado em outros países em África, nos outros países o argumento na casa e disfuncional ao seu sentido.

Podemos ver que em alguns países pode-se afirmar com alto grau de intensidade esta relação no continente situar num momento vital da democracia, mas em outros é difícil dizer isso dado realidade político que tem vivido, como a Guiné-Bissau por exemplo.

Tudo indica que a maioria dos países no continente têm feito esforço no sentido de colmatar as dificuldades existentes como acesso ao emprego de homens e mulheres principalmente a camada jovem, reduzir o a alta taxa da emigração dos jovens que provoca a “fuga de cérebro” (conceito que apropriamos de Carlos Lopes no seu livro Cooperação e desenvolvimento humano) no continente. O desafio de um país africano como a Guiné-Bissau é superior a estes paradigmas, num espaço mais de quatro décadas da sua independência o país ainda não consolidou a sua democracia e a conjuntura atual que se vive no país nos parece cada vez mais adiada a consolidação do mesmo e o futuro incerto do desenvolvimento ainda mais alarmante.

Na segunda seção deste trabalho no último item tratamos sobre o desafio do desenvolvimento num país evidentemente Guiné-Bissau, isto justifica-se pela certa urgência de dilapidar a instabilidade política crônica e crises contínuo que fazem do aparelho do Estado ainda a volta da insonolência. O país tem grandes desafios em matéria do desenvolvimento que não se julga pelo hoje e amanhã, é urgente a produção do capital humano compromissado com a “identidade nacional” para dar arranque aos desafios do desenvolvimento e a consolidação do Estado de direito para com seu povo (MATUMONA, 2012).

Segundo Matumona, atualmente, a grande maioria dos intelectuais estão de acordo com a “teoria da reabilitação” dos Estados africanos que não conseguem ainda entrar numa democracia sólida e mais dinâmica. Este deve ser uma opção de maior relevo no caso da Guiné-Bissau. Um artigo de opinião publicado em 2016 pela minha autoria (Armando Arnaldo Correia – estudante de Bacharelado em Humanidades) intitulado “Guiné-Bissau por

uma nova fase política” faz algumas indagações sobre o cotidiano do país e os últimos anos da decadência do Estado guineense aparentemente débil devido as insurreições no tecido político, como indaga Correia.

Mas, a pergunta que não quer intercalar é seguinte: até quando sairemos dessa insuficiência do Estado? Para quando uma democracia plena e um Estado realmente laico na Guiné-Bissau? Pelo cenário político, atualmente vigente no país me parece que o Estado está cada vez afundando e o futuro para melhor saída mais distante. Mais uma vez, estamos a mostrar ao mundo nossa incapacidade de gerir os nossos problemas. Sempre que enfrentamos um problema na maioria das vezes falta de sucesso na sua resolução é tão evidente que dispensa grande retrospectiva. Por exemplo, no segundo trimestre de 2012, como sabemos, o fenômeno designado por “golpe de Estado” atingiu inconvenientemente a população da Guiné-Bissau e deixou marcas na sociedade guineense. Com esse e outros acontecimentos, entramos coletivamente num declínio político, educacional, social e econômica jamais vista nos últimos 12 anos da nossa democracia. Esses acontecimentos levou a comunidade internacional a suspender acordos de cooperação com a Guiné-Bissau, tendo em conta a promiscuidade política que se vivia no país após o ocorrido. A maioria da população acreditava que o fenômeno da crônica instabilidade se centrava na “classe castrense”. Hoje o quotidiano nos mostra que a nossa comum percepção dos causadores da instabilidade e riscos de iminentes conflitos é outra, ou seja, não são mais os militares. Em 2014 o governo de transição foi criado após o “golpe de Estado de 2012” com o apoio da maioria dos países membros do CEDEAO (Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental) e de outros parceiros que acreditavam no futuro de um pequeno país africano com apenas 1.530.73 habitantes. Conseguiram-se realizar as eleições gerais com uma participação expressiva do eleitorado num país onde o ato de votar e de ser votado não parece ser obrigatório. Quero dizer, com essa observação, que o fenômeno da instabilidade política ocorrido no país está intimamente relacionado à nossa incapacidade de praticar a democracia e gerir o Estado (CORREIA, 2016, p.1-2).

Este conjunto de crise, digamos (moral, econômica, social) no tecido da defesa e segurança e do político-institucional fazem do Estado uma instituição de tamanha fragilidade a sua função e que tem impacto na existência do país. Nos primórdios da independência, o Estado no qual anda as seis Repúblicas até 2012 (quadro 1), carece de um fator social, econômico e político que faz dele colmatar as crises já nodal. Autor lamenta por um lado dizendo que, com tudo isto o Estado guineense tem feito agendas promissoras no sentido de adotar medidas que dão sentido a soberania, a manutenção do crescimento econômico, promoção do bem-estar e de e uma sociedade adequada com formação de “Homem novo” (SOUSA, 2012).

A falta de uma reflexão profunda que vai de acordo com princípios idôneos com objetivo de salvaguardar o interesse nacional à custa de qualquer interesse. Apesar que a maioria da população guineense não só alguns autores também hoje ausenta os militares de serem cúmplices da instabilidade política principalmente de protagonizar “golpes de Estado”, mas devemos observar por outro lado que do ponto de vista jurídico tanto o protagonista e

aquele que faz ação sempre são culpados pelo o acontecido e nesta perspectiva os militares de alguma forma ou de outra também têm mão suja na ferida do que se passa no país, como destaca Julião Soares Sousa sobre a culpabilidade.

Na arena dos debates recentes, os pontos centrais sobre fenômenos na Guiné-Bissau caíem sob as Forças Armadas, “o sistema de justiça e o crescente índice de narcotráfico” e toda a situação que é notório a caos no país está direcionada a Força Armada. Desta feita, as ideias representam por tendência de “refundação do Estado guineense”. No geral a realidade está em atribuir a culpa dos acontecimentos que tem ocorrido na Guiné-Bissau aos militares (SOUSA, 2012, p. 26). A este ponto já aludimos no ponto supracitado.

Não vamos entrar em acuidade nessa linha, por ser abordado em algures dessa terceira seção do trabalho, importa salientar que com tudo isto algo tem e deve ser feito com propósito de derrotar as barreiras para ter uma democracia plena, uma sociedade estável no viés político, econômico e social de modo a garantir uma boa convivência social e criação de vários programas por meio das políticas públicas que vão ao encontro dos homens e mulheres principalmente a camada mais jovem por vezes vista como o mais sofrido mediante essa fatalidade da democracia e de um futuro promissor.

Uma das coisas que tem sido a passar no continente cotidianamente, na maioria dos países da África com a diversidade dos povos, está no centro no qual o slogan: “Somos um só povo e uma só nação”. Há uma recorrente ideia de unidade nacional que tornou possível se realizar graças a diversidade e diferenças e não muitas vezes como se fala da “uniformidade”. Este panorama não é suficiente, na verdade, a população africana tem obrigação de evidenciar no máximo possível todo o esforço para ter na consciência da nação bem entendida na atualidade. Assim, “a nação deve passar a corresponder ao território que forma um país independente, tendo um Estado com todos os requisitos, segundo os cânones da política moderna” (MATUMONA, 2004, p. 10-11).

Desta forma, nos parece até certo ponto que, o que deve ser feito não é meramente praticar de forma redundante os acontecimentos que marcaram as datas na Guiné-Bissau e muito menos de forma proa algo semelhante da mesma natureza com que tem permanecido no país que contém uma população com diversidade étnica e uma cultura rica do ponto de vista social. Mas é dar uma atenção especial ao Estado guineense e na sua estrutura, o que quer dizer que devemos corrigir e entender os erros do passado para compreender e mobilizar o presente e crer e continuar a crer no futuro. Assim uma proposta para refundação do Estado guineense mostra que,

[...] Nos 43 anos da independência, parece urgente uma nova liderança do Estado, uma nova fase política para “reconstrução do Estado”, para que o país possa reconquistar o seu lugar na África e no mundo globalizado através de esforços de próprios guineenses e amigos da Guiné-Bissau. Nessa nova luta, os jovens intelectuais e pesquisadores têm um papel de fundamental importância para forçar uma nova esperança estatal e social ao país. Amílcar Cabral já se falava que [...] qualquer Estado em busca da liberdade e melhoria de condições de vida de seus cidadãos, deve levar em conta a realidade concreta do seu povo (cultura, tradições, valores, práticas, visões) para que possa ganhar concretude real e soberana. [...] a “reconstrução do Estado” perpassa não só a uma profunda alteração ou adequação da nossa Constituição, como também facilitar a mudança da mentalidade e investir seriamente em educação de qualidade e remuneração condigna dos professores em todos os níveis escolar. [...] o governo precisa investir na política de recuperação do cérebro “brain drain” para uma ampla reforma no aparelho de Estado, permitindo, assim a máquina burocrática funcionar da melhor maneira possível de modo a tornar viável um desenvolvimento contínuo na pátria de Cabral, [...] que nos possibilita assim viver numa sociedade onde todos os guineenses vão usufruir dos seus direitos de cidadão/ã, uma sociedade mais justa e equilibrada. Onde não existe uma sociedade equilibrada e socialmente justa, conflitos de diversas natureza, empreendida inclusive por agentes do Estado em defesa dos seus interesses pessoal, grupal ou familiar, a instabilidade continuará sempre presente (CORREIA, 2016, p. 2).

É urgente e crucial a “refundação do Estado guineense” de tal modo que nos permite entrar dentro da família democracia plena com conquista de direitos e deveres que pautam na igualdade de todos os cidadãos. A necessidade da refundação do Estado guineense atinge na sua maioria todos os componentes básicos para a consolidação de um Estado moderno principalmente o caso da Guiné-Bissau, e dar continuação de um governo que crie políticas públicas essencialmente na área da Educação um dos setores que merece um pouco de destaque aqui nesse trabalho e reconhecemos que uma política pública em Educação seria preponderante.

As políticas públicas consistem na tomada de decisões variadas pelo governo que têm significado positivo a um grupo de cidadãos. Partem dos pressupostos do governo que não se resume pela sua implantação ou desplantação desses pressupostos de ação e seu efeito na esfera social. A “[...] política pública não é o mesmo que a decisão política, visto que aquela envolve mais que uma decisão dessa natureza e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas” (CÁ, 2010, p. 14).

As políticas públicas podem ser definidas como conjuntos de disposições, medidas e procedimentos que traduzem a orientação política do Estado e regulam as ações governamentais relacionadas às tarefas de interesse público. São também definidas como todas as ações do governo, divididas em atividades diretas de produção de serviços pelo próprio Estado e em atividades de regulamentação de outros agentes econômicos. A forma pela qual o processo de elaboração de políticas públicas é feito pode ser dividida em três etapas sucessivas: formulação, implementação e avaliação (CÁ, 2010, p. 14).

Sendo que, as políticas públicas necessitam do trio para suas práxis, é muito importante realçar que, a crise de paradigmas que tem colocado o país a não conseguir desde a I República até nos dias de hoje ter um governo que de fato consegue atingir o seu mandato, torna as políticas públicas conseqüentemente numa vacância total em termos dos seus resultados. Como já propomos em acima exposto, entendemos que a educação deve estar no centro das atenções que das políticas públicas, uma vez que é um dos setores que tem uma certa carência (infraestrutura, quadros com qualidade e política de monitoramento etc.) no país que nos parece ser urgente uma grande reflexão em torno da sua inclusão nas políticas públicas.

A educação aqui está centrada mais no ensino superior é uma parte que deve compor as políticas públicas na Guiné-Bissau na medida em que os governos em parceria com as outras instituições elaboram programas e projetos voltados para a promoção de “ensino público superior” viável que garante a formação dos jovens para melhor servir o desenvolvimento do país e promover uma sociedade que todos vão ter acesso à educação. Mas isso depende sempre dos governantes do país como nos diz Cá (2010, p. 17) “[...] Políticas públicas resultam normalmente de decisões envolvendo os principais atores que compõem o sistema político, especialmente aqueles que atuam no executivo, legislativo e judiciário”.

Dado a déficit do ensino superior público na Guiné-Bissau que garanta o acesso aos jovens que ao terminarem ensino médio ingressam com objetivo de formar e ter uma expectativa de vida no qual tem sonhado. A maior parte dos jovens guineenses têm optado muito para procura de vagas de estudo e bolsas nas instituições de ensino superior estrangeiro principalmente países que têm cooperação na área da educação com a Guiné-Bissau (Portugal, Brasil e Marrocos) para melhor formação, um exemplo disso é o caso da Unilab, como nos conta Correia:

[...] Para falar do Brasil que tem um elo de ligação no que tange a história com a Guiné-Bissau, a imigração estudantil africana particularmente da Guiné-Bissau, deu-se no início dos anos 90 quando estudantes guineenses que terminaram o ensino médio pretenderam atravessar o atlântico com intuito de ingressar no ensino superior brasileiro e se formarem na universidade pública brasileira, por meio do programa de estudantes-convênio de graduação (PEC-G), e programa de estudantes-convênio de pós-graduação (PEC-PG) que começou a impactar significativamente desde os anos 2000 até a data presente. O percurso dos estudantes imigrantes dos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) onde temos Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe especificamente nós como estudantes guineenses na UNILAB - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, não é uma decisão fácil de tomar dado que existem várias implicações. A universidade está localizada no município de Redenção Ceará e recebe estudantes dos países africanos de língua oficial portuguesa e Timor Leste (Ásia). Na perspectiva de ampliar o relacionamento e o conhecimento sobre a África e o mundo de língua oficial portuguesa, a UNILAB de acordo com a sua lei de

criação tem como objetivo ministrar ensino superior desenvolver pesquisas nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária. Tem como missão institucional especial formar pessoas para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais estados membros da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP) e Timor Leste, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional. Diante destes fatos narrados, convivemos cotidianamente com estudantes de diferentes processos de imigração, assim como com distintas narrativas e trajetórias (CORREIA *et al.*, 2015, p. 2-3).

Diante desse caso, as razões da vinda desses jovens com diferentes status social são múltiplas, mas que pode ser visto desde a vacância estável da situação político do país, e de ter ensino superior público que atende à demanda dos mesmos etc. estes são alguns dos elementos que provocam os jovens a optarem para saída no país no sentido de procurar uma formação de qualidade nas instituições públicas brasileiras. Estes jovens africanos mais especificamente guineenses cursam diferentes cursos de graduação na universidade e por meio deles há um sussurro diga-se “Enter” (que significa que não há volta para seu país, a justificativa está em torno das condições desfavoráveis do país) nos últimos tempos sobre a previsão de volta ao país, alguns dizem que vão “tocar esse Enter e outros não”.

Uma vez que, segundo Cá (2010, 17) “[...] a política pública porque se volta para a comunidade ou a sociedade como um todo [...]”. A sua introdução com foco na criação das instituições do ensino superior pública de qualidade (uma universidade pública que consiga agregar jovens de diferentes regiões do país) é preponderante e necessária para jovens intelectuais que têm atualmente um papel fundamental no avante do desenvolvimento da Guiné-Bissau.

Com capital intelectual servindo de ícone para ascensão dos mais novos numa sociedade onde a educação ainda sofre por uma precariedade na Guiné-Bissau a mais de quatro décadas da sua independência política, econômica e social. No entanto, acreditamos que a partir de refundação do Estado guineense, com modernização das suas instituições e formalização dos programas e projetos que batem com a inspiração do povo principalmente a promoção de um ensino de qualidade (ensino básico, médio, centros de formação, escolas técnicas e principalmente superiores), para todos seus cidadãos sem distinção do lugar, condição social o barco do desenvolvimento chegará a um bom porto. O Brasil é um exemplo sobre sistema de educação e políticas públicas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O continente africano, contendo mais de 50 países, foi durante os últimos anos do século XX um espaço de disputa de riqueza e concentração de modos de produção capitalista. Nesse contexto, o capitalismo com todas suas epistemologias hegemônicas vem criando barreiras e obstáculos que põem em causa o seu bom funcionamento nas relações sociais.

Ao longo deste trabalho, foi possível perceber, em um sentido mais amplo, as relações existentes dentro de uma sociedade, onde cada qual tenta fazer seu máximo para a obtenção de poder e sua manifestação em detrimento do outro. As relações de poder, nas quais se assentam mecanismos que passam necessariamente a um conjunto de ideologias referente às forças da sua manutenção, produzem aspectos de natureza dicotômica.

Assim, por meio da História, entramos por vezes nas caminhadas cronológicas para trazer de forma enriquecedora os elementos que tiveram e ainda têm papel consistente na história ao longo do tempo. Enquanto que a Sociologia nos permitiu observar e compreender de uma forma crítica a relevância das relações de convivência de uma sociedade com outra, a Antropologia, por seu lado, nos fez perceber o primado de certos indivíduos e classes diferentes. Já nas Relações Internacionais, embarcamos nas épocas nas quais as sociedades modernas nacionais e internacionais se relacionavam e ainda se relacionam por meio dos interesses diferentes de cada sociedade. Desse modo, seguimos debruçando-nos nos porquês dos fenômenos, procurando alternativas consistentes. A ideia central consistiu em expor como as sociedades funcionam em relação às suas correntes dominantes e não dominantes, que em linhas gerais desdobraram-se com aceleração em múltiplos sentidos dentro e fora do continente africano, em especial em Guiné-Bissau.

Ao termos a percepção sobre tal forma de regulação social, enfatizamos que na história da modernidade sempre houve discursos que comungaram com a ideia de que há um único caminho para o progresso da humanidade (a ciência moderna ocidental), mas esqueceu-se que o mundo sempre foi híbrido e intercultural, na medida em que a modernidade avança (com a ideia da ciência que descarta qualquer tipo de conhecimento, mantendo apenas conhecimento científico) vai se encontrando ideias que vão lhe confrontar. Isso justifica-se por uma certa ignorância que vê a ciência ocidental como “universal”, sem levar em conta os contextos que não são iguais, ou seja, que existe outro tipo de conhecimento.

Enquanto que a modernidade, por via da ciência moderna ocidental, ainda comunga uma ideia universalista, teorias construídas a partir da descolonialidade não ficarão intactas após uma desconstrução universal.

O colonialismo, durante a sua época de atuação (a partir do debate aqui realizado, demonstramos que o colonialismo ainda não acabou, ou seja, continua na sua forma de colonialismo moderno, como nos casos de racismo, de xenofobia e nas formas muito pesadas, etc.) criou na sua mais alta escala separações entre os grupos, montando várias estruturas para sua consolidação na África, fazendo emergir por meio dele hierarquias de classe em termos de raça, bem como em termos de um grupo social no sentido de ganhar espaço e implantar a sua ideologia (aqui centramo-nos mais no colonialismo português). Evidentemente que há ligação entre a ciência moderna ocidental com o colonialismo, vale ressaltar que descolonialidade procura intervir com finalidade de um diálogo para a “ecologia de saber” e “uma sociedade livre de opressão em todas as formas” diálogo entre o conhecimento moderna científico e conhecimento não científico.

Isto mostra que África sempre foi o território de lutas constantes desde os séculos remotos até nos dias de hoje, apesar que muitas coisas mudaram no decorrer dos anos, mas foram adotadas várias estratégias que têm sentido quando fazemos uma certa comparação com a época do colonialismo. As epistemologias do Sul, como uma proposta de novas teorias do conhecimento e aposta na configuração de um caminho anticolonialista, têm contribuído para a delapidação dessas opressões que existem no mundo hoje, principalmente na África, onde nosso olhar mais se concentra, trabalhando em diferentes temas, como a busca de alternativas que se pautam em uma linha contra-hegemônica.

Mediante este estudo, ainda pudemos entender que Guiné-Bissau, desde a luta de libertação nacional, manteve a cooperação internacional por meio da sua política externa, contatos que foram desenvolvidos estrategicamente pelo Amílcar Cabral com outros países no sentido de garantir os instrumentos para dar prosseguimento à luta de libertação nacional, de modo a promover uma educação para a maioria dos membros do PAIGC, que têm seu compromisso com a luta, com a busca da liberdade política, econômica e social perante o jugo colonial.

A cooperação internacional que foi desenvolvida pelo saudoso Amílcar Cabral foi muito benéfica para o movimento da luta de libertação nacional, pois, no seu caso a “ajuda internacional” contou, por seu lado, com a presença a partir dessa formulação da política externa. Após a independência, estes entraram em colapso por motivos de múltiplas crises no aparelho do Estado. Pudemos perceber que dentro da cooperação internacional, que é um componente da política externa, existem confrontos epistemológicos no tecido internacional que abarca os Estados com diferentes posições econômicas.

Na nossa formulação, tentamos trazer para debate um tema tão complexo como o desenvolvimento na Guiné-Bissau, e que ainda não ganhou sustento em formas da sua aplicabilidade que não causa nenhuma exclusão social. Ao longo do trabalho, demonstramos limites e possibilidades, “problematizando-o” mais largamente em si próprio de maneira que a Guiné-Bissau pode adotar para uma saída rápida no bote do desenvolvimento, pois é preciso que o país reascenda o seu potencial intelectual, pautado em uma educação capaz de rentabilizar os nossos recursos humanos.

O país tem sido guiado por uma estrutura no poder que não consegue até agora ter um desenvolvimento inspirado na base da luta, haja vista que as contradições são imensuráveis. Desde finais do último século até a vida quotidiana deste século, esta má gerência da máquina burocrática não tornou apenas o desenvolvimento em um futuro cético, mas também faz o Estado perder sua credibilidade de ser um Estado realmente “independente”, e guiador de uma sociedade moderna, numa altura em que a globalização vai se consolidando cada vez mais, tornando mais ainda os Estados como da Guiné-Bissau em um lugar mais “dependente”. É urgente quebrar a dependência que o país tem passado com intuito de capacitar e tornar as nossas instituições eficientes.

Por outro lado, apesar que o Estado não atinge ainda um nível de bem-estar social equivalente a outros países da sub-região, contudo vê-se que há um esforço pela erradicação da pobreza, promoção de uma educação de qualidade com o apoio consistente de organismos internacionais, organizações não governamentais (ONGs) e outras entidades que trabalham dia a dia para satisfazer as necessidades do povo em primeiro lugar.

Os anos perdidos por meio de uma desarticulação política constante no aparelho do Estado fizeram com que as organizações internacionais tenham exprimido profundamente na esteira do abalo político que tem havido no país. Observa-se que a Guiné-Bissau é um país que depende muito das organizações internacionais, dos países parceiros a nível da cooperação técnica internacional, bilateral e multilateral, para além das crises nos órgãos da soberania, isso lhe faz um Estado frágil e dependente, capaz de perder a sua autonomia no sistema internacional e no tecido nacional.

Até um certo ponto, hoje o país está em um lugar do ponto de vista sub-regional, regional e internacional que não agrada seu povo, principalmente a camada jovem de dentro e fora do país, pois alguns autores chamam atenção que a democracia representativa está em crise na Guiné-Bissau.

É muito bom lembrar que o país tomou a sua independência política graças aos combatentes compromissados do PAIGC, liderado pelo Amílcar Cabral. Dessa forma,

reconhecemos que o PAIGC guiou a luta de uma modo exemplar com vistas à libertação nacional dos dois povos da Guiné-Bissau e Cabo Verde. Contudo, não podemos deixar de salientar que o partido em si não conseguiu ter uma estrutura capaz de guiar o país para um modelo de desenvolvimento inspirado pelo povo.

Por isso, julgamos necessário adotar a proposta de refundação do Estado como dispositivo central para travar todas as mazelas que têm ocorrido no país, as quais ganham um contorno de “crise de identidade nacional”. Nossa proposta na refundação do Estado não perpassa meramente em fazer a estrutura social (Estado) funcionar apenas no seu ambiente político ou burocrático, mas de fazer que seu povo se sinta pertencido e dignificado, como um cidadão nacional capaz de exercer seus direitos e deveres, por meio das políticas públicas que elaboradas pelo executivo, sendo este compromissado eticamente e moralmente com o povo.

Evidentemente, torna-se urgente a adoção de uma democracia participativa, como novas epistemologias na reconfiguração do Estado que possibilitem novos caminhos políticos verdadeiramente almejados pelo povo. As epistemologias do Sul, uma proposta do autor Boaventura de Sousa Santos, aqui têm uma tarefa *sine qua non*: a partir de tomadas de decisões, salvaguardar a justiça social e o bem-estar social do povo.

REFÊRÊNCIAS

ASSIS, Wendell Ficher Teixeira. Do colonialismo à colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo. **Cad. CRH**, Salvador, n. 72, p. 613-627, 2014,. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792014000300011>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

AZAMBUJA, Darcy. O Estado. In: _____ **Teoria geral do Estado**. 4. ed. São Paulo: Editora Globo, 2008. Cap. 1.

CÁ, Lourenço Ocuni. **Estado**: Políticas Públicas e gestão educacional. Cuiabá: EdUFMT, 2010.

CABRAL, Jorge. A política externa da Guiné-Bissau. **Soronda**: Revista de Estudos Guineenses, Bissau, n. 7, p. 63-84, 1989.

CANDÉ, Artemisa Odila Monteiro. **Guiné-Bissau**: da luta armada à construção do Estado nacional- conexões entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica (1959-1994). 2013. 286 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

CARDOSO, Carlos. **A transição democrática na Guiné-Bissau um parto difícil**. 1995. Disponível em: <<http://www.didinho.org/Arquivo/osdesafiosdatransicao-politicanaguinebissau.htm>>. Acesso em: 06 jul. 2017.

CARDOSO, Carlos. **Os desafios da transição política na Guiné-Bissau**. 2017. Disponível em: <<http://www.didinho.org/Arquivo/osdesafiosdatransicaopoliticanaguinebissau.htm>>. Acesso em: 06 jul. 2017.

CARVALHO, Apolinário Mendes de. **A cooperação internacional e a política externa guineense**. 2 ed. Bissau: Inacep, 2015.

_____, Apolinário Mendes de. **Cooperação internacional e a política externa guineense**. Bissau. Disponível em: <<http://www.didinho.org/Arquivo/ACOOOPERACAOINTERNACIONALEAPOLITICAETERNAGUINEENSE.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

CARVALHO, Ricardo Ossagô de. Política Externa da Guiné – Bissau; crises multidimensionais; rupturas constitucionais; e a questão das múltiplas pertencas identitárias na formação do Estado/Nação - O papel da ONU, CPLP, UA, CEDEAO para Guiné – Bissau. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 4., 2013, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: ABRI, 2013, [s.p.].

_____, Ricardo Ossagô de. **Política externa e Estado fragil na Guiné-Bissau**: crises multidimensionais e o papel dos organismos internacionais “CPLP & CEDEAO” (1973-2014). 2016. 256 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2016.

CHANG, Há-Joon. **23 Coisas que não nos contaram sobre o Capitalismo**. São Paulo: Cultrix, 2013.

CORREIA, Armando Arnaldo. Trajetórias de Imigrantes Estudantes Guineenses para o Ceará: Vivências, Experiências e Dificuldades. 1., 2015, Vitória. **Anais...** Vitória, 2015.

CORREIA, Armando Arnaldo. **Guiné-Bissau: por uma nova fase política.** Disponível em: <<http://conosaba.blogspot.com.br/2016/02/opiniao-guine-bissau-por-uma-nova-fase.html>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

DÉVES-VALDES, Eduardo. **A época clássica: as grandes escolas e as grandes figuras (o Segundo Terço do Século XX.** CLACSO – EDUCAM. 2008. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/coedicion/valdes/>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

DUTRA, Leonardo. **Conceitos em relações internacionais: atores e perspectivas históricas nas teorias das relações internacionais.** Disponível em: <www.faculdadesantamarcelina.com.br/jornal/index.php/InterRelacoes/article/.../91>. Acesso em: 18 fev. 2017.

FURTADO, Claudio Alves. Desenvolvimento. In: SANSONE, Lívio; FURTADO, Cláudio Alves (Org). **Dicionário crítico das ciências sociais dos países de oficial portuguesa.** Salvador: Edufba. 2014. Disponível em: <<http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/14647>>. Acesso em: 21 fev. 2016 .

GROSGOUEL, Ramón. Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocêntricas rumo a uma esquerda transmoderna descolonial. **CONTEMPORÂNEA**, São Carlos, v. 2, n. 2, p. 338-362, 2012.

HENRIQUES, Isabel Castro. Colónia, colonização, colonial e colonialismo. In: SANSONE, Lívio; FURTADO, Cláudio alves (Org.). **Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa.** Salvador: EDUFBA, 2014. p. 45 – 58.

_____. Colonialismo e história. **CESA**, Lisboa, v. 132, p. 2-31, 2015.

HOUNTONDJI, Paulin. Conhecimento de África, conhecimentos de africanos: duas perspectivas sobre os estudos africanos. In: _____. **Epistemologias do Sul.** Lisboa: Edições Almedina, 2009. p. 119 – 131.

KOHL, Christoph. Construindo a nação na África pós-colonial: o exemplo de Guiné-Bissau. In: Tensões Mundiais. **Revista do Observatório das Nacionalidades**, Fortaleza, n. 13, p. 39-72, 2011.

KOTTAK, Conrad Phillip. **Um espelho para a humanidade: uma introdução a antropologia cultural.** 8 ed. Porto Alegre: Amgh, 2013.

KOUDAWO, Fafali. Educação e teoria do desenvolvimento: o que há de novo. **Soronda: Revista de Estudos Guineenses**, Bissau, n. 19, 1995 p. 89-122.

LOPES, António Simões. **Encruzilhadas do desenvolvimento: falácias, dilemas, heresias.** Universidade de Lisboa, Sistema Integrado de Bibliotecas – Repositório. 14 nov. 2009. Disponível em: <<http://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/1594?mode=full>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

LOPES, Carlos. **Cooperação e desenvolvimento humano.** São Paulo: Editora Unesp, 2005.

_____. **Para uma leitura sociológica da Guiné-Bissau.** Lisboa: Edições, 1988.

_____. Uma perspectiva histórica da Cooperação Técnica em África. **Soronda:** Revista de Estudos Guineenses, Bissau, n. 11, p. 39-54, 1991.

_____. O desenvolvimento desigual no pensamento de Samir Amin. **Soronda:** Revista de Estudos Guineenses, Bissau, n. 2, p. 79-105, 1986.

MATUMONA, Muanamosi. **A ideia de Nação em África:** etnia ou Estado Moderno? [2004?]. Disponível em: <<http://estudosculturais.com/congressos/europe-nations/pdf/0088.pdf>>. Acesso em: 06 jul. 2017.

MENESES, Maria Paula. Epistemologias do Sul. **Revista Crítica de Ciências Sociais,** Lisboa, v. 80, p. 5-10, 2008. Disponível em: <<http://rccs.revues.org/689>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade *em* política. **Cadernos de Letra da UFF:** Dossiê: literatura, língua e identidade, Rio de Janeiro, n. 34, p. 287-327, 2008.

MORGENTHAU, Hans J. **A política entre as nações:** a luta pela guerra e pela paz. Brasília: Editora UnB, 2003. p. 49-87.

MUÑOZ, Enara Echert. A Cooperação sul-sul do Brasil com a África. **Caderno CRH,** Salvador, v. 29, n. 76, p. 9-12, Jan./Abr. 2016.

N'BALI, Faustino. **O Estado e os camponeses perante o constrangimento do desenvolvimento.** Soronda: Revista de Estudos Guineenses, Bissau, n. 8, 1989 p. 63-86.

NUNES, João Arriscado. O resgate da epistemologia. In: _____. **Epistemologias do Sul.** Lisboa: Edições Almedina, 2009. p. 215 – 242.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Carta das Nações Unidas.** 1945. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/carta/>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

PAVONI, Fernando. O Programa de Ajustamento na Guiné-Bissau e a Discussão do Modelo. **Soronda:** Revista de Estudos Guineenses, Bissau. n. 11, p. 55.-64, 1991.

PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano.** 2005. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/RelatoriosDesenvolvimento/PressReleases/undp-br-rdh_resumo-2005.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2017.

RENZIO, Paolo de; GOMES, Geovana Zoccal; FONSECA, João Moura E. M. da; NIV, Amir. Disponível em <<http://bricspolicycenter.org/homolog/uploads/-trabalhos/5992/doc/1619030609.pdf>> Acesso em: 08 fev. 2017.

RODRIGUES, Gilberto Marcos Antonio. **O que são relações internacionais.** 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2013.

ROMÃO, José Eustáquio; GODOTTI, Moacir. **Paulo Freire e Amílcar Cabral: a descolonização das mentes**. São Paulo: Editora Paulo Freire, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. O Estado e os modos de produção de poder social. In: _____. **Pela Mão de Alice o Social e o Político na Pós-Modernidade**. 14. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2013. Cap.5.

_____. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: **Epistemologias do Sul**. Lisboa: Edições Almedina, 2009. p. 23-72.

SATO, Eiiti. Cooperação Internacional: uma componente essencial das relações internacionais. **RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, mar. p.46-57, 2010.

SEMEDO, Rui Jorge. O Estado da Guiné-Bissau e os desafios políticos-institucionais. **Tensões Mundiais: Revista do Observatório das Nacionalidades**, n. 13, p. 95-115, 2011.

SÍLVERS, Luiz; SANTOS, José Roberto de Sousa. O conhecimento como princípio da colonialidade e da solidariedade. **Conjectura: Filos. Educ.**, Caxias do Sul, v. 18, n. 3, p. 124-137, p. 124-137, 2013.

SOUSA, Julião Soares. **Guiné-Bissau: o desafio de um país**. Coimbra: Pantone, 2012.

VAZ, Farã. **Cooperação Internacional Brasil-África: Programa cooperação tripartida ProSavana em Moçambique**. Cooperação Internacional Brasil-Moçambique. 2016. 14f. TCC (Graduação em Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades) – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidades e Letras. Redenção-CE, 2016.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

VILLEN, Patrícia. **Amílcar Cabral ao colonialismo: e a crítica ao colonialismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.